

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**THOMAZ MOREIRA ARANTES DE CASTRO**

**INTERNET E GEOGRAFIA ELEITORAL:  
PRESENÇA ONLINE E INTERATIVIDADE EM MEIO  
AOS DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE  
MINAS GERAIS**

Belo Horizonte

2016

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS**  
**FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**  
**DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA POLÍTICA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA**

**INTERNET E GEOGRAFIA ELEITORAL:**  
**PRESENÇA ONLINE E INTERATIVIDADE EM MEIO**  
**AOS DEPUTADOS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE**  
**MINAS GERAIS**

Thomaz Moreira Arantes de Castro

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Ciência Política.

**Orientador:** Prof. Marcus Abílio Pereira Gomes

**Coorientador:** Prof. Manoel Leonardo Wanderley Duarte Santos

Belo Horizonte

2016

**NOME:** Castro, Thomaz Moreira Arantes de

**TÍTULO:** Internet e Geografia Eleitoral: presença online e interatividade em meio aos deputados da Assembleia Legislativa de Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Departamento de Ciência Política da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito parcial para obtenção de título de mestre em Ciência Política.

**Aprovado em:** \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

**Prof. Dr.**

**Instituição:**

**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.**

**Instituição:**

**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.**

**Instituição:**

**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

**Prof. Dr.**

**Instituição:**

**Julgamento:** \_\_\_\_\_

**Assinatura:** \_\_\_\_\_

## **RESUMO**

A proposta desse trabalho é estudar as possíveis ligações que existem entre a apropriação de ferramentas digitais por parlamentares durante o mandato e as características geográficas-eleitorais de sua base. Todo o esforço analítico foi apoiado, de um lado, por um banco de dados produzido entre os anos de 2012 e 2014, cujo objeto era os 77 deputados estaduais da ALMG com mandato na 17ª legislatura (2010 e 2014); tal conjunto de dados, entretanto, se trata especificamente de dados sobre a presença, o tempo e a interatividade dos parlamentares em questão para com os cidadãos. Do outro lado, houve também o apoio de um segundo banco de dados alimentado por informações fornecidas pelo IBGE e pela própria ALMG, que por sua vez se tratam de valores relativos ao número de municípios em que cada legislador recebeu votos e de quantos votos cada um deles recebeu nessas localidades, com vistas a determinar os resultados individuais de cada caso nos índices de cálculo das variáveis dominância e dispersão geográficas que, cruzadas, demarcam perfis de comportamento, segundo a literatura do campo. Os resultados das análises demonstram que não há exemplos de parlamentares descritos por alta dispersão geográfica eleitoral em meio a todos os estudados, e que de forma geral os deputados classificados como dominantes tendem a ser menos inseridos nas mídias sociais do que os do tipo compartilhado, ainda que de forma tímida no geral. As conclusões desse trabalho sugerem que as correlações fracas encontradas nas análises representam a situação particular da legislatura; em outros parlamentos a distribuição de dominância e dispersão será igualmente única, e a relação destas com o uso da comunicação digital também.

**PALAVRAS-CHAVE:** Internet; Redes Sociais; Representação; Geografia Eleitoral

## **ABSTRACT**

The purpose of this work is to study the possible links between the appropriation of digital tools by parliamentarians during their mandates and the geographical and electoral characteristics of their bases. All analytical effort was supported mainly by a database produced between the years 2012 and 2014, whose object was the Legislative Assembly of Minas Gerais 77 state legislators from the 17th legislature (2010 and 2014); this database, specifically shows data of presence, time of use and interactivity of parliamentarians concerned with the citizens. Besides it had the support of a second database powered by information provided by the Brazilian Institute of Geography and Statistics GE and by the Parliament in study; this one deals with the number of municipalities in which each legislator received votes and how many votes he received from each of these locations, in order to determine the individual results of each case in the index calculation of geographical variables of dominance and dispersion that once crossed they demarcate behavior profiles according to the literature of the field. The results of the analysis show that there are no examples of parliamentary described by high electoral geographic dispersion among all studied, and that in general the deputies classified as dominant tend to be less embedded in social media than the shared type even in little correlation. The findings of this study suggest that those weak found correlations in the analyzes represent the particular situation of the studied legislature; in other parliaments the distribution of dominance and dispersion will also be unique, and so their relationship to the use of digital communication as well.

**KEYWORDS:** Internet; Social Media; Representation; Electoral Geography

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO AO TEMA.....</b>	<b>7</b>
<b>CAPÍTULO 1: A NATUREZA DA INTERNET E SEU POTENCIAL POLÍTICO.....</b>	<b>11</b>
<i>O ACESSO ÀS TICS PELOS REPRESENTADOS.....</i>	<i>11</i>
<i>EXPECTATIVAS NO POTENCIAL DA INTERNET.....</i>	<i>14</i>
<i>IMBRÓGLIOS AO POTENCIAL DAS TICS.....</i>	<i>24</i>
<i>PARLAMENTOS, INSTITUIÇÕES E TICS.....</i>	<i>28</i>
<b>CAPÍTULO 2: ESTUDOS LEGISLATIVOS, ALMG E GEOGRAFIA ELEITORAL... </b>	<b>36</b>
<i>BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS.....</i>	<i>36</i>
<i>BARRY AMES E OS ENTRAVES INSTITUCIONAIS.....</i>	<i>42</i>
<i>A TAXONOMIA DE BARRY AMES.....</i>	<i>45</i>
<i>ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À OBRA DE BARRY AMES .....</i>	<i>49</i>
<i>CARVALHO: NOVAS PREMISSAS PARA O MODELO DE AMES.....</i>	<i>51</i>
<i>A ALMG E SUAS ESPECIFICIDADES.....</i>	<i>54</i>
<b>CAPÍTULO 3: DADOS, METODOLOGIA E ANÁLISE.....</b>	<b>63</b>
<i>APRESENTAÇÃO DOS DADOS.....</i>	<i>63</i>
<i>DISCUSSÃO METODOLÓGICA.....</i>	<i>68</i>
<i>ANÁLISE DE DADOS: TICS E ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DE VOTO.....</i>	<i>75</i>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>90</b>
<b>BIBLIOGRAFIA.....</b>	<b>93</b>

## INTRODUÇÃO AO TEMA

A questão da representação é tema de vários debates na atualidade, e muitos de dentro da academia de envolveram na questão de forma a explorar possibilidades para o futuro. Para além de eventualmente perseguir arranjos institucionais que possam trazer a reboque ganhos em representatividade, o que muitas vezes não se concretiza diante de processos decisórios morosos e burocracia rígida, a preocupação com a relação de representação encontrou num ‘vetor de modernidade’ a possibilidade das mudanças almejadas.

Tal força surgiu fora da sociedade civil e, mais ainda, dos planos de reinvenção da representação. Porém, com evoluções contínuas e ininterruptas, tal como um vetor físico a percorrer infinitamente uma pista sem fim em direção ao aprimoramento técnico, com a internet chegou-se a modelos de interação social que podem ser apropriados para o projeto de fazer reaproximar os cidadãos e a classe política.

Com seus espaços de comunicação e de informação amplos, as tecnologias baseadas na internet trazem consigo um potencial bastante peculiar de profusão de ‘vozes’ e disseminação de conteúdo, sendo virtualmente o meio de comunicação mais ‘democrático’ (no sentido da possibilidade de qualquer cidadão usá-la para se expressar e partilhar conteúdo de forma livre, independentemente de sua classe social, cor, sexo, etc.). Outro lado desse mesmo aspecto do potencial democratizante da Internet tem a ver com a possibilidade de expansão das práticas de transparência e accountability, que de acordo com Fernando Filgueiras (2014), respectivamente faz reduzir o déficit informacional entre a sociedade e o Estado (pp:6) e serve de base para a constituição de governança democrática, fomentando o diálogo público e com isso promovendo debates sobre questões da coletividade (pp:5-6).

A internet e as tecnologias de informação e comunicação (TICs) em geral carregam o potencial de promoção da transparência política, entendidas por Filgueiras (2014) como parte da construção de uma ‘boa governança’, que se caracterize por mandatos e gestões de natureza “(...) equitativa e inclusiva dos interesses da sociedade, tendo em vista um serviço público competente, caracterizado pela *accountability* e por um processo de decisão responsivo e transparente.” (FILGUEIRAS, 2014; pp: 4). Por sua vez, em Pinho (2008) as TICs são lugar onde “(...) os governos mostram sua identidade, seus propósitos, suas realizações, possibilitam a concentração e disponibilização de serviços e informações, o que facilita a realização de

negócios e o acesso à identificação das necessidades dos cidadãos. ” (pp:473). As diversas plataformas sociais atuais, e mesmo os mais tradicionais meios dos blogs, sites pessoais e e-mails, compõem um conjunto de canais corriqueiros de diálogo e troca de informações entre a sociedade civil e a classe política. Contudo, pode haver também a influência de aspectos de outras naturezas nesse processo, fazendo com que os parlamentares percebam de formas distintas os incentivos para se apropriar ou não das TICs.

Em questões diversas pode-se capturar possíveis dificuldades a serem enfrentadas por aqueles que apostam fundo nos potenciais políticos que a tecnologia de comunicação possui de alterar os coletivos, as suas regras, e as suas relações de poder intrínsecas. É de se esperar que, infelizmente para os mais otimistas, os ‘poderes democráticos’ dos mais modernos canais de informação e interatividade digital sejam aproveitados de forma oportunista e até mesmo subjugados pelos comportamentos de parte dos incumbentes que, estando preocupado muito mais com suas bases e menos com princípios maiores da democracia e da representação, usem de forma seletiva os instrumentos de comunicação que lhe aprouverem.

O exercício da representação e do poder político, em sociedades democráticas, passa pelo procedimento de voto para ganhar legitimidade. As campanhas e eleições, momentos onde respectivamente o voto é ‘conquistado’ pelo candidato e é direta e oficialmente expresso pelo cidadão, fazem com que exista um verdadeiro ‘mercado eleitoral’, em que a comunicação é fator-chave; nesse ínterim, dar o voto é ação análoga a ‘comprar’ as propostas do candidato.

Os argumentos de campanha eleitoral normalmente empregam artifícios que buscam estabelecer identidade entre o candidato e o eleitor – afinal, o cidadão quer pôr em posição de poder alguém que represente suas ideias e seus interesses, e assim, o então concorrente da eleição constrói um perfil que descreva sua base. Nesse ínterim, a origem da empatia almejada pode ser capturada por análises geográficas, tendo em vista que aspectos dessa natureza podem ser os fatores que aproximam o cidadão do candidato.

Barry Ames (2003) e Nelson Rojas de Carvalho (2003) são autores que se utilizam de uma taxonomia criada justamente para possibilitar análises nesse sentido, embora tenham criado algo muito voltado para o contexto brasileiro: trata-se dos quatro tipos da geografia do voto, que unem discussões em torno da dominância e da dispersão eleitorais.



Tais autores, porém, não discutem dinâmicas de mercado de voto em contextos de eleição. A preocupação de ambos é como foram eleitos, em termos geográficos, os deputados federais incumbentes nos mandatos que pesquisaram, e como a descrição de cada caso pode levar à caracterização das bases eleitorais e dos comportamentos esperados para cada parlamentar segundo essa taxonomia.

Tendo apanhado o cerne do modelo de análise baseado em variáveis de geografia eleitoral, esse trabalho de dissertação se centrará no estudo e análise de dados de apropriação de TICs pelos 77 parlamentares da 17ª Legislatura da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (ALMG), cuja vigência foi de 2010 a 2014.

Busca-se relacionar os achados sobre mídias sociais de cada parlamentar da casa com conhecimentos da literatura sobre geografia eleitoral e comportamento legislativo no contexto mineiro. Essa dissertação busca investigar possíveis associações entre a taxonomia de Barry Ames (2003) e Carvalho (2003) e o comportamento online dos mandatários, presumindo que como cada um deles foi eleito interfere em como eles usam as TICs. Como exemplo, pode-se pensar naquele deputado cuja base seja sobretudo rural; logo, a rede de comunicação tenderá a ser mais precária e deixaria de justificar maiores apostas em redes sociais.

Para tal proposta de análise, serão mobilizados, de um lado, um banco de dados de construção própria, que retrata não só o perfil de uso de TICs por cada um dos 77 deputados estaduais pesquisados, e de outro, um segundo que introduz variáveis relativas às características individuais e geográficas para o caso de cada um dos deputados. Os dados relativos às TICs a serem aqui empregados foram gerados no seio do projeto ‘Interações digitais entre o sistema político e sociedade civil – Um estudo comparativo entre os parlamentares da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais’, iniciado em 2012 e finalizado em 2014 sendo o coordenador o professor Marcus Abílio Pereira Gomes, do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais; já a outra parte foi obtida nos sites da ALMG e o IBGE; esta se refere aos dados e variáveis geográficas.

Assim, o objetivo dessa dissertação é oferecer uma ampla análise da utilização das TICs pelos deputados em questão a partir da proposta analítica de Ames (2003) e outros, potencialmente contribuindo para os estudos em internet e política com uma proposta ainda incipiente no campo, já que investiga possíveis relações entre aspectos geográficos e a opção pelo uso ou não de tais tecnologias por parte de parlamentares em exercício.

Dessa forma, espera-se que com essa investigação seja possível analisar diferentes perfis eleitorais geográficos e compreender se eles podem de fato influir na decisão de cada parlamentar em se utilizar dos canais digitais ou não, lançando luzes também sobre possíveis questões geográficas que possam desafiar o potencial democratizante das TICs.

## **CAPÍTULO 1: A NATUREZA DA INTERNET E SEU POTENCIAL POLÍTICO**

### *O ACESSO ÀS TICS PELOS REPRESENTADOS*

A internet é algo que pode ser visto como banal na atualidade, uma vez que planos e formas de acesso variados parecem ter propiciado o provimento desse serviço à maior parte dos cidadãos das economias ditas desenvolvidas, como as européias, a dos EUA e a do Japão.

Mesmo que considerado um país em desenvolvimento, o Brasil vem experimentando nos últimos anos uma considerável expansão e popularização do acesso à internet, que progressivamente fica mais acessível e com transmissão de dados mais veloz. Esse fenômeno propicia subsídios às pesquisas que se interessem por alterações em toda a dinâmica socioeconômica e política.

É inegável que tornou-se mais prático – e até mais barato – comprar não mais em lojas tradicionais, mas sim nos sites de empresas como a do Ricardo Eletro, do Magazine Luiza e do Submarino.com – esse último totalmente online, sem lojas físicas. De forma parecida, não parece representar grande desafio o acesso às páginas oficiais de prefeituras, secretarias, governos de estado e da União, cartórios e tribunais; também não parece difícil encontrar sites de partidos, casas legislativas, deputados, senadores, etc., que estão à disposição do cidadão para contato direto com seu representante e/ou secretaria de governo com a qual queira manifestar alguma demanda.

Toda essa situação de inserção cada vez maior da internet no cotidiano do povo brasileiro ganha ainda mais força com instrumentos muito recentes que compõem o universo das TICs: as redes sociais digitais privadas e os aplicativos para smartphone, capazes de propiciar maior interação entre usuários e até mesmo promover entretenimento, com seus layouts atraentes, dinâmicos e simplificados, muitas vezes podendo ser acessados em dispositivos diferentes.

Diante da discussão do potencial da Internet para a sociedade, dados ilustram como os recursos da rede se fazem presentes no cotidiano brasileiro. Ainda que não seja tão popular quanto a televisão e mesmo quanto o rádio, de acordo com dados da edição 2015 da Pesquisa Brasileira de Mídia (SECOM, 2015), os números referentes ao acesso às TICs já apresentam sua relevância para os estudos em internet e política.

Segundo a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) de 2013, pouco menos da metade da população brasileira possui acesso à internet em casa, seja por meio de computadores pessoais, seja por outros dispositivos como smartphones (IBGE, 2015; pp: 34), o que representa um público de cerca de cem milhões de brasileiros na rede. É razoável imaginar que o número total de usuários das TICs no Brasil seja alto o suficiente para que elas sejam vistas como atraentes para todos aqueles que desejam ou precisam projetar sua imagem pública, e, portanto, igualmente justo pensar que por si só, um volume de usuários como esse atraia não só atores privados, como também públicos, dentre eles os partidos e figuras políticas diversas, que busquem ampliar sua inserção na política através de campanhas eleitorais online e promoção de debates com os cidadãos via TICs, em meio à toda forma plausível de iniciativa de proporcionar informação e/ou diálogo com o eleitorado por meio da Internet. Apenas

O contexto nacional contemporâneo revela que a maior parte da sociedade ainda não dispõe de qualquer forma de acesso; porém, com uma população de mais de 200 milhões (não soube como discutir com ênfase maior os números da exclusão) de habitantes, sozinha a parcela que representa os brasileiros com acesso à rede revela um volume de navegação com participação de um elevado número de usuários, constatação que parece explicar bem o incentivo que muitos dos atores políticos enxergam nas TICs, como os senadores, os deputados federais, a presidência da República e os ministérios, para mencionar apenas no caso do âmbito federal.

Contudo, um país continental e extenso como esse não deve ser enxergado como um imenso padrão uniforme, posto que os regionalismos e particularidades locais fazem com que o Brasil abrigue grande variedade cultural, comportamental, econômica, etc. em meio às suas regiões. Portanto, para o estudo aqui proposto foi escolhido apenas o caso de Minas Gerais, estado brasileiro com o maior número de municípios – 853 levando em conta não só as características variadas de seu povo, mas também dos membros de uma instituição política específica desse estado: a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, casa dos parlamentares que representam apenas os cidadãos mineiros, ainda que no conjunto se verifique alta heterogeneidade das paisagens, que incluem amplas porções tanto de ambiente urbano (691 dentre os 853 são pelo menos 50% urbanizados) quanto de rural e variações nos valores de PIB municipal (127 dentre os 853 têm o valor de PIB superior à média entre todos os municípios mineiros).

Contando com uma população de aproximadamente vinte milhões de habitantes, o que representa dez por cento de toda a população brasileira, o estado de Minas Gerais também apresenta dados a serem observados no que toca o acesso à internet, de acordo com a PNAD-2013. Segundo a pesquisa, ao passo que no âmbito nacional 42,4% dos domicílios estudados tenham computador com acesso à internet e 89,8% deles apresentem telefones celulares, essas mesmas proporções em Minas Gerais são respectivamente de 43,2% e 89,2% (IBGE, 2015; pp: 24-25).

Curiosamente, os valores apresentados para o caso da União e para essa unidade federada são bastante próximos. Quanto ao uso de internet em si, tanto no caso federal quanto no mineiro os valores numéricos sugerem apropriação dos recursos das TICs em níveis abaixo da metade dos totais de habitantes, sendo que entre os usuários na média nacional o acesso ocorre em 42,4% dos casos exclusivamente por computadores domésticos e 11,5% apenas por outros dispositivos como celulares e tablet; os mesmos dados no estado são respectivamente de 48,4% e 11,4% (IBGE, 2015; pp: 36). Além, entre os domicílios brasileiros com acesso, 77,1% adotam a banda larga fixa enquanto 43,5% utilizam a móvel; em Minas Gerais, a preferência pela fixa é 76,8% ao passo que a móvel é preferida por 42,6% (IBGE, 2015; pp: 37).

E no que toca o universo dos celulares e smartphones, pode-se exemplificar a importância da telefonia enquanto tendência para o campo ao se observar que, de acordo com o IBGE (2015) no que tange a posse de aparelhos, no ano de 2013 o número de habitantes do estado de Minas Gerais já era de 75,5%; contudo valores de ‘teledensidade’ mais atuais dão conta que há mais de 24 milhões de dispositivos móveis ativos no estado, havendo 117,52 deles para cada 100 habitantes (TELECO, 2016).

Nesse contexto, é conveniente um parêntese que antecipa parte de uma discussão futura desse trabalho. Como apontado, o estado de Minas Gerais revela grande proximidade com as médias nacionais, porém as naturezas específicas do âmbito estadual e federal carregam diferenças que fazem necessários passos cautelosos na devida análise e apropriação teórica da literatura sobre as diversas casas e atividades legislativas.

Trabalhos que se debruçam sobre as assembleias legislativas estaduais ainda são incipientes no já tradicional campo de estudos legislativos, sobretudo pelo viés das TICs (BRAGA et al,

2006; PEREIRA & SÁTYRO, 2014; MENDONÇA & PEREIRA, 2012). Logo, uma parte da literatura do campo legislativo em questão a ser utilizada nos capítulos posteriores se refira ao âmbito federal, de onde pode-se fazer aproximações e tomar emprestado o modelo de Barry Ames (2003) e contribuições de outros autores que estudam o comportamento parlamentar.

Encerrado o parêntese, os próximos passos dessa dissertação recaem sobre a colaboração de alguns autores que observam em prismas teóricos variados as possibilidades e capacidades das TICs de oferecer ganhos democráticos, seja por incremento informacional e cívico, pela criação e expansão dos canais digitais de participação, e mesmo pelo aumento de transparência e accountability, dentre outros.

### *EXPECTATIVAS NO POTENCIAL DA INTERNET*

Muitos estudiosos do campo de internet e política apresentam uma perspectiva bastante positiva das TICs, seja dizendo que elas já estão transformando a política, seja apontando para mudanças que elas podem pelo menos em tese conduzir num futuro breve.

A discussão desse tópico será iniciada por um trabalho expoente do otimismo quanto às TICs. **Lemos e Lévy (2010)** são notáveis representantes da camada mais otimista entre os pensadores com boas expectativas sobre a internet, e oferecem uma percepção claramente antiquada, mas precursora dos debates atuais. Partindo de uma discussão sobre a ideia de democracia, eles apresentam o ‘componente local’ que o conceito desse sistema deve denotar (pp:115), incorporando o pressuposto de interdependência entre aqueles que vivem em comunidade, presumido um sistema legal superior a qualquer impulso ou vontade autônoma dos indivíduos, que enquadre direitos e deveres.

Na percepção desses autores, **as TICS reduzem drasticamente as distâncias e o estágio tecnológico atual das sociedades faz com que o planeta todo seja ele mesmo uma comunidade local; em sua face normativa, toda parte do globo deveria contribuir para a construção de uma grande democracia planetária**

. Ou seja, os permanentes entraves ligados às disputas militares entre Estados diferentes e mesmo os problemas de fome, saúde, educação e etc. dos países em desenvolvimento seriam

questões facilmente resolvíveis por meio de uma iniciativa altruística geral, onde todos sejam dotados de ‘inteligência coletiva’, um componente da subjetividade humana que permite às coletividades usarem as capacidades das TICs para “reforçar, multiplicar e transformar” (pp:118,).

Apesar de apresentarem uma perspectiva por demais otimista sobre os efeitos políticos da internet, inclusive preconizando um futuro de disseminação geral de democracia e amizade entre os povos que não parece se traduzir na empiria, Lemos e Lévy (2010) por outro lado oferecem discussão sobre uma das características mais importantes para o estudo social das TICs: a falta de limite físico para as relações e informações online. O ciberespaço, um ambiente infinito criado a partir da internet, é capaz de superar qualquer distância entre o receptor e o emissor das mensagens (pp:120), e com tecnologias que tornam as TICs cada vez mais versáteis e portáteis (como os smartphones), o ciberespaço é cada vez mais onipresente no cotidiano dos cidadãos.

Tomada como pressuposto por outros autores, a noção de ciberespaço apresenta sua centralidade para os debates contemporâneos em internet e política. Vários outros pensadores trabalham com o elemento de “ambiente onipresente” da internet para construir análises menos ambiciosas, ainda que também otimistas com os potenciais da web. É o caso de **Pereira (2012), que discute o potencial da internet de fazer aproximar a classe política à sociedade, inclusive podendo criar diálogo direto entre ambas sem participação e intermediação da grande mídia e mesmo dos partidos (pp:5).**

Com essa concepção em mente, o autor sinaliza para a expectativa de que as TICs possam ajudar as sociedades a colocar em curso algumas transformações de natureza política. Partindo de um texto escrito por Norberto Bobbio (1986), Marcus Abílio Pereira (2012) apresenta alguns dos imbróglis que a democracia contemporânea – do tipo representativo – vem enfrentando no sentido de se expandir e se garantir diante da maior parte dos cidadãos, bem como conferir solidez às próprias instituições.

**Segundo Pereira (2012), o principal desafio a ser enfrentado pelos ideais democráticos na atualidade está no desgaste da relação entre representantes e representados.** Apoiando-se num conjunto de pesquisas de opinião, que deram conta de capturar alguns fatos sobre essa relação,

o autor aponta quatro facetas diferentes dessa crise, que se tratam da

“(…) contínua diminuição da identificação entre eleitores e partidos políticos, da descrença por parte dos eleitores de que os processos eleitorais seriam o melhor meio para a manifestação de suas preferências, do progressivo domínio da arena política por técnicos, com a conseqüente exclusão dos cidadãos em função de uma suposta falta de conhecimento dos últimos sobre os processos decisórios e sobre os temas tratados, (...) e, por último, à queda na confiança dos cidadãos em relação aos políticos, às instituições e aos partidos (...)” (PEREIRA, 2012, pp:3)

Ou seja, a questão atual das relações de representação resulta no gradual afastamento entre a classe política e a sociedade, configurando-se em forma de apatia cívica, que serve de obstáculo ao sucesso de variados esforços de incentivo à participação popular nas decisões públicas. Pereira (2012) introduz a esse debate o desafio a ser enfrentado pelas TICs no que toca os benefícios políticos que elas potencialmente oferecem à sociedade, que é a superação da crise da representação.

Pode-se buscar o combate a essa crise no vislumbre de transformações a serem tocadas tanto no Estado quanto no povo. Em se enxergando a problemática da representação através do prisma da cidadania e da administração pública, há quem considere que “(...) flexibilidade e compartilhamento de informação e conhecimento (...)” (BOURGON, 2010, pp:6) entre representantes e representados seja fundamental para bons resultados públicos, que logrem sucesso nos projetos de ação coletiva e ganhos cívicos (pp:6). Nessa linha, idealmente a governança deve ser exercida não só pelo governo, mas também pela sociedade.

Aqui se subentende a proposta de que boas gestões levariam em conta a aproximação máxima entre os cidadãos e os políticos, gestões que, conscientes das aspirações da coletividade, estariam aptas a implementar políticas públicas adequadas e com efeito de trazer desenvolvimento da sociedade, alcançando não só melhorias em questões como saúde e educação, mas também avanços no campo cívico, do interesse dos representados em acompanhar e participar das decisões públicas, sem permitir o insulamento da classe política que essa crise proporciona. Em diálogo com Klaus Frey (2002), é perceptível que Jocelyne Bourgon (2010) acredita na ideia de uma governança eletrônica ‘forte’, que subentende que “A mudança da forma como o governo opera e dos serviços que presta está de mãos dadas com a transformação de sua cultura, abordagem e estrutura.” (LAWSON, George, 1998; apud FREY, Klaus, 2002; pp:147). Ou seja, a autora enxerga a instrumentalidade da Internet não



apenas para a melhoria dos serviços do governo no espaço online, mas também para a maior inclusão e participação cidadã, conferindo maior protagonismo político da sociedade junto ao governo e renovando a representação e a legitimidade governamental.

Nesse aspecto, pode-se entender que um projeto de avanço do empoderamento do cidadão na política não se realizaria plenamente sem iniciativas de difusão de informação, função que pode ser muito bem exercida pela internet. Para solucionar a crise preconizada por Pereira (2012), Jocelyne Bourgon (2010) sinaliza a aspiração por medidas que ampliem o civismo, já que a introdução dessa característica resultaria em uma sociedade mais ativa, participante, exigente e próxima dos núcleos políticos.

Porém, o civismo só pode ser exercido com algum grau de informação por parte dos cidadãos, e informação é basicamente a razão de ser da internet; Dominique Cardon (2012), por sua vez, reforça a discussão do aspecto informativo da sociedade ao propor um debate mais profundo sobre a natureza das TICs, onde a informação pode ser produzida por qualquer usuário online, sem inferências e/ou constrangimentos dos ‘gatekeepers’ – pessoas e entidades que exercem controle sobre a informação que pode se tornar pública e a que deveria permanecer omissa, personificados nos regimes democráticos pelos partidos, pelos setores burocráticos e pela imprensa tradicional. Ao estudar a democracia digital e oferecer um prisma participacionista, Wilson Gomes (2010) acrescenta a ideia de que as TICs possam servir de universo democrático onde há plenitude de autonomia do cidadão e de liberdade de reunião, opinião e principalmente expressão. Além, tal expressão de plena autonomia também dispensa intermediários na produção e distribuição de informações, tal como em Cardon (2012), mas por sua vez preconiza uma relação mais direta do cidadão para com o governo e inclusive expressões de democracia direta e autogoverno, considerando-se a possibilidade de participação mais qualificada da sociedade nos assuntos públicos.

Com Bourgon (2010), pode-se vislumbrar um fundamental papel ativo das TICs para a expansão da cidadania, dado que faria reaproximar sociedade e governo conferindo maior protagonismo aos cidadãos, conferindo a noção de ‘governança forte’ de Frey (2002) e com isso solucionar a crise da representação, de quebra produzindo melhores resultados públicos; além, com Cardon (2012) e Gomes (2010) prestam suas contribuições no sentido de mostrar uma característica particular das TICs, que carregam o potencial de iniciativas de expressão

do cidadão, que pode gerar e receber conteúdo mesmo fora dos canais oficiais de governo e da mídia tradicional, que se comportam como ‘gatekeepers’.

Na questão do civismo a ideia central é que a noção de governo extrapole o domínio das instituições públicas e alcance inclusive setores não-estatais, o que pode ser lido como apelo para que a participação atual seja ressignificada de forma a produzir governança cada vez mais ‘forte’, com vistas a melhores resultados públicos e aplicação mais adequada e eficiente de políticas públicas. Em suma,

“É de especial importância que os resultados cívicos e das políticas públicas sejam convergentes de maneira mais significativa para obter resultados sociais. Esses são resultados da coletividade obtidos por todos os agentes, tanto da esfera pública ou privada quanto da sociedade civil. Eles refletem o estado da sociedade para os cidadãos e para os tomadores de decisão, contribuindo para moldar os interesses coletivos que, por sua vez, subsidiam as ações do governo e dos cidadãos.”  
(BOURGON, 2010, pp:8)

O prisma do civismo pode produzir não só melhores resultados, como também a emancipação. Jacques Rancière (2008; 2011) é um autor que se debruça sobre a questão emancipatória, nela inserindo aspectos linguísticos para abrir uma discussão que também faz remeter ao civismo tão caro aos argumentos de Bourgon, para isso se utilizando de diálogos em dois pares de conceitos. O primeiro é entre polícia e política (2008), noções que podem ser entendidas como as duas abordagens da partilha do sensível, sendo a ‘polícia’ responsável pela organização do espaço do sensível e por fazer coincidir normas e práticas, garantindo assim a manutenção das noções do que é comum. Já a ‘política’, complemento teórico do primeiro conceito, faz referência às explorações de brechas da ordem assegurada pela polícia e às reconfigurações decorrentes da ressignificação do comum que dali resultam.

Importante observar que não se deve afirmar haver oposição total entre essas duas noções; a política constrói seu palco no campo da polícia, reordenando, realocando e reconstruindo a função desta. Logo, a política é o espaço da reinvenção, e a polícia é o da garantia da vigência da ‘coisa comum’ definida pela política.

O segundo diálogo parece oferecer uma ideia normativamente mais promissora. Trazendo à tona uma relação dicotômica entre estética e política tradicional (2011), ele propõe que enquanto o segundo termo diz respeito às características típicas das democracias ocidentais

atuais, o primeiro se apresenta como “metapolítica”, um conjunto de princípios e valores que fomentem novas formas de se criar e discutir as pautas dos processos comunicativos do atual sistema de representação política, de forma que haja reconfigurações nas sensibilidades e intelectos individuais. Logo, nas representações estéticas residiriam um sólido poder emancipatório.

Uma vez introduzida a ideia de emancipação, entendida em Rancière (2011) como liberdade e autonomia do indivíduo para agir, pensar e se manifestar, diante de estruturas de dominação, é possível promover um diálogo dessa ideia com o civismo. Ambos têm como pressuposto inerente o plano da cognição, sendo que no lado cívico temos a ideia do indivíduo interessado no bem coletivo e engajado na busca de bons resultados públicos, ao passo que o indivíduo emancipado seria aquele capaz de livre pensamento e crítica. Assim como o civismo, a emancipação demanda informação e, com os contemporâneos dinamismo e velocidade de transação informacional, seria esperável um conseqüente futuro caracterizado por nele haver cada vez mais indivíduos emancipados.

Em Rancière (2011), pode-se imaginar como descrever o civismo emancipado, que se permitiria ser constantemente reinventado e recriado sem limites. Se a noção do bem-comum se juntar à lógica plural criativa característica de tal noção de emancipação, pode-se conceber a existência de múltiplos civismos possíveis. Aqui, em meio à ótica de Rancière, o civismo pode ser, portanto, um convite à expressão de uma “cidadania estética”, superando as formas tradicionais de se construir democracias que se assentam no voto e na delegação por representação. Algo emerge da síntese entre civismo e emancipação: a aspiração (normativa) de que a participação na política deva ser dinâmica e pluralística, instaurando um ambiente onde haja formas variadas de se alcançar bons resultados coletivos.

A conclusão a que chega esse autor interessa a esse trabalho, já que se relaciona plenamente com a internet. Através de outras de suas potências, as TICs oferecem um mundo praticamente sem restrição espacial, sem nacionalidades e nem fronteiras nacionais bem definidas. É de se esperar que a conexão de quase todas as culturas do mundo seja uma promotora da função de expansão da pluralidade e do contato com a alteridade, de forma que novas formas de participação e concepção da atividade política permitam fazer evoluir as instituições via multiplicidade e, principalmente, gerar partilha de informação em grande escala.

O prisma da cidadania tal como representado em Bourgon (2010) e Rancière (2008;2011) se atém a apenas uma consequência esperável do uso político das TICs. Enquanto ela se foca nos ideais participativos, outros autores propõem um leque maior de possibilidades de uso das TICs em prol da sociedade. É o caso de Silva (2011), cuja contribuição é o conceito de um Estado democrático de direito que possui um conjunto de obrigações a exercer com seus cidadãos, com vistas a expandir o horizonte democrático no meio digital.

O autor aponta três efeitos a serem exigidos da presença do governo na internet: deve-se aumentar a transparência do Estado (princípio da publicidade), ampliar o diálogo com os cidadãos (responsividade) e fazer tolerar maior penetração da opinião pública na condução do governo (porosidade), pluralizando a governança (pp:125). Nos portais governamentais oficiais, esse tripé de princípios deve servir como norteador, uma vez que eles possam se prestar à construção de um ambiente político “(...) mais transparente, accountable, dialógico, legítimo, plural, suscetível às demandas do cidadão (...)” (pp:125). Posto em diálogo com Filgueiras (2014), Silva (2011) parece não só partilhar da noção de transparência como oferta de informações aos cidadãos e da accountability recomendar que a atuação online do governo não seja uma via de mão única mas sim “(...) um processo de comunicação política entre cidadãos e governantes, processo este em que eles constroem mutuamente propostas e criticam um ao outro, tendo em vista um processo de persuasão que busca pela melhor solução dos problemas coletivos.” (FILGUEIRAS, 2014; pp:2).

Tal como em Pinho (2008), Silva (2011) compreende as TICs como produtos de um esforço de fazer expandir a comunicação e a distribuição de informação em meio à sociedade, e na perspectiva de linguagem e política, o autor vaticina por mudanças institucionais de caráter inclusivo no campo da participação para que as TICs proporcionem maior circulação de informação com vistas à transparência, à pluralidade e o diálogo, potencialmente causando uma “revolução” na própria noção de Estado democrático de direito, uma vez que o âmbito da comunicação política seja aperfeiçoado de forma a garantir participação que ponha a sociedade mais ativa quanto ao desempenho do governo.

Em Silva (2011) emerge a sugestão de que a crise da representação possa ser combatida com uma multiplicidade de formas de uso político das TICs. Pode-se induzir à maior transparência,

caso o cidadão perceba na web a oportunidade de exigir que a classe política preste publicamente satisfações que ela naturalmente deve ao eleitorado, prestando contas das atividades políticas e dos resultados públicos; ao lado disso, Silva (2011) também faz um apelo em favor da aproximação da opinião pública com as atividades do governo, similar ao almejado por Bourgon (2010). Isso provavelmente precisaria de envolver uma iniciativa maior dos representantes em ir atrás dos cidadãos para encontrar neles as avaliações, as opiniões, as demandas, as críticas e as sugestões que a sociedade possa apresentar a seus mandatários e com isso auxiliá-los numa condução mais eficiente e eficaz da política.

No segundo princípio de Silva (2011) pode-se encontrar o apelo por um maior espaço de manifestação da sociedade promovido pelo governo, enquanto no primeiro pede-se maior accountability por meio das TICs. Ocorre aqui, portanto, uma busca por soluções à crise que partam de transformações no comportamento dos representantes, em prol de uma melhor representação e informação aos representados, que seriam estimulados a fazer o seu civismo expandir. No último princípio abordado o foco está, de um lado, na ampliação da participação popular nas decisões, e de outro, no próprio aumento da representatividade política, posto que as TICs podem profundir vozes que compõem causas de candidatos que não alcançariam seu eleitorado por outros meios.

O pluralismo da governança via TICs pode ser lido não só com o viés da iniciativa dos representantes, mas também por meio do comportamento ativo da sociedade, que infere diretamente na governança tal como em Bourgon (2010) e em Klaus Frey (2002), mas também passa a conhecer com mais profundidade um número maior de candidatos e de bandeiras políticas, que têm então a oportunidade de receber apoio e reconhecimento dos cidadãos, eventualmente sendo legitimados por eles através do voto.

Pinho (2008) certamente encontraria bastante familiaridade conceitual com os trabalhos de Bourgon (2010) e Silva (2011). Assim como esses dois, ele vaticina por uma aproximação entre governo e sociedade pela via da comunicação, de forma que não só diálogos aconteçam mas que seja gerado para o cidadão a compreensão do trabalho e das iniciativas digitais do governo, também acompanhados de incremento cívico. Esses três autores proporcionam concepções bastante normativas no que tange as possibilidades de melhora da governança e do diálogo entre governo e sociedade, antevendo até que o potencial uso político da internet e

das redes sociais possa se manifestar inclusive para além das questões de representação. Outros pensamentos otimistas quanto às TICs se debruçam sobre problemas mais palpáveis, oferecendo à parte teórica desse trabalho formas alternativas de alimentar expectativas positivas quando ao potencial da internet para a política.

A possibilidade de acesso fácil a informações ligadas aos indivíduos, às decisões oficiais e às instituições inerentes à atividade política é um predicado da internet largamente discutido entre autores que buscam possibilidades de combater a crise da representação com ferramentas da web, já que através dela a distribuição de informação é livre, rápida e de baixo custo, o que permite a inclusão das camadas de poder aquisitivo inferior.

Ao estudar as atividades dos movimentos sociais na internet, Pereira (2011) discute o papel fundamental da circulação livre da informação pública aos indivíduos, com o intuito de fazer valer a governança participativa e pluralista e de gerar capacidade da sociedade civil de “(...) reconhecer problemas, avaliar possibilidades e argumentar, na busca de consensos ou não, (...)” (pp:5), fazendo da política um debate de alto nível de informações capaz de reduzir a crise do abismo entre representantes e representados.

Informação, nessa linha, é a um só tempo recurso e fator de vantagem, podendo inclusive determinar relações de poder numa sociedade democrática, de acordo com o critério de sua dotação; porém, a vantagem da web é justamente a facilidade de aquisição de conexão junto aos provedores; além, possibilidades portáteis como os smartphones só fizeram facilitar o consumo desses serviços, democráticos quanto ao acesso. Por essa perspectiva, as TICs podem oferecer hoje informação mesmo a quem antes não podia acessá-la, o que em alguma medida pode contribuir para alguma relativa democratização de acesso ao conteúdo informativo, ao assumir o papel de oferecer a baixo custo a informação ao cidadão (MARGETTS,2013), que potencialmente passa a ampliar sua cognição sobre política numa velocidade e num dinamismo peculiares à Internet.

Para Pereira (2011) a sofisticação do uso da informação é um fator igualmente basilar para um governo mais participativo, e o “(...) reconhecimento de que sua ampliação poderia levar a um nível mais elevado de conhecimento por parte dos cidadãos (...)” (PEREIRA, 2011, pp:6) parece servir muito bem de apelo para o combate à pobreza informacional, ainda que para o

bastante específico fim de ampliar a governança pelos canais digitais. Obviamente as TICs não são capazes de sozinhas garantir incrementos cognitivos e intelectuais para os usuários no campo da política, outros fatores individuais como, idade escolaridade, poder aquisitivo e classe social parecem inferir no tipo de uso que cada cidadão – ou mesmo cada representante – faz da web. Em Ana Júlia Possamai (2014) é apresentado o outro lado da questão, naquele que toca a adesão governamental das TICs. Nesse caso, há sempre que se levar em conta que a inserção de tecnologias por parte do governo não vai de encontro somente a efeitos da dependência de trajetória, aos entraves internos e às barreiras institucionais e políticas a tais avanços, mas também a um processo de rearranjo das instituições no sentido de se adaptarem a tais novidades, fazendo requerer novas regras e novas habilidades por parte dos líderes políticos e seus assessores – o que aproxima a perspectiva governamental da preocupação com os aspectos cognitivos encontrados no pensamento de Pereira (2011).

Nesse autor pode-se encontrar uma condição que deve ser satisfeita para que o projeto de expansão da informação como gatilho para maior participação e conseqüente solução da crise da representação seja exitoso, revelando uma faceta menos otimista. Os problemas de pobreza e desigualdade podem gerar dificuldades no que tocam o uso da internet, menos porque a conexão à internet é um serviço pago, e mais porque educação e instrução, necessárias ao uso cidadão das TICs, são caras e oferecidas com baixa qualidade aos indivíduos de menor poder aquisitivo. Logo se vê que, sozinho, o acesso à internet parece incapaz de mobilizar toda a sociedade, dado que um preparo pessoal intelectual básico é necessário para que seja formado o cidadão capaz de usar a web para o bem público.

Situações como a descrita acima denunciam que se por um lado há esperança de que as TICs estejam no caminho para a solução da crise da representação, por outro ainda há desafios outros que podem reduzir a crença de que a internet seja efetivamente capaz de contribuir para uma “boa” política, caracterizada especialmente pela presença da participação e engajamento cidadão, ao lado de atitudes transparentes do governo.

No próximo tópico desse capítulo serão apresentadas visões distintas e úteis para a promoção de um debate acerca dos limites da internet, discutindo fatos que possam servir de obstáculos a ela ou fazendo leituras de teorias de autores mais debruçados no funcionamento da sociedade de forma geral, nesse caso se apoiando em prismas mais sociológicos que ao proporem análises

sobre o comportamento coletivo, acabam por apresentar argumentos que contrariam uma visão otimista por motivarem desconfiança, descrença e ceticismo de que as TICs possam atingir objetivos que transformem a política e a sociedade.

### *IMBRÓGLIOS AO POTENCIAL DAS TICS*

No tópico anterior, foi discutida a comunicação entre representantes e representados, que é tema transversal a várias linhas diferentes de pesquisa e estudo em Ciência Política, e o advento da comunicação por internet, com suas especificidades que envolvem velocidade de transmissão de informação e facilidade de acesso, motores do potencial de aproximação dos políticos com a sociedade civil, também gerou em alguns acadêmicos a expectativa de incremento informacional aos cidadãos, que passariam a fazer, portanto, mais parte da política inclusive dividindo a governança com os que foram eleitos, como visto em Bourgon (2010) e Silva (2011); por sua vez, os representantes seriam incentivados a praticar maior transparência e exercer maior accountability.

As diversas plataformas sociais atuais, e mesmo os mais tradicionais meios dos blogs, sites pessoais e e-mails, já não são novidade na comunicação entre a sociedade civil e a classe política, dado inclusive que páginas oficiais são um recurso de comunicação que há bastante tempo é utilizado para facilitar a vida tanto dos representantes quanto dos representados. Ainda assim, alguns estudos se preocupam com a problemática do conteúdo nessas iniciativas de diálogo entre representantes e representados, de forma que a pretendida capacidade de fazer expandir a democracia e a participação na atividade política possa na verdade seguir apenas como potencial, não conseguindo alcançá-lo como um todo.

Se por um lado a normatividade de alguns intelectuais propõe para as TICs funções específicas e objetivas no desenvolvimento e evolução da política, com vistas a expandir principalmente a participação democrática, por outro, há alguns autores outros que discutem certos desafios e mesmo insuficiências (concretas ou teóricas) para que as TICs sejam efetivamente capazes de alterar a conformação da democracia.

Este tópico se baseará em pensamentos que convidam ao ceticismo no que tange o potencial democratizante da Internet. Essa parte do trabalho se dedica a reflexões que permitam uma



abordagem mais adequada à realidade da internet enquanto instrumento político, para isso relacionando alguns dos problemas intrínsecos à dotação de TICs.

Partindo da linha iniciada em Bourgon (2010) e Rancière (2008;2011), da importância dos aspectos cívicos, se observa uma natural demanda por educação de qualidade para que ele seja exercido – afinal, ao civismo é desejável a melhor qualidade de informação e cognição pessoais aos cidadãos para que estes participem da coisa pública com qualidade. Retornando a Pereira (2011), é possível observar ideia parecida em sua exposição sobre o problema da dificuldade enfrentada por parte da sociedade ao simples acesso aos serviços educacionais, que fica na contramão de uma almejada sofisticação do uso da informação, tão cara à participação. Aqui se apresenta também o problema preconizado por Hargittai (2002), ligado à falta de habilidade de uso da internet por alguns setores sociais, suprimindo todo o benefício que as TICs poderiam trazer para os esforços de maior consolidação da democracia

Ainda que defenda as TICs como meio eficiente de melhora e vigor da representação, esse autor lança luz sobre um constatado aspecto desafiador da realidade: a necessidade premente de combate à pobreza informacional, ainda que para a bastante específica finalidade de ampliar a governança via Internet. As disparidades de poder aquisitivo seriam um obstáculo à desejada ampliação da cognição e do civismo, pelo menos e principalmente no caso das TICs.

Nessa mesma linha, Pippa Norris (2001) já preconizava alguns dos desafios e problemas que as TICs enfrentariam enquanto supostamente buscassem expandir a democracia e fizessem circular informação pelo mundo. Para a autora, apenas o segmento da população mais dotado de recursos para adquirir acesso à conexão estaria apto a realizar a potência democrática da internet, de forma que através dela, apenas esses viriam a conseguir melhores resultados e informações públicas para si, o que faria desses meios digitais não uma ferramenta para inclusão, mas sim uma inovação instrumental das formas de reproduzir desigualdades e dominações na sociedade, revelando uma perspectiva de cooptação dos canais digitais pela política e não o contrário. Em Norris (2001), a situação não está limitada à desigualdade de recursos em meio aos âmbitos internos das sociedades, observando-se formas de estratificação social que são refletidas na própria possibilidade de dotação de canais digitais, mas também entre Estados diferentes; as democracias mais pobres teriam dificuldades de obter os meios de participação, deliberação e mobilização que dispositivos conectados podem oferecer.

Norris (2001) e Pereira (2011) oferecem destaque a um tipo bastante objetivo e visível de desigualdade; com outros autores é possível ver a mecânica de formas menos óbvias de falha das TICs em seu potencial democratizante. E para isso, o debate sobre os problemas que a Internet enfrenta para se transformar em instrumento democrático e participativo de passar pela construção da esfera pública, tal como compreendida em Habermas (2003a), que por sua vez, ainda que apontasse variações de tipos historicamente anteriores (tipos helênico, na Grécia antiga e feudal, na Idade Média), aferiu à atualidade a forma burguesa de caracterização das dinâmicas de esfera pública, dado que por pressuposto a esfera pública estaria controlada pela burguesia – e portanto, pelo capitalismo, o sistema genuinamente mantido por esse grupo.

Contudo, o que interessa a essa discussão nesse trabalho é especificamente a parte da literatura que discute a associação entre mídias digitais atuais e a Esfera Pública inerente a essa época (MEDEIROS, 2013; SAMPAIO & BARROS, 2011; DINIZ & RIBEIRO), e aqui é fundamental levar em conta que participar de esfera pública, qualquer que seja ela, é básica e sucintamente ter o poder de tomar parte de argumentações e julgar assuntos públicos (HABERMAS, 2003a). E de acordo com Margetts (2013), ao se relacionar as TICs à ideia habermasiana de esfera pública, interessa saber de forma mais clara que nesse caso pode-se enxergar a internet como materialização da ideia de uma

“(...) ‘network for communicating information and points of view’, where citizens in a republic can express their opinions, and deliberate and formulate some kind of common view or ‘will.’” (MARGETTS, 2013; pp:423)

Assim, é de se destacar a peculiaridade dos canais digitais de permitir maior presença e dinâmica de vozes nos debates no entorno das questões em comum aos participantes. Em sua mecânica, a Internet oferece suporte através de variadas ferramentas dialógicas para contatos entre indivíduos em que todos possam ouvir e se manifestar, como fóruns, blogs e redes sociais; característica que faz distinta a informação distribuída por meio das TICs se comparada àquela através da já tradicional TV, por exemplo.

Zizi Papacharissi (2009) reconhece o peso dessa característica e com ela a capacidade da web de vir a estabelecer em nível global a esfera pública, dado que a Internet cria um inédito espaço de visibilidade mundial para quem dele participar; todavia, aponta para enviesamentos que

não permitem que isso ocorra de fato. Ainda que por princípio todos os debates possam ser promovidos com igualdade e liberdade (direitos de participar e de se manifestar) por meio dos canais digitais, de acordo com a autora na prática eles servem para atender a interesses do capital – afinal, a própria esfera pública para o contexto capitalista só poderia ser burguesa.

Em consonância ao proposto por Papacharissi (2009), o trabalho de Wilson Gomes (2007) trata também da esfera pública e direciona sua análise para o papel dos meios de comunicação – categoria em que se pode ver as TICs muito bem abrigadas. Contudo, o autor enxerga um posicionamento ambíguo desses meios dentro da esfera pública, ao mesmo tempo promovendo espaços de discussão e se submetendo aos interesses capitalistas e às relações de dominação já existentes na sociedade (p:11). Em outras palavras, os canais digitais podem fazer o debate alcançar mais pessoas, o que é desejável no sentido de fortalecerem a democracia, mas não conseguem mudar ‘hábitos’ e cultura que tornam banais todas as formas de desigualdades. Portanto, produzem o efeito contrário à emancipação desejada por Rancière (2008;2011).

A literatura discutida nesse tópico põe em discussão a ideia de que as tecnologias de comunicação mais contemporâneas não vêm gerando transformações almejadas pelos mais otimistas, mas mantendo em vista o potencial que pode se realizar no futuro, de uma transformação da política e da representação no sentido de maior democracia e participação. De forma geral, as visões expostas confluíram para a ideia de que os maiores entraves para essas mudanças estão na desigualdade preexistente à própria Internet e mesmo à cooptação desta em favor dos segmentos sociais em posição dominante, servindo de conclusão ao debate que considere as dificuldades a serem enfrentadas pelo potencial das TICs.

Com isso, esse tópico se encerra com a colaboração de Andrew Chadwick (2006), que ajuda a compreender bem como a literatura atual compreende às TICs: “*It may be possible to analyze the politics of the Internet without much discussion of the Technologies themselves.*” (CHADWICK, 2006; pp:20). Portanto, os canais digitais são percebidos sobretudo como instrumentos de comunicação e não partes de uma categoria capaz de transformar sozinha a realidade – quem dominar essas tecnologias é que será agente de transformação ou manutenção do status quo social ou político.

No próximo tópico serão discutidos pensamentos sobre a relação dos parlamentos com a

Internet e as TICs, trazendo à tona também aquela parte da literatura que também discute o princípio da instrumentalidade dessas tecnologias dentro do âmbito dos parlamentos.

### *PARLAMENTOS, INSTITUIÇÕES E TICs*

Na discussão promovida logo ao final do tópico anterior, foi apresentada a noção de TICs como instrumento de comunicação, que mesmo dispondo do atributo peculiar da profusão de vozes e da possibilidade de afirmação, réplica e tréplica ad infinitum, ainda assim depende da intenção de quem a utilizar – seja para fins de transformação ou manutenção das situações sociais, seja para expandir a participação ou conservar o status quo da representação. Esse tópico se dedicará à literatura que se debruça sobre a forma com que os parlamentos lidam na prática com as possibilidades dialógicas introduzidas pelas TICs.

Num tom bastante otimista (e datado), Fishkin (2001; apud BRAGA, 2011) descreve algumas das aspirações acerca da relação entre a Internet e o parlamento, e essas têm a ver com a transformação dos papéis na lógica da representação, que passaria a comportar possibilidades democráticas deliberativas, participativas e mesmo diretas (sem a pretensão de acabar com o sistema representativo historicamente consolidado, a sugestão desse último tipo seria de que as TICs possam criar mais momentos de decisão que os cidadãos possam se manifestar diretamente, sendo uma versão mais radical das outras duas). Todavia, Margolis & Resnick (2000; apud BRAGA, 2011) faziam aposta contrária, manifestando a expectativa de que na prática, as TICs não seriam capazes de alterar por si só os hábitos e comportamentos parlamentares, cunhando o termo “Politics as usual” como título de seu trabalho.

Com considerações que servem de resposta às pretensões de Fishkin (2001) e Margolis & Resnick (2000), Sérgio Braga (2011) mostra, através de seu estudo sobre a campanha americana para presidente de 2010, que na prática as TICs não foram usadas para alterar as características poliárquicas da representação contemporânea, mas por outro lado não deixaram de oferecer possibilidades que conferissem maior dinamismo na relação entre a classe política e a sociedade civil. Com base em seu trabalho, Braga diz que

“A diferença agora, após a experiência política propiciada pela campanha eleitoral e pela primeira fase do governo Obama (...) (foi) que os recursos da chamada Web 2.0 foram amplamente empregados para dinamizar as instituições mais tradicionais das poliarquias, tais como a participação e a competição no processo de escolha de elites

políticas alternativas – e não para criar um novo ‘modelo de democracia’(...)”  
(BRAGA, 2011, pp:62)

Ao mesmo tempo que aponta para a conservação de comportamentos e de algumas das estruturas políticas preexistentes à era das TICs, Braga (2011) não ignora transformações que a Internet possibilitou, especialmente no contexto da Web 2.0 – o período em que as possibilidades participativas se apresentam por meio dos canais digitais. Mas não são apenas os espaços ampliados e diversificados da web atual que descrevem sua influência na política; a visibilidade também pôde se expandir e a imagem pública passa a trafegar por mais fluxos.

Diante disso, Stephen Coleman (2010) aponta para a perda de controle da imagem dos parlamentares britânicos, dizendo que as tecnologias de comunicação limitam a capacidade destes de evitar o escrutínio popular e mesmo de manter segredos sobre suas atividades, o que pode alimentar possibilidades democráticas de o cidadão dispor de informação e se sentir incentivado a buscar diálogos com os representantes e instituições, e mesmo construir mais fluxos informativos com base em sua própria perspectiva; ou seja, a porosidade da rede é capaz de influenciar os comportamentos parlamentares e institucionais (pp:87-88), outrora voltados para si mesmos num cenário de menor escrutínio e maior controle de imagem por eles mesmos.

Logo, esse autor inclui em sua discussão algumas das problemáticas inerentes à questão sobre a qual ele se debruça, que ele chama de ‘como fazer com que os parlamentos fiquem visíveis’; são elas: 1) quais tipos de informação poderiam ser anunciados pública e oficialmente pelos parlamentos?; 2) a informação deve ser oferecida gratuitamente ou com algum custo; e 3) aonde a informação a ser publicada deveria ser apresentada e armazenada para que o cidadão possa acessá-la? (pp:88). Essas indagações giram em torno das funções do ‘Electronic Publishing Group’, estabelecido pelos parlamentares para gerenciar a presença online dessa casa legislativa em 1995, e revelariam todo o esforço dos representantes ingleses de minimizar os impactos das TICs sobre o controle de suas imagens e sobre a publicidade de seus atos, num contexto mais restrito para as possibilidades da Web 2.0.

No primeiro caso, Coleman (2010) diz que no parlamento britânico teria ocorrido inicialmente a seleção de quais informações poderiam ser publicadas, com a possibilidade de revisão e correção por parte dos parlamentares antes da publicação final, ainda por cima assumindo haver algumas desnecessárias ao conhecimento cidadão. No segundo questionamento, é

revelado que o parlamento britânico teria criado dificuldades para ampla divulgação de material produzido dentro da casa, restringindo o acesso da totalidade do conteúdo apenas a seus membros e resguardando aos cidadãos um volume de informações muito menor, incluindo alguns custos ligados a direitos de publicação e licença para exploração do conteúdo. Por fim, ao trabalhar a terceira pergunta que propõe, o autor relata o fato de que no princípio apenas o site institucional havia sido criado para representação oficial do parlamento no ambiente online, por iniciativa dessa casa; isso teria implicado que o contato e a possibilidade de aquisição de conteúdo e informação oficial estariam sujeitos à própria regulação da casa.

Em contrapartida, iniciativas cidadãs surgiriam como resposta, a partir da constituição de dois grupos de usuários de Internet: aqueles que geram informação online e os ‘data-mashers’, aqueles que reúnem conteúdo de várias fontes diferentes incluindo o governo para oferecer novas ferramentas e serviços (MAYO & STEINBERG, 2007, pp: 12-13; apud COLEMAN, 2010, pp:90). Com isso, se iniciam esforços como o da página independente TheyWorkForYou, surgida em 2004, que oferece algum ‘serviço de rastreamento’ para as atividades parlamentares, de forma que o cidadão comum possa saber como anda trabalhando o seu representante nas votações, nos discursos e na atividade de seu mandato em geral. Com isso, Coleman (2010) traduz a história da inserção online da Câmara dos Comuns de Londres como um embate entre um esforço dos mandatários de se manter longe dos holofotes, de um lado, e a progressiva exigência da sociedade civil inglesa do respeito a princípios de informação, participação e transparência (pp:91), de outro.

Portanto, diante do cenário atual, para uma boa presença da casa parlamentar na Internet, de acordo com a ‘Puttnam Commission on the Communication of Parliamentary Democracy’ de 2006, os sites institucionais devem “At a minimum, (...) be consultative, interactive and easy navigable.”(COLEMAN, 2010, pp:91), abandonando as tentativas de impedir a ampla divulgação de informação e mesmo a participação cidadã em prol da conservação do controle de imagem da casa legislativa e seus membros. Ao invés disso, aqui se pleiteia fazer com que o público fique visível ao parlamento.

Dentro da lógica de discussão de portais oficiais de governo, Pinho (2008) mostra que o caso brasileiro não ficou distante de problemas verificados na história do caso inglês com Coleman (2010). Em seus estudos sobre sites institucionais, no caso envolvendo governos de estado,

Pinho (2008) apresenta a problemática da construção dos sites em termos de interatividade. Ainda que os poderes executivos subnacionais tenham dinâmicas bastante distintas das casas legislativas, o trabalho desse autor pode ser comparado ao de Coleman (2010) quando traz o mérito da construção dos portais, que pelo menos à época da pesquisa de dados, revelava alguma resistência dos órgãos oficiais em disponibilizar informações e fornecer possibilidades participativas aos cidadãos, ainda que o aspecto da tecnologia não decepcionasse (em 2005, ano que os dados foram coletados). Para Pinho (2008), portanto, nos exemplos verificados no Brasil se encontraram situações às quais a iniciativa cidadã percebida no caso britânico teria servido de resposta. Nas palavras do autor: “O problema aqui não é de tecnologia, mas de cultura política, de desenvolvimento político” (PINHO, 2008, pp:492).

Ainda no contexto do Brasil, o aspecto de cultura política lança luzes, dentre outras questões, sobre o personalismo político, focado na pessoa do parlamentar e não na casa legislativa ou mesmo no partido, que Braga et al (2013) discutem dentro do contexto de eleições municipais do sul do país. Com as suas contas nas redes sociais voltadas para suas imagens pessoais, os candidatos podem ter interação mais horizontal e com as próprias regras, junto ao seu eleitorado, canalizando a propaganda para a sua personalidade e não para “(...) conteúdo substantivo das *policies* ou de outras formas de identidade coletiva.” (BRAGA et al, 2013; pp:169), uma estratégia eleitoral que privilegia mais o carisma do que propostas razoáveis.

Embora o personalismo não seja um objeto de estudos novo, com Codato (2002) contextualizando esse fenômeno na política brasileira já nos anos cinquenta, e Novais et al (2011) discutindo a tensão entre a imagem individual do candidato e a coletiva do partido, a abordagem personalística exercida por meio dos canais digitais pode servir de método menos burocrático de representação, de acordo com Lilleker & Jackson (2009; 2011, apud BRAGA et al, 2013, pp:170), o que visto dessa forma pode ser compreendido como faceta do princípio de aproximação entre representantes e representados.

Em se levando em conta esse aspecto ‘benéfico’ da associação entre as TICs e a aproximação entre políticos (tanto em eleição quanto em mandato) com a sociedade, produzida por meio da tradicional característica personalística da política no Brasil, alguns achados de Braga (2005) ficam mais fáceis de compreender. Numa pesquisa sobre como as TICs influem no funcionamento de casas legislativas no Brasil, ele nota que “(...) os parlamentos brasileiros

apresentam um índice relativamente elevado de informatização sobre as bancadas e sobre a *biografia*, individualmente considerada, dos parlamentares.” (BRAGA, 2005; pp:19), observando também que a disponibilidade de fotos dos deputados em mandato fazem sugerir que os sites oficiais das casas acabam por servir de meios de propaganda dos mandatários individualmente (pp:19).

Porém, a constatação da falta generalizada de informações sobre a atuação parlamentar em meio às diversas casas legislativas estudadas (pp:19) revelam o outro lado do personalismo, que é o foco na imagem no candidato e não em seu trabalho de representação, atrelado ao esforço de controle de visibilidade e de informação por parte dos parlamentos, amplamente discutido em Coleman (2010) e Pinho (2008) como questão a inferir nos princípios de transparência e publicidade.

Entretanto, para além do fator do personalismo, os exemplos nacionais acabam por se constituir também em algo similar ao discutido no caso inglês, no que tange não só ao controle das regras de uso do site, como da visibilidade e da informação das atividades do governo em si, o que faz descrever o problema de a web ser usada de forma que o governo seja apenas emissor de informação, em posição ativa, diante de uma sociedade civil passiva, operando apenas como receptor desse conteúdo ou espectador. Contudo, há de se notar que a experiência com baixa interatividade da política seja algo comum em vários regimes democráticos pelo mundo, obviamente levando-se em conta a especificidade e o peso dos aspectos de contexto para a discussão de cada caso.

Diante disso, Manuel Castells (2003), ao olhar para um contexto europeu ampliado, também enxerga as mesmas questões da baixa interatividade dos portais de instituições políticas, verificadas desde anos atrás. Porém, ainda que faça parte do grupo de autores mais esperançosos que acreditam na capacidade de a Internet de fazer os cidadãos “(...) serem quase tão bem informados quanto seus líderes (...)” e por isso também “(...) solicitarem informações, expressarem opiniões e pedirem respostas pessoais a seus representantes.” (CASTELLS, 2003, pp:128), o pensamento de Castells (2003) também leva em conta que a ineficácia do diálogo entre representantes e representados pode ser decisiva para que o cidadão se acomode com a ideia de não participar face à baixa interação – o que pode auxiliar a compreensão de Pinho (2008) quanto às questões de cultura política como entrave ao potencial dialógico



oferecido pelas TICs.

Helen Margetts (2013) segue os passos de Coleman (2010) e de Pinho (2008) quando retrata a dinâmica da relação entre TICs e parlamentos, especialmente no contexto de durante as legislaturas, como um híbrido de avanços e conservações de comportamentos, mas consegue introduzir de forma breve a ideia de que – diferentemente dos autores acima, que se focam sobretudo em estudos dos sites oficiais – a sociedade civil dispõe de mecanismos de escrutínio que não passam pelos portais institucionais oficiais (pp:425), o que coloca em cheque o controle que os parlamentares buscam sobre o tráfego de informações vinculadas à própria imagem ou à da casa – algo retratado por Coleman (2010) no exemplo do site TheyWorkForYou, mas apresentado então com menor realce. Essa noção dá base ao termo cunhado por Coleman (2009, apud MARGETTS, 2013) de que os canais digitais anunciaram “a era da visibilidade onipresente” (pp:425).

Portanto, uma vez que o cenário do controle das informações relativas à atividade política parece ter escapado totalmente das mãos dos parlamentares, já que há formas de se contornar os limites dos sites institucionais através de outras ferramentas online, resta aos representantes buscar alterar seu comportamento para que se adeque ao contexto mais atual, em que o escrutínio popular está facilitado pelas TICs.

Por isso mesmo, Cristina Leston-Bandeira (2007; 2012) aponta que as casas legislativas deveriam atualizar a forma de usar seus canais oficiais no sentido de melhorar a representação contemporânea, inclusive prevendo que os atores (tanto internos quanto externos) aumentam de número num cenário de ampla visibilidade propiciado pelas TICs. Aqui se apresenta também um debate sobre questões perceptuais: em que medida os canais sociais afetam como o cidadão percebe o mandato de seus representantes, de um lado, e como induzem o parlamentar a enxergar seu horizonte de ação, considerando as pressões que partem dos cidadãos e de seu partido, do outro (2012, pp:426).

Levando em conta a discussão onde se encaixam as visões de Coleman & Moss (2008), Norton (2007) e Zittel (2003), Leston-Bandeira (2012) contribui ainda mais com a compreensão do status atual do uso de TICs por parte dos parlamentos. A partir desses autores, fica estabelecido que as TICs vieram sobretudo para alterar a forma com que a representação é exercida, sendo

que em Coleman & Moss (2008, apud LESTON-BANDEIRA, 2012) está prevista uma aproximação entre cidadãos e parlamentares que tornaria o diálogo entre eles mais informal (pp:427), o que pode ser entendido como potencial incremento de confiança entre os dois. Quanto a Norton (2007, apud LESTON-BANDEIRA, 2011) e Zittel (2003, apud LESTON-BANDEIRA, 2011), a Internet seria responsável pela criação de formas específicas de representação e comunicação entre parlamentares e cidadãos (pp:427), baseadas em maior participação e voz da sociedade – respectivamente os tipos “Tribuna” e “Tecnológico”, que apostam na capacidade das TICs de alterarem progressivamente as relações de representação no sentido de fazer aproximar as duas partes.

Diante desse cenário, Leston-Bandeira (2007) oferece proposições mais pragmáticas para os parlamentos contemporâneos seguirem carregando o poder de representar, para isso adotando estratégias de ação diversas ao modelo anterior de busca do controle da visibilidade e da informação sobre a casa. Para tal, de acordo com ela, as casas legislativas devem buscar sua legitimidade nas TICs justamente afim de fazer baratear e agilizar o acesso à informação ao cidadão, de propiciar comunicação e participação junto a um público maior e mais plural, e de quebra fazer com que os procedimentos formais internos ao parlamento também ganhem em agilidade (pp:657-658). Ou seja, para a autora, uma vez que os hábitos antigos sejam superados, os parlamentos podem usar as TICs não só em benefício da qualidade da atividade representação, mas também para ganhos de melhora dos processos internos da casa e para ampliação da confiança do cidadão em seu representante.

Em estudos empíricos mais recentes, Leston-Bandeira (2013a; 2013b) chegou a novas conclusões que ajudam a compreender como os parlamentos pelo mundo todo vem trabalhando mais recentemente no sentido de se adequar ao potencial das TICs. Um dos achados é o esforço considerável das casas legislativas em se incluir nas redes sociais, inclusive verificando que os legislativos da América Latina, por exemplo, dispõem de adesão ao Facebook e ao Twitter em volume superior aos das câmaras européias (2013a; pp:9). Nesse ínterim, podem ser exploradas potencialidades da web 2.0 ligadas justamente à agilidade e à aproximação com o eleitorado (2013b; pp:1).

Por outro lado, há conclusões em Leston-Bandeira (2014) que fazem o otimismo quanto às TICs na empiria perderem um pouco do seu fôlego. Segundo a autora, a natureza do processo

decisório não se mostra passível de transformações por parte da tecnologia, ao mesmo tempo que os canais sociais também não apresentam desenho realmente adequado ao engajamento institucional, já que o parlamento é por si só um corpo coletivo enquanto as TICs são ferramentas majoritariamente projetadas para uso individual (pp:1).

Nesse ponto do trabalho esse capítulo se encerra, uma vez que tenham sido discutidas as questões de transparência, publicidade e participação, ao lado da história da relação entre parlamentos e TICs, tanto em um amplo âmbito internacional quanto o nacional com algumas de suas peculiaridades. Por fim, Cristina Leston-Bandeira (2013; 2014) introduz uma discussão pertinente às próximas etapas desse trabalho, que busca estudar a participação individual dos parlamentares do legislativo mineiro nos canais sociais, propósito que deve levar em conta não só a contribuição dessa autora como também a de Sérgio Braga (2005; 2013), que se preocupa com o comportamento individual dos deputados na Internet.

O próximo capítulo introduz questões de outras naturezas, mas que ajudam a discutir e circunscrever melhor o objeto desse trabalho, que é o comportamento parlamentar na Internet dos membros da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) em sua 17ª legislatura. Para tanto, será mobilizada literatura que contemple as instituições legislativas de forma ampla, a ALMG em si mesma no que toca funcionamento da casa e das iniciativas de ampliação de transparência, publicidade e participação via Internet, e o próprio comportamento de parlamentares mineiros.

Ao fim, discussões em torno da geografia eleitoral, basilar para esse trabalho, serão adicionadas de forma não só a colaborar com as discussões promovidas em torno da atividade legislativa e do comportamento parlamentar nas TICs, como também preparar terreno para o subsequente capítulo das análises de dados.

## **CAPÍTULO 2: ESTUDOS LEGISLATIVOS, ALMG E GEOGRAFIA ELEITORAL**

### *BREVE PANORAMA DOS ESTUDOS LEGISLATIVOS*

O campo dos estudos legislativos é um dos mais tradicionais e consolidados da ciência política, sendo ele responsável por produzir conhecimento sobre um dos aspectos mais centrais a constituir sistemas democráticos: as instituições de representação. Como visto no capítulo anterior, na contemporaneidade a relação entre Internet e parlamentos se revela um interessante entroncamento entre esse campo dos estudos legislativos e o dos debates em torno do potencial político das TICs.

Como um todo, este capítulo se trata de apresentar discussões que trazem à tona noções importantes dos estudos sobre a ação dos legisladores e a dinâmica das casas legislativas de nível estadual, tratando da Assembléia Legislativa de Minas Gerais de forma mais específica numa seção separada. Além, serão discutidas com destaque a obra e o modelo de análise de Barry Ames (2003), proponente de uma taxonomia de comportamento parlamentar de interesse para essa dissertação, junto ao pensamento de alguns de seus colaboradores e críticos; tal tipologia é basilar para as análises que essa dissertação oferecerá nos capítulos seguintes.

A essa dissertação é importante visitar algumas discussões em torno do legislativo e os parlamentos, casas genuínas da atividade de produção de leis que está ligada ao comportamento parlamentar, tema tão caro a esse trabalho. Com as discussões logo a seguir, ficam mais evidentes algumas das características e temas mais frequentes dos estudos legislativos, com destaque para as dinâmicas nas casas estaduais.

Dentro do sistema político brasileiro, as prerrogativas do poder legislativo extrapolam o princípio da representação, agregando a este as funções de fiscalizar o poder Executivo de mesmo nível e de avaliar políticas públicas, de acordo com Anastasia e Inácio (2010). Segundo essas autoras, nos arranjos institucionais legislativos brasileiros o desafio está em gerar accountability, considerando-se que, além de servir de freio e contrapeso ao Executivo, entraves ligados à separação de poderes e federalismo devem ser contornados (pp:35).

Para se produzir accountability, ao lado de representatividade e estabilidade política, segundo as autoras alguns instrumentos se fazem necessários, como deliberação, participação e representação enquanto atividade do parlamentar (pp:35). Ou seja, se oferece aqui a

compreensão de que, para as casas legislativas funcionarem adequadamente em prol da democracia, aqui entendida como “(...) conjunto de interações entre atores portadores de interesses e capacidades, sob determinadas regras” (ANASTASIA & INÁCIO, 2010, pp:34-35), estas instituições de representação devem se aproximar ao máximo do cidadão, o defendendo e trazendo os interesses dele para a arena decisória.

Contudo, confluindo com parte dos autores do capítulo anterior, que criticam certas carências de desenvolvimento institucional, Anastasia e Inácio (2010) buscam compreender a realidade dos parlamentos brasileiros e pontuam que os legislativos do país não se mostram prontos e operantes para exercer a função de monitoramento das atividades do Executivo, em muitos casos deixando que este aprove sem resistência a sua agenda, incluindo suas próprias propostas de caráter legislativo e as políticas públicas que deseje implementar. Tal despreparo confere às instâncias executivas uma capacidade decisória sensivelmente maior que a daquele que deveria servir de seu contrapeso, o legislativo institucional (pp:37). Diante dessa posição frágil dos parlamentos brasileiros, uma das sugestões das autoras é a da adoção de processos

“(...) que permitam às diferentes casas legislativas cooperarem entre si na produção e troca de informações, expertise e instrumentos de avaliação, de forma a construir uma visão mais compreensiva relativamente às responsabilidades pelas políticas ofertadas aos cidadãos e seus resultados.” (ANASTASIA & INÁCIO, 2010, pp:37)

Portanto, a sugestão dessas autoras é a de que as casas legislativas do país se proponham a estabelecer laços de cooperação para adquirir progresso no sentido de melhorarem seus desempenhos institucionais de forma conjunta, se habilitando a perseguir projetos de alteração de suas atividades e sua agenda em prol de “(...) reproduzir as condições adequadas para que o processo decisório seja a expressão e a resultante do debate e da deliberação pública e não a mera agregação de preferências dadas.” (ANASTASIA & INÁCIO, 2010, pp:39).

Logo, no caso brasileiro a especialização da atividade legislativa se apresenta como necessidade premente. A especialização da atividade parlamentar redefine o diálogo entre representantes e representados, favorecendo uma melhor compreensão das demandas da sociedade por parte dos legisladores, o que serve de insumo para melhores condutas parlamentares na direção da representação e da sua atribuição de fiscalização do Executivo.

Citando Manin (1995), Anastasia e Inácio (2010) dizem que uma maior interlocução entre o cidadão e os legisladores promovem a ampliação de bases informacionais da ação legislativa e a conservação da independência dos parlamentares em meio aos processos deliberativos (pp: 49), resultando numa instituição que opere como contrapeso maior e capaz de realizar com maior eficiência e eficácia as atividades de monitoramento e fiscalização do Executivo além da representação dos anseios da sociedade.

Enquanto a aspiração normativa do texto aponta para a necessidade de maior preparação dos legisladores brasileiros para o correto desempenho de suas atribuições, o comportamento parlamentar na prática se revela condicionado a outros aspectos, e o deputado acaba por ter de negociar não só com o cidadão. Seguindo o argumento de Arnold (1990), Anastasia e Inácio (2010; pp:49) também identificam o peso das lideranças de coalizão partidárias nas decisões das casas legislativas, que interferem no voto do parlamentar em plenário, eventualmente conduzindo-o para interesses das agremiações e não a demandas sociais.

Além disso, segundo elas o próprio arranjo constitucional produz desigualdades relevantes que determinam desvantagem de capacidades das diversas casas legislativas dos estados brasileiros, quando se comparam as Assembleias Legislativas estaduais com a Câmara. Levando em conta o argumento de Marta Arretche (2009), Anastasia e Inácio (2010) afirmam que a competência legislativa entre os diferentes níveis de governo se centraliza na esfera federal, relegando as casas do nível estadual a um plano inferior e sem poder de veto (pp:42).

Apesar de discutir de forma ampla as práticas dos legislativos no Brasil, Anastasia e Inácio (2010) introduzem a problemática das diferenças existentes nas atividades e capacidades dos parlamentos dos níveis federal e estadual, fazendo concluir que cada nível terá sua dinâmica própria, variando também na capacidade de contrabalancear o Executivo do mesmo nível.

As considerações de Anastasia e Inácio (2010) introduzem a discussão sobre o nível legislativo de interesse para essa dissertação: o nível estadual, onde estão as assembleias legislativas. Pelo menos no Brasil, os estudos sobre instituições estaduais ainda são pouco comuns, e os debates que abarcam os parlamentos do nível local ainda parecem receber pouca atenção.

Contudo, o campo não é tão novo. Fernando Abrúcio (1998) é um autor que permanece referência na ciência política, e em sua obra oferece considerações sobre as casas legislativas

estaduais dentro de um caráter histórico, levantando a especificidade destas diante do equivalente de nível federal ao mesmo tempo que discute como funciona o jogo de ‘peso e o contrapeso’ entre o governo do estado e assembleia estadual.

Ainda que escrita há quase vinte anos, sua obra, “*Os barões da federação*”, revela arranjos derivados da CF1988, válidos em seu escopo até os dias de hoje. Obviamente que mudanças ocorreram nesse espaço de tempo, mas os desenhos institucionais básicos não sofreram alterações sensíveis desde então, pois dependeriam de mudanças constitucionais.

Se em Anastasia e Inácio (2010) a leitura é a de que de forma geral as casas legislativas brasileiras não fornecem de fato e com efeito uma resistência prevista à capacidade do Executivo de aprovar sua agenda, em Abrúcio (1998) o panorama para o nível estadual seria ainda menos animador nesse aspecto do que o nível federal. Segundo ele,

“Ao contrário do âmbito federal, onde há instâncias geográficas (regionais ou estaduais) contrabalançadoras do poder do Executivo Federal, nos estados não existem estruturas político-administrativas intermediárias que equilibrem e agreguem os diversos interesses locais extremamente fragmentados e pulverizados ao longo do espaço estadual.” (ABRÚCIO, 1988, pp:136)

Logo, fica entendido que a composição do sistema político estadual é especialmente fraca para garantir que a assembleia forneça a devida resistência ao governo, que por sua vez consegue assegurar a aprovação de sua agenda sem dificuldades. Em Abrúcio (2010), a disparidade entre esses dois poderes é tão grande que, segundo o autor, o Executivo estadual alicerça toda a política regional, com a ação política sendo organizada e baseada nos partidos; já estes são fracos diante do governo do Estado, e é normal que políticos mudem de partido acompanhando mudanças no Executivo estadual (pp:124). O governo estadual, junto aos caciques partidários desse mesmo estado, é que organiza os cabos eleitorais e os intermediários locais (*Idem*), processo que não inclui os parlamentares das assembleias dos estados.

Portanto, diante do sistema proporcional de lista aberta e desse panorama que sobrepõe o poder do Executivo ao do parlamento estadual, segundo Abrúcio (1998) os candidatos a essa casa encontram incentivos a adoção de estratégias eleitorais de caráter individualista e não partidária (pp:134). Uma campanha individualizada para o cargo na assembleia, no cenário da

regra da proporcionalidade, que não prevê distritos, “(...) resulta em maior vulnerabilidade das bases eleitorais dos deputados estaduais.” (ABRÚCIO, 1998, pp:135); e ainda que os candidatos ao cargo parlamentar estadual façam campanha e montem sua base eleitoral numa região geográfica específica envolvendo alguns municípios, o fato é que eles não são eleitos por uma circunscrição formal, ou seja, o que seria um distrito (pp:134). Com o império da proporcionalidade, as representações são dos partidos e não das regiões.

Isso gera um quadro de fragilidade do poder legislativo estadual, e esse “(...) enfraquecimento dos deputados estaduais se dá, portanto, porque eles não têm o ‘monopólio’ da representação espacial nos estados (...)” (ABRÚCIO, 1998, pp:136). Assim, para garantir recursos para sua base, os deputados estaduais acabam tendo de agir sempre como governistas (*Idem*), o que provavelmente inviabiliza as disputas partidárias, ainda que a proporcionalidade os favoreça.

Por fim, Abrúcio (1998) conclui seu pensamento quanto à fragilidade das assembleias legislativas estaduais afirmando sobretudo a incapacidade dos deputados estaduais de romperem com o pernicioso jogo que privilegia os poderes do Executivo estadual, onde se distribuem benefícios a “distritos informais” (pp:137); ao lado disso, o autor inclui a carência de atualização de regimentos internos, alguns de antes da CF1988, e a falta de corpos técnicos especializados em atividades parlamentares (pp:138), aspecto que o aproxima de Anastasia e Inácio (2010), um texto mais recente que também aponta para a necessidade de expertise.

Já em Anastasia et al (2009) o foco está no agir individual dos deputados, além das questões das assembleias enquanto instituições legislativas e de representação. Considerando que os deputados sejam atores racionais, ou seja, orientados para fins (pp:964), citam Mayhew (1974) e Fenno (1973) para deles tomar emprestado o pressuposto de que a finalidade principal dos parlamentares é a reeleição (ANASTASIA et al, 2009, pp: 964). Em Fenno (1973), além de ser reeleito, os deputados vislumbram também um ganho de poder dentro do parlamento e, com menos ênfase, buscam boas políticas públicas.

Citando Arnold (1990), eles discutem como então a ação parlamentar pode sofrer incentivos diversos, que façam privilegiar em alguns momentos grupos em particular, em outros as suas bases geográficas, e em outros as questões de interesse geral (ANASTASIA et al, 2009, pp: 965). Isso significa que o comportamento do legislador pode ser difícil de prever, havendo



nesse ínterim um punhado de cálculos a serem feitos para que seja adotada uma boa estratégia – uma capaz de favorecer a reeleição ou qualquer um dos outros dois objetivos discutidos em Fenno (1973). De acordo com Anastasia et al sobre o pensamento de Arnold:

“(...) quando têm de tomar uma decisão, os legisladores se perguntam, em primeiro lugar, qual das alternativas em competição contribui mais para suas chances de reeleição. Sob essa perspectiva, para tomar uma decisão, o legislador precisa: (a) identificar todos os públicos atentos e desatentos que podem se preocupar com a questão em pauta; (b) estimar a direção e a intensidade de suas preferências (reais e potenciais); (c) estimar a probabilidade de as preferências potenciais serem transformadas em preferências reais; (d) pesar todas essas preferências de acordo com o tamanho dos vários públicos atentos e desatentos; e (e) dar um peso especial às preferências de seus apoiadores consistentes (ANASTASIA et al, 2009, pp:965).

Nessa linha de discussão, os apoiadores consistentes são figuras centrais para a campanha e consequente eleição de um candidato para o cargo de parlamentar, operando não só como financiadores de campanha, mas também como atores a angariar apoio ou mesmo formadores de opinião; independentemente da colaboração, “(...) os principais apoiadores consistentes que um deputado estadual pode ter são prefeitos, vereadores, deputados federais, senadores, empresários, líderes comunitários ou sindicais, religiosos, professores e comunicadores de massa.” (ANASTASIA et al, 2009, pp: 966).

Além da discussão teórica sobre a atuação parlamentar, Anastasia et al (2009) também realizam algumas análises de dados, chegando a resultados interessantes para essa dissertação, com dados de doze estados diferentes no ano de 2006. Algumas de suas principais conclusões são as de que, de forma geral, os deputados têm tendência ao comportamento particularista, ou seja, voltado para suas bases geográficas, tal como descrito em Abrúcio (1998), e como será visto à frente, também em Barry Ames (2003).

Dentre outros achados, está o de que permanece válida a ideia de Lima Júnior (1983) de que há especificidades de comportamento nos estados, considerando-se também a existência de subsistemas partidários para o nível estadual (pp:971), o que interfere na composição de alianças e coalizões que podem não refletir as dinâmicas de outros estados e nem mesmo a do nível federal. Trazem à tona também uma notável variedade de padrões de competição legislativa interna aos estados – derivada das competições partidárias específicas de cada um,

por sua vez operacionalizada por cálculos que associam variáveis ligadas às dimensões da relação entre governo e oposição, da ideologia (esquerda versus direita) e do grau de dispersão das forças políticas (pp:971-972).

Conclui-se também que ocorre nos diferentes estados, uma variação de padrões de competição eleitoral – isso é, fora do contexto de mandato, levando em conta variáveis de voto, partidos e ideologia (pp:968-969). Algumas tendências foram observadas, e num modelo que busca relacionar essas expressões de competição com a prática particularista, percebe-se que o paroquialismo é mais alto diante dos cenários de maior competição eleitoral, verificando-se o contrário quando se associa a alta competição legislativa e o particularismo dos parlamentares.

Além, os achados também associam positivamente os partidos de direita e o comportamento paroquial (pp:981-982) e o mesmo se dá no caso de apoiadores consistentes tipicamente regionais, como prefeitos e vereadores, que igualmente têm associação positiva com o particularismo dos candidatos a deputado (pp:983). Entretanto, não há associação forte entre o comportamento paroquial e os apoiadores consistentes que se baseiam principalmente em grupos, como sindicatos, empresários, religiosos, etc. (*Idem*).

Com isso, a conclusão final que esse trabalho oferece é a de que, ainda que sejam observadas tendências comuns entre os casos estudados em Anastasia et al (2009), os legislativos estaduais devem ser estudados tendo em vista as suas peculiaridades; afinal, há padrões específicos de competição eleitoral e legislativa em cada um, não sendo possível obter uma ideia razoável da ação dos deputados estaduais durante o mandato ou a campanha, talvez apenas dos incentivos para os quais o comportamento é consequência.

Na seção seguinte será apresentado o pensamento de Barry Ames (2003). Ao passo que muitas de suas conclusões se revelem parecidas com os achados de Abrúcio (1998) e alguns dos debates que mobilizam sejam comuns a Anastasia et al (2010), o mais importante desse autor para essa dissertação, contudo, é o modelo taxonômico proposto em sua obra.

#### *BARRY AMES E OS ENTRAVES INSTITUCIONAIS*

O outro eixo teórico dessa dissertação compreende noções da geografia eleitoral, mais

especificamente o trabalho de Barry Ames (2003). Em seu *'Os entraves da democracia no Brasil'*, o objetivo do autor é estudar o funcionamento das instituições brasileiras, mais particularmente se debruçando sobre o comportamento dos parlamentares da Câmara durante o mandato.

Se trata de uma obra de grande complexidade, envolvendo análises de dados referentes a um contexto do passado e em uma casa legislativa que não a de interesse para essa dissertação; de fato, pinceladas do que o autor discute podem ser bem-vindas para contextualizar o seu estudo, entretanto o fundamental de Ames para a investigação aqui proposta não é sua pergunta sobre entraves institucionais experimentados no Brasil, mas sim sobre o modelo que ele propõe na busca de respostas para tal. Contudo, dada a centralidade do trabalho de Barry Ames para essa pesquisa, um panorama mais geral sobre os conteúdos dessa obra será oferecido, acompanhado de algumas considerações de Carlos Ranulfo Melo (2006), Nelson Rojas de Carvalho (2003) e outros autores a essa obra.

Trabalhando com dados de deputados do parlamento federal no exercício de seus mandatos entre as décadas de 1980 e 1990, o autor fornece o diagnóstico de que as instituições brasileiras funcionam mal e de forma generalizada. Também presentes, em parte, na obra de Anastasia e Inácio (2009), alguns dos principais problemas do sistema, segundo ele, recaem sobre “(...) o sistema eleitoral, as regras de formação de partidos, a natureza da presidência e a separação de poderes entre o governo federal, governos estaduais e prefeituras” (AMES, 2003, pp:332).

Como resultado, em seu conjunto estas características instauram um quadro de permanente risco de paralisia decisória, uma vez que possibilitam um cenário de número excessivo de atores com poder de veto, aos moldes do discutido e definido por George Tsebelis (2001), um estudioso da natureza das instituições políticas democráticas e os desenhos institucionais que dificultam a tomada e implementação de decisões por conferir poder de veto a atores diversos, individuais ou coletivos (pp:36-100).

Em Barry Ames (2003) o sistema eleitoral brasileiro é entendido como problemático, favorável à accountability ineficiente, dado o paroquialismo generalizado, e sendo permissivo em excesso com regras de coligações entre parlamentares e recomposição de alianças (pp:61), que se formariam unicamente para forçar o Executivo a conceder emendas a eles ou suas bases.

Esse ponto é comum a Abrúcio (1998), que contudo se foca nas dinâmicas estaduais. Isso faz descrever o fenômeno chamado de ‘democracia delegativa’, onde o princípio democrático sofre dificuldades de consolidação e institucionalização, resultando em problemas de representação (O’DONNELL, 1991, pp:26), pois em Ames (2003) os deputados não cooperariam por outra razão que não o benefício pessoal ou paroquial, sendo indiferentes às demandas por políticas de caráter difuso, indo de encontro a Anastasia et al (2010), que consideram o particularismo como apenas mais um de um grupo de incentivos diferentes para a ação dos legisladores.

Ainda que o foco esteja no comportamento parlamentar, a discussão por ele promovida põe em cena atores do poder executivo, e isso se deve ao fato de que nessa obra a figura da emenda parlamentar é muito importante: ela é o principal instrumento através do qual os deputados conseguem angariar fundos para a implementação de políticas públicas por eles pleiteadas, sobretudo direcionadas às suas paróquias. Essa mecânica também está presente em Abrúcio (1998), para quem os deputados estaduais acabam se posicionando sempre como governistas, afim de extrair recursos estaduais para suas bases.

Logo, no diagnóstico de Ames (2003) as regras do jogo são desenhadas para que o parlamentar se sinta incentivado a expandir ao máximo os seus benefícios pessoais e a buscar recursos que atendam os anseios de seus eleitorados particulares, fenômeno conhecido como ‘pork barrel’. Esse comportamento se destacaria na maioria do parlamento, que veria mandatos serem conduzidos de forma paroquial, completamente avessos à construção de políticas nacionais; na prática, cada mandatário estaria apto a determinar seu próprio preço em meio a iniciativas de cooperação, agindo de forma totalmente egoísta e oportunista.

Como resultado disso, o autor percebe uma generalizada falta do controle das bancadas por parte dos líderes partidários na Câmara, o que resulta em obstrucionismo parlamentar e morosidade processual a pressionar o presidente da República a constantemente costurar maiorias legislativas em prol da governabilidade. Segundo Melo (2006), Ames encara como um aspecto histórico que não se alterou nem mesmo com a promulgação da CF1988 a ideia de que nenhum projeto legislativo com origem no Executivo poderia passar pela apreciação dos deputados sem que oportunidades fisiológicas fossem por estes aproveitadas (pp:247).

No cenário federal, os incentivos ao comportamento individualista partem da existência de lista aberta, que desloca poder dos líderes para o deputado individual; os partidos são extremamente fracos para assegurar disciplina e para agregar interesses e produzir programas coerentes de governo (pp:100). Nesse cenário, ocorre larga personalização da política, que segundo o autor pode enveredar também para questões como a corrupção e o imobilismo de políticas públicas (pp:74), além, é claro, do próprio paroquialismo.

No trabalho de Ames (2003), o foco no agir individual, com nível de análise nos parlamentares enquanto indivíduos, encontra abrigo também em Mainwaring (1999), para quem o protagonismo individual é oriundo da fraqueza das instituições e dos partidos (nesse caso com exceção dos de esquerda), e em Santos (1999), que critica a conexão eleitoral entre deputados e cidadãos, visto que os primeiros não dispõem de informação satisfatória e confiável sobre as preferências dos seus eleitores – uma sugestão que, pelo menos em parte, vai de encontro a Ames (2003), pois para este o maior anseio dos deputados é atender a sua base eleitoral de forma paroquial e clientelista, o que por si só presume conhecimento dos anseios de sua base; essa é uma premissa de que Santos (1999) discorda, provavelmente enxergando dificuldades no sucesso da prática clientelística.

Em Ames, o processo baseado em clientelismo não se restringiria ao mandato, sendo a campanha eleitoral um ponto chave para a criação de redutos eleitorais locais; estes últimos são compreendidos como espaços geográficos marcados como ‘alvos’ de benefícios a serem negociados pelos futuros deputados. A seguir, acompanhando a linha de discussão do livro, Ames (2003) apresenta seu modelo, que se baseia justamente na questão geográfica eleitoral.

#### *A TAXONOMIA DE BARRY AMES*

Seguindo o panorama do trabalho de Ames (2003), é neste momento que entra em cena a busca da dominância política regional, a disputa por maiores fatias do eleitorado de um dado município ou região de forma a se constituir justamente um reduto de um mandatário, que poderá manter bem definido sua própria expressão paroquial. E é nessa discussão sobre o particularismo parlamentar que são apresentadas as duas variáveis basilares para a constituição do modelo desse autor, que por sua vez é fundamental a essa dissertação.

Além do já mencionado aspecto da dominância, que descreve o tamanho da base eleitoral de

um candidato dentro de um município e que revela justamente aqueles mais competitivos, Ames (2003) apresenta também o aspecto da dispersão geográfica das bases de cada um, denotando assim o número de regiões que, somadas, compõem o montante total de votos recebidos por cada parlamentar.

Sendo assim, o cruzamento entre as variáveis faz descrever quatro tipos diferentes de perfil geográfico eleitoral dos candidatos, sendo possível verificar exemplos caracterizados por elevadas dominância e concentração simultâneas; ou por baixos valores das duas variáveis; ou ainda por alta dominância e baixa concentração e também vice-versa (pp:61-70).

O modelo taxonômico de Barry Ames (2003) é simples, todavia dando margem à discussão de ampla gama de variáveis de natureza distinta à da geografia eleitoral, mas influenciadas por ela. Na tipologia proposta pelo autor, cabem quatro variações, que cruzam dominância municipal e distribuição espacial do voto. Daí ele estabelece seus tipos ideais.

O tipo ‘concentrado-dominante’ se refere a candidatos eleitos em peso em apenas um dado município ou pequeno conjunto de municípios e sendo também proporcionalmente mais votado nesses locais que seus concorrentes. Está associado à imagem dos redutos eleitorais tradicionais, presença de famílias de tradição política, acordos com caciques locais e ‘velha’ política de empreguismo e clientelismo (pp:66-68).

Outra categoria de deputados eleitos por poucos municípios é o tipo ‘concentrado-compartilhado’, que segundo o autor seria típico de grandes metrópoles e municípios com eleitorado suficientemente grande para fazer, sozinho, eleger vários candidatos, sem que haja um de fato dominante no município ou região (pp:69-70).

Já entre aqueles casos em que não se verifica concentração de eleitorado em poucos municípios, estão os tipos ‘disperso-dominante’ e ‘disperso-compartilhado’. O primeiro pode ocorrer em caso de acordo com grande número de lideranças locais no período eleitoral, mas descreve principalmente a situação do candidato que tem em seu currículo o exercício de cargos de administração pública estadual, como por exemplo o de secretário de saúde ou educação, com impacto em regiões diferentes do estado por meio de atividades de cunho clientelista tradicional (pp:72).

Contudo, os casos do tipo ‘disperso-compartilhado’ são bem ilustrados pelos deputados que se elegem por soma de poucos votos num conjunto grande de municípios, muito por conta da costura de coalizões e acordos em vários municípios, geralmente ilustrando setores sociais que possuem demandas específicas e não possuem concentração espacial, como é o caso dos parlamentares da bancada evangélica (pp:70-71).

Ainda que se tenha criado uma tipologia que sugere variações de comportamento parlamentar, em sua análise Ames adota uma abordagem generalista, caracterizada por particularismos paroquiais, postulando que os representantes se focam apenas em conseguir recursos e benefícios para as regiões onde se concentra a maior parte de seu eleitorado (pp:108), mas nesse caso dando destaque àqueles deputados de maior dominância nas regiões onde recebeu a maior parte de seus votos.

Portanto, dificilmente os deputados focarão seus recursos para regiões onde recebem poucos votos, a não ser que o deputado em questão tenha baixa dominância em seus principais municípios (pp:114-115), tenha eleitores pulverizados geograficamente e/ou seja eleito com bandeiras nem tão localistas, como os de bancada religiosa ou ruralista.

De acordo com Melo (2006), Ames entende que o Nordeste se apresenta como exemplo de região marcada pela eleição de parlamentares com elevada dominância, ou seja, com poucos candidatos registrando votos de grandes parcelas desse eleitorado, em contraposição ao caso das regiões Sul e Sudeste do país.

Além, os municípios nordestinos também compuseram perfis de deputados que foram eleitos em peso num conjunto grande de municípios, ou seja: lideranças parlamentares daquela região apresentaram padrões de votação com elevada dominância e grande dispersão, constituindo um cenário de ‘poucos poderosos’ no âmbito de cada estado. Tais traços condizem com uma região historicamente marcada por coronelismos e cidades pequenas e de pouca urbanização; eventualmente pode-se pensar que haja paralelo entre estes e os municípios do norte do estado de Minas Gerais, que pelo menos aparentemente tendem a se apresentar com essas mesmas características geográficas e eleitorais.

Por outro lado, regiões mais desenvolvidas, mais urbanizadas e caracterizadas por cidades maiores, como é o caso do Sul e do Sudeste do país, apresentaram padrões de competição distintos ao modelo nordestino. De acordo com Melo (2006), uma análise empenhada por Barry Ames resultou da observação de que, com o passar do tempo, um esperável avanço na urbanização e no crescimento populacional faria verificar que a dominância naturalmente cairia em todas as regiões mas mantendo estáveis os padrões de concentração (pp:248), o que deixa a sugestão de que as bases tenham sido fiéis no contexto.

Em Ames (2003), esse cenário de maior desenvolvimento do espaço urbano oferece a possibilidade de gradativa superação da política tradicional, que normalmente confere prestígio e poder a poucos cidadãos de maior proeminência em suas localidades. Afinal, o “(...) aumento progressivo do nível de consciência política da população (...) e modificações dos antecedentes ocupacionais dos novos candidatos (...)” (AMES, 2003, pp:336) revelam mudanças de demandas eleitorais que oferecem a percepção de um eleitor mais exigente.

Tais considerações introduzem a ideia de que a expansão da urbanização traz consigo maior pluralidade na representação parlamentar, dado que as grandes cidades praticamente não se podem dominar, segundo Ames (2003), e portanto operam como regiões a serem sempre divididas entre os candidatos e com potencial de, sozinhas, serem responsáveis pela eleição de alguns deles; além, os cidadãos mais exigentes das regiões urbanas também passam a valorizar a experiência dos candidatos, buscando aqueles com maior familiaridade com a burocracia ou o segmento privado em detrimento daqueles que se caracterizam sobretudo por carreiras políticas em nível local (AMES, 2003, pp:336; apud MELO, 2006, pp:248).

Portanto, é interessante que nessa dissertação seja observada, com um pouco mais de profundidade, a dicotomia entre o urbano e o rural, não só porque os padrões de votação tendem a produzir perfis distintos entre um e outro, segundo Ames (2003), mas também porque a vida urbana remete a ideia de uma infraestrutura de telecomunicações mais avançada do que a verificada entre as cidades de vida rural, o que faz com que o acesso à internet e suas ferramentas seja mais corriqueiro nas grandes cidades. Portanto, há aqui a hipótese de que quanto maior a parcela de eleitorado urbano, maior a tendência a se formarem os perfis em que se espera serem mais propensos ao uso de TICs.



É de se notar que, ainda que introduza o modelo taxonômico e, mais ainda, faça algumas sugestões de motivações diversas para cenários de comportamento dos parlamentares, Ames (2003) conserva um retrato unicamente pessimista da situação institucional brasileira, pelo menos no contexto por ele estudado. Nesse ínterim, pode-se começar a estabelecer algumas críticas às suas análises.

### *ALGUMAS CONSIDERAÇÕES CRÍTICAS À OBRA DE BARRY AMES*

Dentro das instituições, como fruto dos já mencionados problemas do sistema eleitoral, das regras partidárias e da separação dos níveis de governo, o obstrucionismo do Legislativo diante do Executivo passa também por disfunções institucionais que geram efeito de travamento decisório, segundo Melo (2006), principalmente com um elevado número de partidos com grandes divergências ideológicas entre eles, além de entraves regimentais (pp:248). Essas variáveis não são tratadas com profundidade por Ames, mas estão em discussões mais recentes, como a de Anastasia e Inácio (2010) e Anastasia et al (2009).

O aspecto mais decisivo para se tratar de obstruções ao Executivo, em Ames (2003), ainda é o oportunismo de deputados indiferentes a projetos legislativos nacionais, interessados somente em seus ganhos pessoais e de emendas para suas bases eleitorais. Assim, segundo Ames (2003), mesmo grandes ocasiões como da Assembléia Nacional Constituinte foram marcadas por compra de votos, fisiologismo e artifícios pouco louváveis à finalidade de se estabelecer a relação entre os poderes Executivo e Legislativo dentro da Constituição de 1988 (pp:201-202), quadro que exclui o efeito de outras variáveis em momentos extremamente importantes para a história do Brasil.

Como amplamente discutido nessa sessão, as considerações analíticas e críticas de Barry Ames (2003) resultam em considerações que pintam um cenário de padrões de comportamento extremamente egoístas e oportunistas por parte dos parlamentares, enxergados pelo autor como regra geral mesmo que se leve em conta as variações de perfil. Porém, curiosamente, a taxonomia por ele construída parece ter pouca utilidade diante das considerações generalistas que ele faz sobre como os deputados se comportam e como funcionam as instituições políticas brasileiras. De forma que, naturalmente, esta análise do comportamento parlamentar na Câmara não observa outros fatores que poderiam ser igualmente centrais, ignorando a natureza de outros incentivos percebidos por Anastasia et al (2000) em seu trabalho.

Partilhando da opinião de Nelson Rojas de Carvalho (2003) e Argelina Figueiredo e Fernando Limongi (2002), Melo (2006) pontua que Ames “(...) estranhamente, não associa a existência de incentivos eleitorais distintos a comportamentos legislativos diferenciados” (pp:249), com Ames (2003) sempre se centrando no ‘pork barrel’ característico de um suposto distributivismo generalizado de benefícios em meio à sua base. Apontando como alternativa de compreensão do paroquialismo na taxonomia que cruza dispersão e dominância, Melo (2006) menciona o cuidado com que Carvalho (2003) se utilizou de indicadores legislativos para demonstrar que as iniciativas paroquiais caracterizariam a “(...) distribuição geográfica de votos dominante” (pp:212, apud MELO, 2006, pp:250) no Brasil.

Além, Melo (2006) também aponta para outros problemas a serem enfrentados por Ames e todo o seu trabalho analítico, incluindo o fato de ele tratar as emendas constitucionais como únicas formas e estratégias capazes de garantir reeleições, e realizar toda a análise com base em apenas uma legislatura. Ainda segundo Melo, Barry Ames também parece assumir de antemão ser impossível haver uma agenda coordenada entre Legislativo e Executivo, entendendo também que os líderes de bancada não dispõem de capacidade de indução à cooperação, o que por sua vez deveria resultar em constante indisciplina partidária.

Ames (2003) também demonstra presunção de impossibilidade de coalizão entre governo e parlamento em torno de uma agenda comum de políticas públicas de interesse nacional; além disso, ao propor a ideia de que as negociações entre Executivo e Legislativo sejam apenas um ‘toma-lá-dá-cá’, em que votos são comprados para que emendas sejam liberadas e o caminho para a agenda da Presidência seja desobstruído, Ames (2003) desconsideraria a ‘não-decisão’, a possibilidade de o presidente vir a optar estrategicamente por não colocar suas propostas para apreciação dos parlamentares em momentos inoportunos, “(...) com base em uma avaliação da distância entre suas preferências e as dos partidos.” (MELO, 2006, pp:250).

Por fim, Melo (2006) cita análises distintas e empíricas de Lemos (2001), Amorim Neto e Santos (2002; 2003) e Ricci (2003) para apresentar a fragilidade da principal premissa da análise que Barry Ames (2003) faz das instituições políticas brasileiras: a visão generalista de que os parlamentares se serviriam apenas de seus interesses e estratégias paroquiais durante os seus mandatos unicamente para conseguir emendas e benefícios para si mesmos e suas bases eleitorais. Contudo, Melo (2006) apresenta a conclusão desses autores sobre a empiria

do comportamento parlamentar e que, diferentemente do paroquialismo presumido em Ames, assumem que a maior parte da produção legislativa seja descrita pela ausência de marcas de localismos e anseios paroquiais; no lugar disso, reinariam o caráter difuso e a abrangência nacional entre as propostas legislativas da Câmara. É de se notar que esforços que transponham essa análise do nível federal para o estadual ainda se fazem necessários, pois muito do descrito em Ames e os autores que com ele dialogam não permite capturar tais dinâmicas nas Assembleias legislativas dos estados, e menos ainda concluir se elas têm características comuns ou se devam ser entendidas como particulares.

Essa seção se dedicou a discutir de forma ampla alguns dos percalços do trabalho analítico de Barry Ames (2003), que buscou compreender as dificuldades que a democracia no Brasil sofria. Se de um lado, o argumento do paroquialismo é central à análise do autor, rendendo críticas e considerações de outros pensadores, do outro a tipologia que ele propôs se destaca pela originalidade ao propor o cruzamento entre as variáveis geográficas da dispersão e dominância para estabelecer perfis de comportamento parlamentar. Assim, deve-se manter em mente que as críticas recaem sobre as análises e não sobre sua proposta taxonômica; essa última é a maior contribuição da obra desse autor para esta dissertação.

A próxima seção se tratará do trabalho de Nelson Rojas de Carvalho (2003), autor que, ao passo que faz críticas às análises de Ames quanto ao diagnóstico institucional e comportamental dos parlamentares de federal no Brasil, por outro lado incrementa a taxonomia de Ames no sentido de incorporar a ela variáveis importantes aos estudos legislativos, a exemplo dos partidos, que na obra de Barry Ames não foram postas em discussão mais profunda. Contudo, o mais importante é sua colaboração com as fórmulas que propõe para os cálculos das variáveis que permitem medir a dispersão e a dominância, que se apresentam mais enxutas e comuns na Ciência Política.

#### *CARVALHO: NOVAS PREMISSAS PARA O MODELO DE AMES*

Seguindo Ames nas discussões sobre geografia eleitoral e comportamento parlamentar, Nelson Rojas de Carvalho (2003) se apoia e elogia o modelo que cruza dispersão e dominância em quatro variantes daquele autor, mas critica a premissa de que todo o comportamento parlamentar se volta exclusivamente para as bases eleitorais dos parlamentares, no fenômeno

carregado de localismos, regionalismos e particularismos conhecido como ‘pork barrel’ – busca de recursos do nível superior de governo para empenho nos municípios (pp:59).

Contra o distributivismo de Ames, Carvalho (2003) se ampara também nos estudos de Figueiredo e Limongi (1994) que apontam, dentre vários aspectos, a coesão partidária no plenário da Câmara e a estrutura centralizada do processo legislativo, que compõe obstáculos ao comportamento individualista e as aspirações distributivistas que caracterizam o pork barrel (pp:59). Logo, em Carvalho pode-se enxergar que causas que emergem de partidos podem orientar o comportamento parlamentar, e nesse caso os deputados agiriam com intenções diversas, sem pensar apenas em sua base.

A principal contribuição de Carvalho (2003) para uma ‘atualização’ da análise de Ames (2003), no entanto, é a busca por correlacionar os diversos níveis de competitividade nos municípios com variáveis de natureza socioeconômica como urbanização, alfabetização e renda per capita, de forma a se descrever os mercados políticos municipais a partir desses dados (pp:71), conservando o foco que Barry Ames mantém sobre os parlamentares enquanto indivíduos e se debruçando sobre as características do eleitorado a descrever a especificidade de cada município ou região.

E para tal, invoca os trabalhos de Lipset (1960) e Przeworski (2000), que associam positivamente as condições de ocorrência e sustentação da democracia e elevação do civismo com indicadores de prosperidade, urbanização e desenvolvimento industrial e educacional, inclusive em proporção. De Robert Dahl (1989), Carvalho toma emprestada uma noção do pluralismo modernista como parâmetro de sociedade democrática contemporânea. Tal ideia associa modernidade econômica (renda e desenvolvimento socioeconômico) à maior inclusão, a ocorrência de eleições mais competitivas e instituições políticas mais sólidas e estáveis.

Carvalho (2003), por fim, trabalha com a diferenciação de cenários de competição eleitoral dentro dos municípios, no caso para a Câmara, entre as eleições de 1994 e 1998, e para tal utiliza o Índice de Rae, que calcula o número de candidatos efetivos. Valores baixos em tal índice sugerem concentração de votos em poucos candidatos no município, trazendo à tona os casos de candidatos dominantes; por conseguinte, um índice elevado ilustra cenários de elevada competitividade e baixa dominância.

Os resultados dessa análise reforçam empiricamente a ligação teórica entre democracia e desenvolvimento socioeconômico, ao demonstrar que se verifica maior número de candidatos efetivos na região sudeste do país – a região de maior produto interno bruto e maior renda per capita do país apresentando as eleições mais competitivas – ao passo que o nordeste, então uma das regiões mais pobres do Brasil, o padrão do índice é baixo, revelando dominância de poucos candidatos em muitos municípios, a maior percentagem entre todas as regiões (pp:76); logo, Carvalho se junta a Ames (2003) em suas considerações sobre os redutos eleitorais do Nordeste e como este é exemplo de região a abrigar casos dispersos-dominantes (pp:335-336).

Carvalho (2003) agrega o papel dos partidos e das demais variáveis institucionais ao conjunto de acréscimos feitos ao modelo de cruzamento entre dispersão e dominância eleitorais e que inferem no comportamento parlamentar, para além do paroquialismo puro e simples de Ames. Com isso, é possível perceber que Carvalho insere nuances que deixam mais completa a análise que Ames faz do comportamento parlamentar no Brasil.

Como visto, Carvalho (2003) acrescenta aspectos novos para expandir o alcance da taxonomia proposta por Barry Ames (2003). Isso mostra que as bases dos modelos usados por ambos em suas análises podem ser maleáveis, se revelando úteis também para a construção de um similar que sirva à análise de dados envolvendo apropriação de TICs por parlamentares estaduais mineiros, tal qual proposto nessa dissertação.

Dada a simplicidade e funcionalidade de sua tipologia, derivada do cruzamento da dispersão com a dominância eleitorais, para esse trabalho a utilização da taxonomia de Barry Ames (2003) se faz suficiente, sem perder de vista outras variáveis, presentes em Anastasia et al (2010) e Carvalho, de cunho institucional, pessoal e intrínsecas às bases eleitorais. Porém, para operacionalizar os cálculos da parte analítica dessa dissertação, Carvalho (2003) oferece fórmulas que parecem capturar melhor as variáveis da dominância e da dispersão.

Na próxima seção serão apresentadas algumas considerações e alguns dados sobre a Assembléia Legislativa de Minas Gerais, a casa legislativa que abriga deputados que são objeto da análise dessa dissertação.

## *A ALMG E SUAS ESPECIFICIDADES*

A Assembléia Legislativa de Minas Gerais é a casa legislativa de interesse para essa dissertação, posto que seus membros da 17ª legislatura, que esteve em vigor entre os anos de 2010 e 2014, compõem em seu conjunto o objeto da pesquisa aqui proposta. Contudo, é dentro de tal assembleia que as dinâmicas dos parlamentares mineiros se revelam, fazendo com que seja importante ter em mente boas noções sobre essa instituição em particular.

Como visto em Anastasia et al (2009), conclusões generalistas sobre as assembleias podem levar a equívocos de interpretação e esconder as particularidades, e por meio de trabalhos comparativos entre assembleias é possível capturar tais diferenças de forma clara. Como exemplo, diante de seu estudo Anastasia et al (2009) chegaram à conclusão de que em Minas Gerais ocorrem baixa competição eleitoral e alta competição legislativa (pp:970-973), o que faz descrever um ambiente onde as eleições são ‘calmas’, mas o trabalho parlamentar e a decisão sobre produção legislativa passam por muitos embates entre situação e oposição. Compõe-se aqui um quadro que é minoria em meio aos estados estudados em comparação.

Em outro estudo envolvendo assembleias estaduais diferentes, Fabiano Santos (2001b) chegou à conclusão de que cada uma tem sua dinâmica própria, revelando como exemplo dentre outras coisas que, comparado a outros estados, em Minas Gerais ocorre equilíbrio relativamente alto entre os poderes Executivo e Legislativo, conferindo um caráter de maior autonomia à ALMG em meio a outras assembleias estudadas.

Abraçando a discussão e se apoiando em dados que vão de 1947 a 2007, Tomio e Ricci (2012) encontraram indícios de que, de forma geral as leis oriundas de iniciativa de parlamentares estaduais, num estudo comparativo entre alguns estados, tenham se revelado com peso significativo, tanto quanto ao volume de propostas quanto ao da produção legislativa final (pp:197), além de ocorrerem em escala maior que o Executivo estadual. Apesar de comum a vários outros casos descritos nesse mesmo estudo, o de Minas Gerais também é destacado por esses autores por pertencer ao conjunto de estados que têm as maiores iniciativas com origem nas suas assembleias, se comparadas às dos respectivos governos estaduais (pp:197).

Tomio e Ricci (2012), citando a colaboração de Felipe Nunes (2008a), atribuem à conclusão

do estudo deste de que, por outro lado, os legislativos estaduais têm uma dinâmica em comum com a Câmara. Usando o exemplo de Minas Gerais no estudo de Nunes, Tomio e Ricci (2012) afirmam, dentre outras coisas, que “(...) por meio do exame das votações nominais, os partidos que apoiam o governo tendem a ter um comportamento partidário – seguindo assim o padrão encontrado no Congresso Nacional –, mesmo que se observe a não cooperação quando as votações são ‘custosas’.” (TOMIO & RICCI, 2012, pp:202).

Além, continuando o apoio em Felipe Nunes, eles revelam que outros trabalhos do mesmo autor se baseiam em estudos sobre legislativos estaduais em que a ALMG é caso central. Outras conclusões de Nunes revelam que, em comum a outras assembleias, a de Minas Gerais apresenta o resultado de que “(...) a maior parte dos parlamentares afirma que a estratégia mais eficiente para que o Governador obtenha apoio legislativo seja a negociação com os partidos.” (NUNES, 2008b, 2009 apud TOMIO e RICCI, 2012, pp:202).

Dentro dessa mesma dinâmica, e ainda em diálogo com Nunes (2008a), Tomio e Ricci (2012) apontam mais algumas outras peculiaridades verificadas no caso mineiro: “(...) os partidos da base aliada formal costurada pelo Governador tendem a não cooperar efetivamente com o chefe do Executivo nas votações custosas” (NUNES, 2008a, pp: 121 apud TOMIO e RICCI, 2012, pp:206), além de afirmar que a ação parlamentar na ALMG seria, principalmente, com ênfase em ‘normas municipais’, aquela categoria que prevê benefícios diretos a municípios ou conjuntos destes (pp:207). Esse dado é revelador e interessante para as discussões desse capítulo, pois sugere um vínculo forte do incumbente em relação à sua base geográfica eleitoral, confluindo com as ponderações de Abrúcio (1998) e Ames (2003).

Contudo, deve-se notar que a produção a respeito da ALMG não se restringe à busca pela compreensão das dinâmicas eleitorais e legislativas da casa, tampouco à relação entre essa assembleia e o governo estadual. Há outros trabalhos que se preocupam com uma variedade de outras temáticas sobre a casa do Legislativo mineiro. É interessante mencionar alguns deles, pois revelam diferentes preocupações da academia sobre essa assembleia.

Já no fim da década de 90, Assis (1997) estudava o papel da Escola do Legislativo, um projeto da ALMG iniciado em 1993 para oferecer cursos sobre o parlamento com foco na educação para a cidadania. Outras produções com outros enfoques surgiriam, e Prata (2007), por

exemplo, discute informação e democracia deliberativa no contexto da casa. Por sua vez, Inácio et al (2011) analisam as tendências de mudanças e inovações para o planejamento estratégico da ALMG. Já Marta Rocha (2012), faz uma análise das comissões parlamentares da casa, ao passo que Juliana Rocha (2011) se debruça especificamente sobre a comissão de participação desta. Por fim, Arcas et al (2012) discutem algumas evidências da prática de pork barrel na assembleia.

Além desses, há uma série de trabalhos envolvendo pesquisas de Mário Fuks, um autor especialmente preocupado com questões atitudinais e de imagem no âmbito do Legislativo de Minas Gerais. Fuks (2010a), discute a imagem pública da ALMG diante do jornal “Estado de Minas” e também mudanças na instituição junto à opinião pública (2010b); Fuks e Casalecchi (2012) se preocupam com mudança de atitude entre os membros do ‘Parlamento Jovem’; e Fuks e Fialho (2009) analisam mudanças institucionais e atitudes políticas no contexto da assembleia dos anos 90. Contudo, chama a atenção um de seus trabalhos que, embora continue no campo da discussão da imagem pública da ALMG, oferece uma descrição histórica das dificuldades e dos esforços de inovação que a instituição empenhou para obter uma visão melhor de si mesma por parte dos cidadãos mineiros.

De acordo com ele, ocorre um problema persistente de a visão geral da sociedade se manter negativa quanto à casa; segundo o autor, este é causado justamente por fatores de natureza distinta, e o fator objetivo seria a permanência de um quadro de baixa visibilidade da assembleia, com a informação sobre ela permanecendo limitada e concentrada na mídia impressa, que pode não estar acessível a todos; além, Fuks (2016) observa que o “(...) tipo de notícia gerada pelas inovações institucionais não recebe o mesmo destaque, na mídia, do que as ‘más’ notícias, como a dos escândalos políticos.” (FUKS, 2016, pp:88).

A questão ligada ao fator subjetivo faz referência a uma espécie de ‘hábito’ que os cidadãos desenvolveram de depositarem desconfiança nas instituições políticas de forma geral, levando a sociedade a encarar de antemão que os assuntos da vida política, independentemente da discussão posta, sejam naturalmente negativos. Logo, diante desses fatores, o autor conclui que “(...) a mudança nas atitudes sobre a ALMG depende, em grande medida, de um longo processo socializador.” (FUKS, 2016, pp:88).



Segundo Fuks (2016), as várias iniciativas de socialização empreendidos pela ALMG para contornar o problema de sua imagem incluem a promoção de audiências públicas, fóruns técnicos, ciclos de debates e seminários legislativos (pp:89). Entre os anos de 1991 e 2001, nas emissoras comerciais de televisão, a casa lança um pequeno noticiário, obviamente com questões inerentes a ela, chamado ‘Assembléia Informa’ (pp:91). Em 1995, a assembleia é pioneira ao criar o primeiro canal de TV de uma instituição legislativa em toda a América Latina (pp:90).

No ano de 2003 nasce um marco dessa casa: é instituída a Comissão Permanente Popular, responsável por acolher os projetos legislativos oriundos da sociedade civil e encaminhá-los para os trâmites do plenário. Tal medida pode ser entendida como um passo no sentido de incentivar a participação dos cidadãos no processo legislativo junto à assembleia em si.

Contudo, chama a atenção a informatização da casa, iniciada já no ano de 1979, buscando contar com a “(...) a disponibilização de todos os atos legislativos, desde os projetos de leis aos anais da ALMG, no site da assembleia.” (FUKS, 2016, pp:88) desde então. Atualmente, citando Braga (2004), Fuks (2016) aponta que o site institucional é considerado de “alto grau de informatização”, se destacando entre outros legislativos estaduais nesse quesito (pp:91).

Ao operar com dados de percepção de entrevistados sobre a ALMG entre os anos de 1993 e 2006, em Fuks (2016) a conclusão é a de que tais esforços se revelaram frustrados, ocorrendo uma tendência à visão negativa que vai se tornando mais proeminente ao longo do período em estudo (pp:94-95), com os cidadãos mineiros em geral se mantendo sem despertar interesse sobre as informações da casa e tratando-a como algo distante do cotidiano (pp:96).

Aliás, em se separando aqueles mais informados sobre o Legislativo mineiro daqueles com menos informação, Fuks (2016) percebe que, em 2003, 80% do grupo que conhece melhor a casa apresenta avaliação positiva do trabalho da ALMG, enquanto os demais membros desse conjunto, que não percebem a assembleia tão positivamente, somariam 17%; dentre os desinformados esses percentuais caem respectivamente para 46% e 26% (pp:97).

Com isso, a conclusão a ser tirada de Fuks (2016) permanece a sugestão de que a informação é um caminho para uma melhor percepção e interesse sobre as atividades da casa legislativa,

permanecendo o desafio na sua correta divulgação em meio à sociedade. Portanto, novos incentivos podem ser criados para esse fim.

A aposta de parte da literatura é de que questões como essa podem ser melhoradas ou mesmo resolvidas com a ajuda de ferramentas de comunicação mais dinâmicas. Ao analisar o site institucional da assembleia, Mendonça e Pereira (2012) percebem que atualmente há vários mecanismos de interatividade, incluindo consultas públicas dentro do próprio site, espaço para envio de propostas e sugestões de lei por parte dos usuários, enquetes temáticas variadas e mesmo formas de comunicação com a casa e com os parlamentares (pp:4).

Mas os planos para as possibilidades oriundas da Internet não param por aí. Com o plano de ‘Direcionamento Estratégico’ da casa, estabelecido para a década entre 2010 e 2020, o objetivo é ampliar a presença da ALMG nas TICs de forma a incorporar os cidadãos às suas diferentes funções (*Idem*). Assim Mendonça e Pereira (2012) descrevem os avanços já perceptíveis desse plano do parlamento mineiro:

“Dentre as principais mudanças surgidas desde então, ressaltam-se: a instituição do Comitê Gestor do Portal da Assembléia, a ampla reformulação do site da instituição com vistas a se tornar mais amigável a públicos externos; a criação da Gerência de Governo Eletrônico e da Gerência de Comunicação e Mídias Digitais; o fortalecimento do emprego de consultas públicas online; a inserção da instituição no Twitter; a preparação de um portal de monitoramento de políticas públicas e a adoção da política de dados abertos.” (MENDONÇA & PEREIRA, 2012, pp:4-5).

Em meio a esse plano, Mendonça e Pereira (2012) citam a construção do portal de políticas públicas da ALMG que segundo eles tem como objetivo o escrutínio do Executivo estadual, embutido aí o questionamento do já discutido princípio de tendência ao desnível entre esses dois poderes nos estados (pp:5); ao lado disso, citam também a política de dados abertos, que pelo menos em tese poderia fazer produzir mais accountability (pp:6) e a iniciativa do desenho de políticas de utilização de redes sociais pela casa, com vistas a “(...) potencializar a repercussão dos conteúdos produzidos pela Casa Legislativa.” (MENDONÇA & PEREIRA, 2012, pp:6), o que levou a assembleia a adotar não só o já mencionado Twitter, mas também o YouTube e o Facebook (pp:7).

Diante disso, somando-se a Fuks (2016), Mendonça e Pereira (2012) também discutem o problema da comunicação entre a ALMG e o cidadão mineiro, e embora apontem vários dos

passos dados pela casa, também apresentam problemas relacionados ao efeito pretendido por todo esse esforço: a) os ligados à organização administrativa do parlamento, basicamente os conflitos entre setores, no caso de falta de uma definição clara dos papéis (pp:9-10); b) os de recursos, que transformam problemas de recursos humanos e financeiros num obstáculo ao projeto (pp:10-11); c) os referentes à indisposição dos parlamentares em interagir com os cidadãos, já que os representantes não devem perceber riscos no interagir com seus representados (pp:11-13); d) da disposição dos próprios cidadãos em interagir, já que são o foco desse projeto do Direcionamento Estratégico (pp:13-14); e) da falta de controle dos fluxos de conteúdo online, já que eles podem fazer abalar ainda mais a imagem da assembleia (pp:14-15); e, finalmente, f) da assimetria de acesso e da exclusão digital, um problema persistente sobretudo quando se comparam ambientes urbanos e rurais (pp:15-16).

Em Mendonça e Pereira (2012) foi possível compreender a iniciativa institucional da ALMG no que toca as TICs, com vistas a fazer com que ela e os cidadãos mineiros se aproximem e com isso se tornar possíveis melhores resultados públicos, como efeito de sua interação. Contudo, além disso os autores pontuam alguns dos desafios institucionais a serem enfrentados pela casa para que se logre o êxito, e possivelmente eventuais fracassos do plano de ‘Direcionamento Estratégico’ tenham um ou mais desses imbrólios como causa.

Contudo, a ideia de aproximação da sociedade com o poder Legislativo não precisa estar restrita aos planos de comunicação das instituições legislativas. No trabalho de Pereira e Sátyro (2014), as possibilidades residem também no plano individual, e são facilitadas por ferramentas baseadas na Internet. De acordo com eles,

“Para além das estratégias institucionais de fortalecimento da imagem dos parlamentares através de maior transparência, provimento de informações e espaços interativos digitais, as plataformas digitais, os blogs e os sites pessoais podem significar outra estratégia de aproximação entre parlamentares e cidadãos.”  
(PEREIRA & SÁTYRO, 2014, pp:3).

Ou seja, os próprios parlamentares podem tomar iniciativas individuais nesse sentido. Ferramentas como as redes sociais oferecem interatividade por princípio; a inserção individual dos deputados nelas pode ser vista como uma estratégia de baixo custo para a finalidade de trazer para perto os cidadãos e, segundo os autores, gerar inovações estratégicas de interação,

eventualmente indo além das possibilidades oferecidas pela própria instituição (pp:3). Eles pontuam que tais iniciativas individuais poderiam até mesmo auxiliar na superação da apatia política, “(...) pois não é mais o cidadão que deve ir até o site da casa legislativa. Com o uso das plataformas digitais, são os parlamentares que tentam construir pontes digitais até os cidadãos.” (PEREIRA & SÁTYRO, 2014, pp:3).

Uma das maiores características das redes sociais é a possibilidade de uma interação mais horizontal e menos formal entre seus participantes, servindo como alternativa aos sites institucionais no quesito da comunicação entre representantes e representados; por isso, de acordo com Pereira e Sátyro (2014), outros atores como os político-institucionais e os da sociedade civil também podem aproveitar dessas características das redes sociais, com a finalidade de potencializarem algumas de suas atividades ou de trazerem inovações a velhos repertórios políticos (pp:5).

A partir das redes sociais os deputados podem aprofundar a relação de representação, tanto dentro quanto fora dos períodos eleitorais; nelas os parlamentares podem disponibilizar informações sobre o andamento de propostas de lei, justificar posicionamentos pessoais e decisões tomadas em plenário, ouvir diretamente os cidadãos pelas ferramentas dessas redes, gerar maior cumplicidade com estes de forma a ganhar sua confiança, além de promover debates online com a sociedade – e aproveitar a deixa para obter mais informações sobre as preferências dos seus representados (pp:6).

Após essas considerações, dentre outras ideias presentes em seu texto, Pereira & Sátyro (2014) buscam compreender como se comportam os parlamentares da ALMG, usando exatamente o mesmo banco de dados que esta dissertação se utilizará para as suas análises específicas. Este banco foi criado como resultado de uma pesquisa ocorrida entre 2012 e 2014 no seio do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Minas Gerais, tendo como foco a participação nas TICs de deputados do Legislativo mineiro, da 17ª Legislatura, ocorrida entre os anos de 2010 e 2014.

Foram investigados dados da presença digital dos legisladores estaduais mineiros entre março e setembro de 2013, levando em conta um conjunto de TICs; de acordo com os autores, uma observação inicial é que “(...) a maioria está conectada, mas não são todos e nem com o mesmo

grau de conectividade. ” (PEREIRA & SÁTYRO, 2014, pp:10). Além disso, se verifica que dentre os 77 parlamentares a compor essa legislatura da ALMG em particular, 72 deles são homens e apenas cinco são mulheres (*Idem*).

Quanto às TICs estudadas, se verifica que, à exceção do blog, ocorre pelo menos 50% de presença dos deputados estaduais mineiros em cada uma delas (*Idem*). A distribuição dos casos individuais foi feita por grupos, sendo que em cerca de 55,8% deles se verifica a presença em quatro, cinco ou seis TICs diferentes; 18,2% deles possuem contas de usuário em até três delas e 26,0% se fazem presentes em pelo menos sete canais digitais, resultando na observação de que em mais de 80% dos casos esses parlamentares optaram pela presença em canais variados, o que sugere uma preocupação em diversificar os espaços de interação (pp:11).

Além, com o processamento dos dados os autores encontraram indícios que “(...) sugerem que quanto mais mídias utilizadas, mais tempo de exposição tem o parlamentar.” (PEREIRA & SÁTYRO, 2014, pp:12), e através de um índice de interação digital por eles criado e que se divide em quartis, concluem que os grupos dos quartis possuem quase sempre o mesmo número de casos, com uma vantagem numérica não significativa e apenas simbólica para o grupo dos deputados que possuem acesso a um número elevado de canais diferentes e estão presentes a mais tempo nos diversos canais digitais (pp:13-14).

Outros achados são de que a chance de estar no quartil dos mais interativos é maior para os mais novos (36,4%) do que para os mais velhos (11,1%), e a recíproca também vale para o caso do quartil dos menos conectados: a chance é de 44,4% para os mais velhos, contra 18,2% para os casos dos mais jovens (pp:14).

Além, quanto à escolaridade dos deputados, a chance de estar no quartil dos mais interativos é de 28,8% para aqueles que possuem uma ou mais graduações, ao passo que para aqueles que não têm superior completo o valor é de 16,7% (pp:15). Os autores também mostram com essas análises que a chance de ser mais interativo, nesse caso com o deputado presente no quarto e no terceiro quartis, e estar no primeiro mandato é de 28% em ambos os quartis, contra 25,0% de o veterano estar no quarto quartil e 21,2% de chance de ele estar no terceiro grupo (*Idem*); além disso, pertencer à bancada dos maiores partidos de esquerda também aumenta a chance de um deputado estar no quartil dos mais conectados (como exemplo está o PT, com 45,5%),

sendo que dentre os pequenos, tanto de esquerda quanto de direita, não há diferenças significativas quanto a essa mesma chance (pp:16).

Os autores concluem, por fim, que há correlações positivas entre pertencer ao tipo mais interativo e ser mais jovem, ou então ser graduado, ou estar no primeiro mandato, ou ainda pertencer aos maiores partidos de esquerda, no contexto dessa legislatura específica. Tais achados podem servir para complementar os esforços a que essa dissertação se propõe; esta por sua vez se dedicará também ao trabalho empírico e as análises subsequentes, a partir do mesmo banco de dados utilizado por Pereira e Sátyro (2014).

Diferentemente desses autores, o objeto dessa pesquisa passa pelo enquadramento desses 77 casos na taxonomia de Ames (2003) através dos cálculos de Carvalho (2003), de onde se extrairão possíveis conclusões que permitam eventualmente relacionar os tipos de comportamento parlamentar estabelecidos por esse autor com o uso de TICs pelos deputados em questão. Anteriormente às análises propostas, no capítulo a seguir será apresentada também os dados utilizados e a metodologia desse trabalho.

## **CAPÍTULO 3: DADOS, METODOLOGIA E ANÁLISE**

### *APRESENTAÇÃO DOS DADOS*

Uma vez compreendida as dinâmicas e discussões de alguns dos pensadores de internet e política e dos estudos legislativos, é essa a etapa do trabalho que se trata da proposta de análise do uso de redes sociais por deputados da ALMG da 17ª legislatura.

Entre os principais dados a serem utilizados nessa dissertação estão alguns secundários obtidos de um projeto de pesquisa coordenado pelo professor Marcus Abílio Pereira com parceria do professor Ricardo Fabrino e colaboração da professora Natália Duarte Sátyro, todos do Departamento de Ciência Política da UFMG. Trata-se do projeto inscrito na Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais (FAPEMIG), identificado nessa instituição pelo código SHA – APQ – O1564-11 e cujo título oficial é “Interações digitais entre o sistema político e a sociedade civil – Um estudo comparativo entre os parlamentares da Câmara dos Deputados e da Assembléia Legislativa de Minas Gerais”.

Em seu conjunto, esses dados proporcionam panoramas de presença, interatividade e tempo de uso de TICs diversas. Em andamento entre os anos de 2012 e 2014, o objetivo central desse trabalho estava no aprofundamento analítico sobre a situação mais recente da democracia digital, tanto em seus aspectos teóricos quanto nos empíricos, em face da existência de um número bastante relevante de usuários de TICs no geral em meio ao eleitorado brasileiro (e mineiro, especificamente) que se põe como desafio à velha estrutura política das democracias atuais, tal como discutido no primeiro capítulo dessa dissertação.

Para tal empreitada, foram coletadas informações relativas à apropriação de variadas ferramentas baseadas na internet por parte daqueles que exercem a representação, tendo sido escolhidos para estudo os parlamentares da Câmara dos Deputados e os da Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Foram estudados todos os 513 deputados federais da 54ª legislatura e os 77 estaduais da 17ª, sob os mesmos critérios e com as mesmas variáveis ligadas às TICs escolhidas. Contudo, os dados que interessam a essa dissertação são, claramente, apenas os relativos aos legisladores estaduais mineiros.

No que toca às principais variáveis utilizadas nessa pesquisa, foram selecionados alguns canais

digitais em particular, havendo dados não só de presença, mas também de interação e tempo de uso. Tais canais foram selecionados de acordo com a tendência percebida pelos pesquisadores naquela época, portanto é fundamental que se leve em conta o dinamismo típico das redes sociais para que se entenda que não é possível estudar os papéis políticos e sociais dessas tecnologias de forma deslocada ao contexto em que se inserem. Transformações nesse campo acontecem numa velocidade tal que, no começo da pesquisa o Orkut ainda era uma ferramenta comum entre os usuários brasileiros; todavia um ano após a finalização da tabela referente à ALMG, o fim dessa mesma rede foi anunciado (TECHTUDO, 2014)

As variáveis relativas às TICs escolhidas para esse projeto de pesquisa foram: existência de site pessoal próprio não vinculado aos espaços digitais institucionais da ALMG; existência de conta no Orkut; existência de Blog próprio com data de início da conta; existência de perfil próprio de Facebook com data de início; existência de página de Facebook com número de curtidas pelos usuários e data de criação; existência de conta no Twitter, com número de ‘tweets’ (postagens), número de usuários que segue e número de seguidores próprios, além da data de entrada na rede; existência de canal de YouTube, com número de vídeos postados, de usuários inscritos no canal, e de exibições, com data de início do canal; e existência de conta no Flickr, com número de fotos postada e a data de entrada nessa rede social, nos dois parlamentos estudados. A coleta se deu na busca dos nomes dos deputados, um por um, dentro de cada uma das TICs estudadas.

Cabe observar que a última atualização que esses dados receberam foi no ano de 2013, mais especificamente na data de 22 de abril daquele ano. Pode-se considerar que o ano adotado como referência, para o propósito de discutir a internet em tempos de meio de mandato, é ideal, já que se situa de fato bem no intervalo entre eleições, permitindo que se estude tais dados com menor risco de ‘contaminação’ das redes sociais por propagandas políticas tão recorrentes no período eleitoral.

Portanto, os valores encontrados e utilizados nas análises procedidas nessa pesquisa representam o contexto em questão, e com base nele é que variáveis que consideram diferenças temporais foram calculadas para essa dissertação e para o trabalho de Pereira & Sátyro (2014). É o caso do Índice de Interatividade, que leva em conta o tempo de uso de algumas das TICs envolvidas para descrever o tanto que os deputados dialogam com os cidadãos através delas.



O fato, porém, é que nem todas os canais sociais em estudo ofereciam, pelo menos à época da pesquisa, as datas de início de uso pelos usuários, de forma que em alguns dos casos o critério de análise se resumia à presença, não havendo como calcular a interatividade específica de tal canal social. Logo, cada variável relacionada às TICs, por suas particularidades, acaba apresentando possibilidades diferenciadas de análise.

O primeiro fruto dessa pesquisa foi o artigo intitulado “Os deputados estaduais mineiros e a apropriação da internet”, de Pereira e Sátyro (2014), já discutido em outro capítulo. Apoiando-se no mesmo banco de dados sobre os deputados da ALMG, o artigo se propôs a analisar como os parlamentares se apropriavam das TICs já descritas, cruzando esses dados com variáveis de natureza social, política e econômica de forma descritiva.

Também entendendo que o contexto de campanha pode produzir situações em que as mídias sociais sejam usadas apenas como canal de divulgação e propaganda de candidatos, assim com esse trabalho de dissertação esses autores igualmente procuravam dados que pudessem retratar a realidade da inserção digital de tais parlamentares no ano de 2013, um ano não eleitoral e supostamente ‘livre’ de propagandas.

Além de se apoiar nas variáveis de presença e no Índice de Interatividade, uma fórmula desenvolvida por eles para tornar possível a compreensão de como esses canais são usados, os autores lançam mão de outros dados que descrevem distintas características de tais deputados, o que culminou em um importante trabalho descritivo, com hipóteses sendo testadas e que viabilizam constatações interessantes. Exemplos do caráter de seus esforços permeiam o trabalho deles, e para elencar os variados achados de Pereira & Sátyro (2014) em sua pesquisa, é interessante discutir nova e brevemente seu artigo e suas conclusões – afinal, ele oferece considerações sobre muitas das principais variáveis a serem utilizadas nessa dissertação.

Cruzando os dados de presença, tempo de uso e interatividade com algumas características individuais dos parlamentares, Pereira e Sátyro (2014) oferecem discussões que servem de introdução às análises que essa dissertação promove. A primeira constatação de sua pesquisa, já apresentada no capítulo anterior, e de é que “(...) no que se refere ao uso das ferramentas digitais, quase todas as analisadas são apropriadas por mais de cinquenta por cento dos parlamentares, com apenas uma exceção, o blog.” (PEREIRA & SÁTYRO, 2014, pp:10). Tal

fato sugere que, pelo menos quanto ao quesito presença, os parlamentares mineiros se preocuparam em abrir mais canais de possível diálogo com os cidadãos, de forma genérica.

A baixa adesão ao blog pode estar ligada ao fato de que ele, sendo uma ferramenta cujo auge da popularidade se deu entre os anos 90 e começo dos anos 2000, acabou por se tornar canal obsoleto de comunicação digital e menos utilizado hoje em dia se comparado às redes sociais mais contemporâneas, que permitem dinamismo de diálogos e debates coletivos atrelados à possibilidade de os usuários postarem variadas formas de conteúdo, como fotos, vídeos, arquivos no geral e mesmo links que abram páginas de dentro de outras redes sociais diferentes. Para os autores, o blog não só precisa de maior conhecimento técnico por parte do blogueiro para que seja utilizado, como demanda que o usuário seja organizado e bom articulador para que seu blog tenha sucesso (p:11).

Contudo, é importante ter em mente que apenas a presença não garante a qualidade da interação, ainda que revele o esforço do deputado em criar possibilidades de comunicação com suas bases fora dos mecanismos institucionais. Em se levando em consideração o fator tempo de uso, os autores concluíram que naquela legislatura em particular parece haver uma correlação positiva entre o tempo de uso e o número de redes sociais em que possui conta (pp:12), conclusão já mencionada também no capítulo anterior; trata-se de um achado interessante, pois propõe que os usuários mais veteranos nas redes sociais tendem a ser também aqueles que participam de um maior número delas.

Porém, cabe aqui uma observação quanto à medida de tempo desses autores: o número de canais digitais ponderado pelo tempo opera com a soma dos valores de tempo das redes sociais, ignorando a concomitância do uso de vários canais por parte do deputado. Assim, por exemplo, eles concluem que o grupo das pessoas que mais participam das TICs tem “(...) média de 15 anos distribuídos em suas várias ferramentas” (pp:12).

Após essas discussões preliminares, Pereira e Sátyro (2014) apresentam o seu Índice de Interatividade – variável criada por eles que, no caso, é calculada a partir do somatório simples dos valores ligados a cada rede social de que o deputado participa, seguida da divisão das somas internas de cada TIC pelo respectivo tempo de uso e, por fim, pelo somatório dos valores obtidos na etapa anterior do cálculo.

A variável ligada às interações digitais nessa dissertação será calculada segundo uma fórmula um pouco diferente, ajustada para capturar apenas a interatividade das redes sociais que permitem esse cálculo, o tempo de uso daquelas que não oferecem dados de interatividade, e por fim, a presença em site pessoal e Orkut, que não possibilitam cálculo de tempo e interações. Esse montante final é então dividido pela nova variável de tempo de exposição formulada para essa dissertação.

Dentro das análises centrais ao texto de Pereira e Sátyro (2014), outros achados emergem, confirmando as hipóteses lançadas pelos autores. Dentre as conclusões mais importantes, segundo eles, estão as também mencionadas anteriormente de que existe forte correlação entre maior idade e menor interatividade e os inversos também se confirmam, sendo os mais jovens também os mais interativos dentre os parlamentares (pp:14). Concluem também que se confirma a expectativa de que os parlamentares com diploma de ensino superior também estejam mais conectados que os demais (pp:14-15), sendo a chance de ser graduado e estar no quartil de maior interatividade quase seis vezes superior ao de estar no mesmo quartil e não dispor desse nível de escolaridade.

A terceira hipótese verificada por eles, relativa à experiência do deputado em cargos políticos anteriores, também é confirmada. Entre novatos e veteranos, o achado é que “(...) os mais novos tenderiam a se apropriar mais das tecnologias para se contrapor aos parlamentares com mais de um mandato e que já possuem uma legislatura consolidada e reconhecida”(pp:15).

Por fim, a última conclusão dos autores é a de que o partido político ao qual pertence cada parlamentar está relacionado à sua interatividade digital. Era esperado que os deputados de bancadas de esquerda tivessem maior intimidade com as TICs do que os de direita, o que se confirma; porém, um achado colateral é que entre as menores legendas o fator ideológico parece não pesar tanto na compreensão da interatividade.

Os dados por eles descritos e as conclusões que chegam se referem especificamente à presença, à interatividade e ao tempo de uso de TICs por parte dos legisladores da ALMG. Todavia, o trabalho possui um segundo eixo que demanda outros dados para que possa fomentar a própria análise. Junto ao site da Assembléia foi encontrado material que relaciona os municípios em que cada um dos parlamentares recebeu votos, elencando também a quantidade total de votos

recebida pelo deputado quando candidato, a votação recebida em cada município por cada parlamentar, o tamanho de cada eleitorado municipal e mesmo a porcentagem que a votação de cada um em cada município representa para o total de eleitores da localidade.

Com estes dados facilmente acessíveis pelos sites institucionais da ALMG e do TSE, as variáveis baseadas nos modelos e fórmulas de Ames (2003) e Carvalho (2003) podem ser construídas. Porém, sozinhas essas variáveis não permitem capturar o cenário geográfico das bases eleitorais como um todo.

Além, com apoio de dados do Censo do IBGE (2010), será possível analisar uma característica geográfica não necessariamente eleitoral ao lado de variáveis das TICs. Embora seja possível que num primeiro momento tais dados pareçam um tanto deslocados da linha de discussão promovida por essa dissertação, o fato é que na prática eles expandem o horizonte do debate intrínseco a esse trabalho, oportunamente servindo de complemento analítico dos achados que unem internet e política, de um lado, e geografia eleitoral, de outro. Os dados em questão serão utilizados na análise da dicotomia entre o ambiente urbano e o rural, e as possíveis implicações que ela pode ter sobre o uso de TICs e o perfil geográfico-eleitoral dos parlamentares.

Portanto, nessa seção foram apresentados e brevemente descritos os dados e algumas das conclusões tiradas a partir de sua análise. Além de ser pioneiro no trato desses dados em particular, o trabalho de Pereira e Sátyro (2014) traz inovações analíticas que inspiram os objetivos que essa dissertação almeja. Na próxima seção será apresentada a metodologia a ser empregada na subsequente parte de análise de dados dessa dissertação.

## *DISCUSSÃO METODOLÓGICA*

Na seção anterior foram apresentados os dados sobre os quais a análise proposta para essa dissertação recairá. Foram apresentados também algumas de suas características que podem fazer alterar a compreensão dos resultados, como por exemplo, o fato de que todos os valores são válidos especificamente para a 17ª legislatura da ALMG e tomando como referência o ano de 2013, que é aquele em que a pesquisa de dados foi encerrada.

A exemplo do texto de Pereira e Sátyro (2014), as análises propostas por essa dissertação são fundamentalmente descritivas e levam em consideração variáveis bastante diversas, e tal como os capítulos anteriores deste trabalho destacaram, elas se referirão basicamente às TICs e à geografia eleitoral. Para o propósito de expansão das possibilidades analíticas sobre os dados a serem utilizados, foi acrescentada uma variável geográfica que também descreve as bases eleitorais dos deputados sem, contudo, seguir tão diretamente a linha de argumentação de Barry Ames (2003) e Nelson Rojas de Carvalho (2003).

O esforço descritivo das tabelas e variáveis, contudo, é orientado para a resposta de algumas perguntas, sendo esta a principal: como as características da base eleitoral de um deputado estadual podem ajudar na compreensão da apropriação que este faz das TICs durante seu mandato? Obviamente que esta pode ser desdobrada em outras, que por sua vez orientem os variados testes que esse trabalho apresentará.

Uma avaliação com esse escopo se justifica por ser útil para que, em meio às plurais características culturais e socioeconômicas que marcam o povo mineiro, seja revelado como a política é conduzida no que toca à interatividade e capacidade dialógica entre representados e representantes no nível do estado, em tempos de acelerado trânsito de informações propiciado pelas tecnologias de comunicação recentes.

Para a academia é novidade a proposta de cruzar dados de acesso a redes sociais pelos representantes com dados geográficos dos representados que sejam os eleitores. Logo, o principal objetivo perseguido por essa dissertação é trazer inovação ao campo, fazendo expandir o horizonte do conhecimento nesses campos de estudo internos à área da ciência política. Além, um segundo objetivo do trabalho é oferecer um esboço de uma ‘prestação de contas’ da legislatura passada no que toca a interatividade que os parlamentares apresentaram no período bem no meio de seus mandatos, segundo a geografia do voto.

Como dito anteriormente, os dados a serem aqui utilizados derivam tanto do projeto de pesquisa do professor Marcus Abílio, que retornou dados de acesso e interatividade, quanto de dados oferecidos pelo site institucional da ALMG, que fazem referência às características geográficas do eleitorado de cada deputado. Com um conjunto de experiências de cruzamentos de variáveis torna-se possível a obtenção do panorama descritivo, que será construído com a

companhia de hipóteses a serem discutidas ao longo das análises.

Deve-se observar certos detalhes fundamentais: em alguns casos, deputados possuíam mais de uma conta de uma mesma rede social, porém o número de entradas na mesma TIC não pondera nessa dissertação. Durante a coleta, caso fossem encontradas múltiplas contas, os dados de interatividade seriam somados, e o tempo de uso considerado seria o de data mais antiga.

Para tal empreitada, variáveis foram construídas para servirem de instrumentos analíticos nessa dissertação, revelando novos dados específicos dos membros da legislatura em estudo. As variáveis ligadas ao acesso dos deputados provêm de dados secundários em sua maioria, originários do banco de dados do já mencionado projeto de pesquisa. Entre as variáveis geradas aqui, a primeira a ser descrita é o Índice de Interatividade, em sua formulação adaptada para as análises desta dissertação, e que cujos meandros serão explicados a seguir.

Diferentemente de Pereira e Sátyro (2014), os autores que originalmente propuseram tal índice, o aqui empregado leva em conta o número de anos aproximados que os deputados têm de experiência com redes sociais em que não foi possível coletar dados ligados à interatividade, mais especificamente o site pessoal e a conta de Orkut. Considerando que tais autores perceberam que dentre os 77 parlamentares estudados, 63 possuem o próprio site e 50 deles possuem conta oficial no Orkut (pp:10), compreende-se que a presença nessas ferramentas é relevante e deve fazer parte do índice, já que dispor destas ferramentas pode ser entendido como esforço pela interatividade superior ao de não se dispor de nenhuma, o que gera resultados que evitam a presunção automática de que a presença de valores zero em termos de tempo de uso e interatividade justificariam excluir essas TICs da conta geral.

Dentre as redes que dispõem de informação sobre tempo de uso mas não da interação, caso do blog e do perfil de Facebook, o fator tempo em quantidade de anos aproximados é levado em conta no cálculo do Índice de Interatividade. A medida temporal utilizada nessa dissertação, de anos aproximados de tempo de uso, opera naturalmente com a perspectiva do ano de 2013. Isso porque quem se insere numa dada rede nesse mesmo ano está, portanto, em seu primeiro ano como usuário de tal canal social, logo o valor do tempo de uso é, nesse caso, igual a 1.

Se por acaso a mesma conta fosse aberta no ano de 2010, o deputado em questão teria

atravessado o espaço de 4 anos compreendido entre 2010, 2011, 2012 e 2013, estando no quarto ano de seu uso, logo o valor de tempo de uso é igual a 4. Essa medida foi definida dessa forma porque caso se considere que apenas a partir de 2012 começasse a valer a contagem de tempo (como no exemplo da lógica intuitiva:  $2013-2012=1$ ), então as entradas em 2013 se transformariam em 0 e as contas dos deputados que ingressaram em tal ano anulariam seu valor de interatividade na rede social em questão.

Ademais, quanto às TICs página de Facebook, conta de Twitter, canal de YouTube e conta no Flickr, cujos dados de interação puderam ser levantados, foram inseridos na fórmula desse índice apenas os dados de interatividade divididos pelo tempo de uso em cada uma dessas redes sociais. Ao fim, em cada caso de cada parlamentar foi estabelecido um somatório entre os valores ligados às redes em que se insere, definindo enfim, o valor de interatividade geral do parlamentar.

Paralelamente ao novo cálculo de interatividade há uma concepção reformulada do tempo de uso das redes sociais em estudo. Pereira & Sátyro (2014) adotaram uma fórmula não muito clara, que parece incluir a multiplicação do valor da presença (numa lógica com o perfil binário, sendo ‘está presente’ igual a 1; e ‘não está presente’ igual a 0) pelo tempo em que cada deputado começou a acessar cada rede social. O objetivo era a criação de uma variável do ‘número de canais digitais ponderados pelo tempo’ (pp:12).

Por sua vez, essa dissertação adota a variável ‘tempo médio de uso’, que é simplesmente a soma dos tempos de uso de cada uma das redes sociais que apresentam esse dado, em anos aproximados, dividido pelo número de TICs em que cada um está presente. Assim, é possível encontrar um número que destaque quanto os deputados têm de tempo entre suas TICs, levando-se em consideração que nem todas as redes estudadas poderão ser incluídas.

Felizmente, essa variável acaba por retratar alguns das ferramentas mais comuns na atualidade, já que o site pessoal é a mais antiga e plural TIC dentre as estudadas, não podendo ser estudado seguindo padrões de interação e nem tempo de uso, que não é um dado de fácil obtenção em qualquer um deles; já o Orkut, além de não oferecer informações nem sobre a interatividade e nem sobre o tempo de uso que cada deputado tem dentro dessa rede, já era, à altura do ano de 2013, uma rede percebida como decadente diante dos canais mais recentes, e o seu

encerramento foi anunciado em 30 de setembro de 2014.

Já as variáveis geográficas emergiram, em sua maioria, de dados da ALMG (2013), do TSE (2014) e do IBGE (2010). No caso do último foram coletados dados secundários que introduzem uma característica particular de cada município mineiro num contexto aparentemente próximo ao dos dados sobre o uso de TICs pelos parlamentares: a descrição de cada um dos 853 municípios mineiros quanto à prevalência da maioria de sua base no status de população urbana. Logo, foi criado um índice específico para possibilitar retratação e discussão desses dados.

O cálculo da população urbana média serve para descrever qual é o perfil médio do eleitor de cada um dos parlamentares quanto à inserção deste no espaço urbano. Tal cálculo mostra o perfil dos principais municípios a compor a base eleitoral de cada deputado em estudo, levando em conta aquelas municipalidades que, somadas, sejam responsáveis pela maioria simples dos votos (50%+1 do total) que elegeram tal parlamentar. Dessa forma, dividiu-se o total de votos do deputado pela metade e foi feita uma averiguação daqueles municípios que juntos seriam responsáveis por representar a maioria simples dessa base. As porcentagens quanto à população urbana de cada município são somadas entre si e depois divididas pelo número de municípios que o parlamentar tem na composição desses principais municípios para sua eleição. O valor obtido é, portanto, uma média entre as mais importantes unidades municipais a eleger o legislador.

Porém, para essa dissertação o mais importante é observar em cada uma das quatro categorias cruzadas da geografia eleitoral a média de população urbana, calculada com os valores individuais obtidos de acordo com os procedimentos acima. Se assume que tais valores representem as características de urbanização dos eleitores de cada membro da ALMG e de cada uma das quatro categorias principais do estudo.

O interesse sobre essa variável advém da expectativa teórica de que espaços urbanos possuam maior estrutura e maior demanda pelas tecnologias de informação, de forma que o fato de um parlamentar possuir uma base majoritariamente urbana acabe por servir de incentivo para que ele busque maior inserção nas mídias sociais, já que é presumível que seus eleitores tenderão a estar presente nelas. Além disso, dentro da própria literatura da geografia eleitoral a variação



na dicotomia entre o urbano e o rural serve para descrever alguns tipos da taxonomia proposta. Ames (2003), por exemplo, considera que o tipo concentrado-compartilhado esteja ligado justamente ao ambiente das grandes cidades, onde o eleitorado é tão grande que, sozinho, consegue garantir a eleição de alguns nomes (pp:69-70).

Quanto aos dados secundários obtidos no portal da Assembléia, como já dito, fazem referências a características que ligam deputados aos seus municípios, ou seja, que os conecta com suas bases. Dentre as variáveis que se encontram nesse grupo estão algumas fundamentais para que os dois índices de geografia eleitoral pudessem ser construídos.

Com os valores relativos ao total de votos recebidos pelos candidatos, bem como a listagem dos municípios em que receberam votos e quantos foram dados em cada um, o tamanho do eleitorado de cada circunscrição municipal, a porcentagem com que cada deputado participa no montante total de cada município, foi possível construir os índices de concentração e dominância, que no caso seguem as fórmulas de Carvalho (2003). Essas formulações foram escolhidas porque uma traz métodos de cálculo mais tradicionais à geografia do voto se comparado a Ames (2003) – caso do Índice de Rae Invertido para cálculo da concentração, no lugar da medida I de Moran segundo Carvalho (2003, pp:95), e porque a outra opera com uma forma mais enxuta de se calcular que a versão utilizada por Ames (2003) trabalhando apenas com os principais municípios para cada caso (pp:100) no lugar de uma totalidade, o que também faria pôr na conta com números de municípios menos essenciais.

Seguindo com bastante fidelidade a fórmula do índice de concentração de Carvalho (2003), procedeu-se com o seguinte cálculo: num primeiro passo se divide cada valor de votação recebida em cada município em que o parlamentar registra votos, e então se divide pela votação total recebida por ele. Em seguida é calculado o quadrado do valor obtido em cada município; então somam-se os quadrados, e o valor restante é colocado no Índice de Rae, onde é subtraído de 1. Por fim, o valor que dali resulta é colocado como denominador de 1, para que se calcule o Rae invertido, que representa o valor da concentração.

De acordo com Carvalho (2003), haveria quatro categorias derivadas dessa conta algébrica: os de ‘concentração alta’ teriam seus valores entre 1,0 e 4,0 e os de ‘concentração média’ possuem tal valor entre 4,0 e 7,0. Já entre os dispersos, o tipo ‘médio’ está entre 7,0 e 11,0

enquanto o tipo ‘alto’ apresenta um número superior a 11 (pp:96-97). De acordo com Arcas (2013, pp:29), a fórmula pode ser assim descrita de forma sucinta:

$1 \div \sum p^2$ , onde p é a proporção de votos obtidos pelo deputado em cada município.

Dentre os 77 parlamentares em estudo, 24 se descrevem pela alta-concentração e 11 deles por baixa; além, 7 se enquadram na categoria da baixa dispersão e 35 estão em dispersão elevada. Para os propósitos desse trabalho, porém, basta descrever apenas duas variações de dispersão, e não quatro. Portanto, assumiu-se que o ponto de corte a ser adotado seria o valor de 7,0; aquele que pelos critérios do autor separa os casos que levam o nome de ‘concentrados’ daqueles chamados ‘dispersos’, e assim estabeleceu-se que em meio aos casos estudados, 35 deles pertencem ao tipo concentrado, enquanto 42 são do tipo disperso.

Quanto à dominância, a fórmula pode ser assim apresentada, segundo Arcas (*Idem*):

$$\sum_{i=1}^{n=15} (v_i/p_i) \times (v_i/V)$$

$i = 1, 2, 3, 4...15$ , os 15 municípios onde o deputado obteve mais votos;

$v_i$  = número de votos recebidos pelo deputado no município;

$p_i$  = número total de votos válidos para deputado estadual no município;

$V$  = total de votos recebidos pelo deputado em todo o estado.

Segundo o esquema de cálculo, as variáveis de interesse são o número de votos recebidos pelos deputados em cada município, o número de votos válidos totais para o município, o total de votos do legislador no estado, e por fim um conjunto definido de municípios responsáveis pela maior parte dos votos do deputado. De fato, essa fórmula trabalha apenas com os 15 municípios mais importantes para cada parlamentar, assumindo que eles representam de fato a totalidade dos municípios onde o deputado obteve votos. Isso se dá porque segundo Carvalho (2003), pelo menos em seu estudo, os mandatários obtiveram aproximadamente “(...) 85% de seus votos oriundos dessas 15 primeiras cidades (...)”, o que as configura como “(...) ponto de corte suficiente para se captar a variação no grau de dominância (...)” (pp:100).

Tal como o Índice de Dispersão, o relativo à dominância também é originalmente definido em quatro tipos através dos números encontrados pelos deputados, refletindo maior ou menor dominância nas bases eleitorais. Nessa dissertação, seu cálculo segue Carvalho (2003), que estabelece os tipos “(...) a partir do valor médio de dominância da legislatura, e da divisão da amostra segundo o valor do desvio-padrão” (pp:100). Logo, os casos do tipo compartilhado alto obtiveram valores entre 0 e 0,039; já os compartilhados médios estão entre 0,040 e 0,139. Entre os dominantes médios, o intervalo é 0,140 e 0,241; e finalmente, os caracterizados por dominância alta obtém valores acima de 0,241.

Os números de casos encontrados para cada uma dessas categorias foram respectivamente de 12 alto-compartilhamentos e 30 médios, e de 23 dominantes-médios e 12 dominâncias elevadas. Contudo, a exemplo do que se adotou com os valores e tipos ligados à dispersão, as categorias que descrevem a dominância também foram aglutinadas para a construção dos tipos taxonômicos que cruzem dominância e dispersão, centrais a esse trabalho. É suficiente separar os dominantes daqueles que compartilham votos, de forma que se resuma a essas duas categorias aquilo que se descreve em quatro variações dentro do modelo de análise discutido em Carvalho (2003). Logo, aglutinando-se altos e médios compartilhamentos, de um lado, com os análogos dos dominantes, do outro, pode-se perceber a ocorrência de 42 casos do tipo compartilhado e 35 casos de dominância.

Ao lado de dados previamente coletados sobre os parlamentares nas TICs e de características geográficas dos municípios, as fórmulas descritas nessa seção são ‘motores’ da análise que permitiram conclusões sobre como os deputados estaduais de Minas Gerais se relacionam digitalmente com seu eleitorado. A próxima seção é dedicada exclusivamente ao cruzamento de dados e variáveis construídos para que a análise possa perseguir tal objetivo.

#### *ANÁLISE DE DADOS: TICS E ASPECTOS GEOGRÁFICOS E DE VOTO*

Na seção anterior foi apresentada não só a metodologia da pesquisa de análise de dados dessa dissertação, como também foram descritas as fórmulas das variáveis criadas especificamente para o contexto de tal análise.

Vale lembrar que a proposta aqui é de se obter, através de panoramas descritivos, percepções sobre a possível conexão entre as características geográfico-eleitorais dos parlamentares mineiros e as escolhas que eles fazem de apropriação de determinadas redes. Portanto, as análises se darão sobre as categorias encontradas em Ames (2003) e Carvalho (2003), e recairão sobre as categorias de dispersão (alta ou baixa concentração; alta ou baixa dispersão) e de dominância (alta ou baixa dominância; alto ou baixo compartilhamento), além dos quatro tipos cruzados dessas duas variáveis (disperso-dominante, disperso-compartilhado, concentrado-dominante e concentrado-compartilhado).

Mesmo que em princípio o esforço seja descritivo, há hipóteses que podem ser testadas através dessas categorias. A principal ferramenta para tal será um simples teste de comparação de médias, nesse caso envolvendo todos os casos de cada categoria envolvida na análise

Inicialmente, é fundamental apresentar as variáveis de Carvalho (2003) reproduzidas aqui. As tabelas completas estão em anexo, mas só serão utilizadas algumas características desses dados. Distintamente ao feito em Pereira & Sátyro (2014), nessa dissertação optou-se pela análise das quatro categorias segundo Carvalho (2003), que cruzam dominância e dispersão. A metodologia dos quartis pode ser bastante útil na análise de Pereira & Sátyro (2014), mas em seu trabalho os autores não tinham à disposição categorias tão bem definidas, levando em conta que a variável da interatividade ainda não possui categorização própria.

Porém, uma vez que o foco desse trabalho está na descrição dos dados, é interessante que o início dos trabalhos de análise se deem com um pouco de profundidade sobre as variáveis geográfico-eleitorais de forma separada. Portanto, a seguir será apresentada a tabela com a distribuição específica do Índice de Dispersão em meio a todos os deputados da 17ª legislatura da ALMG, considerando as quatro categorias de dispersão e concentração:

Tabela 1: Distribuição de valores para o Índice de Dispersão

ÍNDICE DE DISPERSÃO	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Alta Dispersão	35	25,193	23,130	10,297	11,663	49,980
Baixa Dispersão	7	8,433	7,979	1,511	6,966	11,191
Baixa Concentração	11	5,137	4,925	0,508	4,490	5,974
Alta Concentração	24	2,698	2,698	0,959	1,509	4,376

Fonte: Elaboração Própria

Em se classificando os valores de acordo com a escala de mensuração de Carvalho (2003) para a variável dispersão, é notável o fato de que entre os 77 deputados estudados, 59 deles estejam nas categorias mais extremas, estando principalmente mais dispersos, mas o perfil concentrado-alto representa quase um terço dos parlamentares. Os perfis mais moderados, das categorias baixas das duas variantes, somam 18 casos, uma minoria que faz sugerir que essa legislatura se caracterizou por exemplares bem-definidos de representantes ou eleitos em poucos municípios, e base geográfica forte, ou então por muitas cidades, em que somas de votos dispersos garantiram a eleição.

Em meio aos casos em estudo, o mais concentrado dos parlamentares é o deputado Antonio Lerin, cujo cálculo de dispersão aponta o número de 1,509; ao passo que o mais disperso dos casos é o do deputado Gustavo Corrêa, cujo valor de índice de dispersão é de 49,980. Levando em conta que o valor de 7,0 nesse índice é o que na teoria separa dispersos de concentrados, é visível a amplitude da variação da dispersão geográfica-eleitoral em meio aos deputados da 17ª legislatura da ALMG.

Esses resultados encontrados podem ser entendidos como um indício de que a dinâmica estadual se assemelhe, pelo menos em parte, à federal – que é a que Ames (2003) e Carvalho (2003) analisam. De acordo com os autores, deputados estaduais normalmente formam bases menores para se eleger do que os da Câmara, que por sua vez precisam do melhor desempenho possível num conjunto maior de municípios, o que levaria à maior dispersão eleitoral.

Quanto à descrição da variável dominância, o que mais parece chamar a atenção é justamente o fato de que ao contrário do verificado na análise da distribuição da dispersão, a maior parte dos deputados está justamente nas duas categorias intermediárias.

Tabela 2: Distribuição de valores para o Índice de Dominância

ÍNDICE DE DOMINÂNCIA	N	Média	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Dominância-Alta	12	0,3120	0,2860	0,0781	0,2429	0,5237
Dominância-Média	23	0,1848	0,1793	0,0306	0,1433	0,2396
Compartilhamento-Médio	30	0,0853	0,0888	0,0250	0,0432	0,1301
Compartilhamento-Alto	12	0,0213	0,0253	0,0093	0,0048	0,0318

Fonte: Elaboração Própria

Dois terços dos deputados se encontram nos grupos de dominância e de compartilhamento médios. Chama a atenção também o baixo desvio-padrão em todas as quatro categorias, no entanto tais valores crescem à medida que a dominância aumenta.

Voltando ao Índice de Dispersão, na tabela 1 fica descrita a distribuição de valores do Índice de Dispersão entre os 77 parlamentares estudados. O próximo passo a ser adotado é cruzar a dispersão com a variável da interatividade, essa última obtida seguindo o modelo de Pereira & Sátyro (2014) e cuja fórmula foi desenvolvida especificamente para o estudo desses mesmos deputados e o uso que estes fazem das mesmas TICs selecionadas para estudo.

O Índice de Interatividade leva em conta um conjunto de redes sociais, associando dados de interação, presença e tempo de uso. Essa fórmula leva em conta valores ligados apenas às TICs pesquisadas, que Ainda que os números apresentados pareçam muito distantes entre si, deve-se levar em conta que, quanto mais elevado, maior a interatividade do parlamentar nas redes sociais. E de acordo com as descrições de Ames (2003), faz sentido a hipótese de que maior dispersão esteja associada à maior interatividade.

Tabela 3: Índice de Dispersão X Interatividade

ÍNDICE DE DISPERSÃO	N	Média de Interatividade	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Alta Dispersão	35	5185,304	1593,050	8637,408	0,000	33067,333
Baixa Dispersão	7	9355,679	2178,817	15336,287	462,400	42259,333
Baixa Concentração	11	5935,907	573,500	12986,876	4,000	43994,181
Alta Concentração	24	2984,594	1453,375	4134,575	0,000	17748,933

Fonte: Elaboração Própria

Associado à dispersão, é notável que a média de interatividade seja sensivelmente maior na categoria dos baixo-dispersos, intermediária nessa tabela, mas que compõe o grupo maior dos dispersos. O grupo que é o segundo lugar nesse quesito é o da baixa concentração, também intermediário, mas que por sua vez detém o caso de maior valor de interatividade entre os quatro tipos desse modelo. Cabe notar que nessas duas faixas de dispersão não há nenhum caso que registre nenhuma interatividade, o que não ocorre com as faixas extremas.

O que se aponta aqui é que, ao menos aparentemente, pertencer às extremidades do Índice de Dispersão está associado a ser menos interativo que os meios da tabela. No entanto, a hipótese de que a dispersão está associada positivamente à interatividade parece se confirmar, uma vez

que a média de interatividade entre as categorias de alta e baixa dispersão é claramente superior à média encontrada nas categorias de concentração; um cálculo rápido revela que elas são respectivamente 7270 e 4460. Além, ainda que a categoria de baixa concentração apresente o segundo mais alto valor médio de interatividade da tabela, a faixa de concentração alta possui de longe a menor média de interatividade desse estudo.

É possível explicar essas tendências encontradas a partir da forma que Ames (2003) define as categorias. Como os deputados dispersos tem suas bases pulverizadas ao longo do território do estado, ferramentas como TICs se apresentam como ótimas ferramentas de comunicação deles com o seu eleitorado, que muitas vezes mora longe da abrangência geográfica e da residência do parlamentar. Por outro lado, os concentrados podem perceber menor utilidade nas redes sociais, já que precisam se preocupar com uma quantidade inferior de municípios-chave eleitorais e podem, portanto, estar geograficamente mais próximos de seus eleitores e com isso adotar outras estratégias de comunicação com eles.

Por outro lado, em se analisando o cruzamento das variáveis da dominância com a interatividade, é esperável a ocorrência de indícios de outra tendência de relação estatística, e a hipótese de que quanto mais dominância, menos útil as TICs parecem ao incumbente, pode ser testada por comparação de médias.

Tabela 4: Índice de Dominância X Interatividade

ÍNDICE DE DOMINÂNCIA	N	Média de Interatividade	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
Dominância-Alta	12	1483,460	1321,125	1902,524	0,000	6978,917
Dominância-Média	23	2341,154	1035,250	3910,874	0,000	17833,600
Compartilhamento-Médio	30	5765,457	1579,417	9401,433	0,000	43997,648
Compartilhamento-Alto	12	11625,140	4121,392	14996,238	8,000	42262,500

Fonte: Elaboração Própria

Este caso sugere de forma clara que, quanto mais o deputado compartilhar votos, mais ele precisa de lançar mão estrategicamente da interatividade das redes sociais. O parlamentar nessa situação tem bases em locais onde a concorrência eleitoral é extremamente acirrada, e portanto a garantia de reeleição passa naturalmente em se assegurar uma imagem positiva diante do eleitorado, que está exposto também às ideias e propagandas de um número grande de outros deputados e candidatos interessados em voto, tendo como referência uma mesma região geográfica. Além, a média de interatividade dos compartilhados agregados também

supera a do grupo dos dominantes: 8695 contra 1912, respectivamente.

Deputados que compartilham votos em suas bases tendem a enfrentar eleições muito competitivas e por isso se espera que eles tentem cativar ao máximo os cidadãos, apostando em estratégias de comunicação e autopromoção que eventualmente incluem até mesmo accountability, considerando aqueles que já estejam em mandato e buscando um novo.

Dentre os compartilhados há alguns característicos de cidades de porte grande o suficiente para abrigarem eleitorados capazes de sozinhos elegerem muitos parlamentares – são aqueles que cruzam em seu perfil o fato de também serem concentrados, segundo Ames (2003). Logo, se mostra pertinente investigar se a proporção de população urbana da base de um deputado pode ajudar a compreender a opção deste por usar ou não as redes sociais.

É plausível a relação entre uso mais intenso de redes sociais e o espaço urbano, que além de concentrar geograficamente um maior número de pessoas que os ambientes rurais, também possuem infraestrutura de TI mais moderna que a encontrada naqueles lugares. Portanto, é pertinente estabelecer a hipótese de que quanto mais urbana for a base de um parlamentar, mais ele apresentará interatividade nas TICs. Para tal, foi criada uma tabela dividida em quartis para oferecer um panorama da possível relação entre a interatividade de cada parlamentar e o percentual individual médio de eleitorado urbano, constando de três quartis com N=19 e o último contendo 20, obedecendo uma lógica de que o primeiro dos quartis contém os casos de menor base eleitoral urbana e o quarto os de maior, sendo o segundo e o terceiro aqueles que reúnem os valores intermediários.

Tabela 5: Urbanização X Interatividade

Quartis de Eleitorado Urbano	N	Média de Interatividade	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
1o Quartil	19	3660,044	1924,667	5459,775	0,000	18245,500
2o Quartil	19	5742,339	1514,800	10437,654	0,000	42262,500
3o Quartil	19	7224,335	1158,750	13292,232	0,000	43997,648
4o Quartil	20	3410,290	1592,792	4597,247	0,000	17748,150

Fonte: Elaboração Própria

Os valores apresentados na tabela não reforçam a ideia de que um eleitorado urbano seria um incentivo à interatividade, muito antes pelo contrário, o quartil dos ‘mais urbanos’ aquele que



apresenta a menor média e o menor valor máximo de interatividade, seguido pelo primeiro quartil, que é segundo colocado nos mesmos atributos e é justamente o outro extremo da tabela, reunindo os menores casos de percentuais de eleitorado nas cidades. Curiosamente, são os mesmos quartis que apresentam maiores valores de medianas.

Além, observa-se que os 38 parlamentares que compõem os dois quartis intermediários apresentam as maiores médias e os maiores valores de máximo, contando também com os maiores valores de desvio-padrão, o que sugere que os valores de interatividade variam bastante desses dois grupos. Portanto, com dados que não sugerem tendências, o percentual de população urbana não pode ser usado para fazer inferências sobre interatividade.

Talvez buscar compreender o uso das TICs a partir de um valor médio de eleitorado urbano possa ser ofuscado pelo fato de que mais da metade desses mesmos parlamentares esteja nas duas faixas de dispersão e, portanto, possuem bases pulverizadas pelo estado de Minas Gerais, atravessando vários municípios com seus perfis geográficos específicos e possivelmente destoantes entre si; logo, nesse caso pode prevalecer a visão de que é estratégica a interatividade com o eleitorado via TICs, a despeito da concentração de um perfil urbano ou rural em meio às suas bases.

Se o aspecto do meio de vida urbano das bases eleitorais não parece oferecer noções sobre o uso de TICs pelos parlamentares, há porém outros atributos individuais dos deputados que podem ajudar a compreender variações na interatividade, sem contudo fazer menção direta a variáveis geográficas. A variável da idade de cada um dos casos em estudo também pode ser útil para a análise da interatividade nas redes sociais por eles; afinal, parece promissora a ideia de que os parlamentares mais jovens tendem a interagir mais com os seus representados que os mais velhos nas TICs, já que é esperável que os primeiros tenham mais familiaridade com tais tecnologias do que os segundos.

Tabela 6: Idade X Interatividade

Quartis de Idade	N	Média de Interatividade	Mediana	Desvio Padrão	Mínimo	Máximo
1o Quartil	19	8649,227	2950,000	12156,821	0,000	43994,181
2o Quartil	19	3840,788	1396,750	7288,875	59,000	32014,200
3o Quartil	19	6154,291	2018,933	10577,795	87,750	42259,333
4o Quartil	20	1482,940	602,000	2138,644	0,000	7517,817

Fonte: Elaboração Própria

Tal como a tabela 5, os valores de idade (em anos completos em 2013) foram divididos em quartis, sendo o primeiro aquele que comporta os 19 casos mais jovens, e o último reunindo os 20 de maior idade. No caso, a maior média de interatividade está justamente com o quartil dos mais jovens, ao passo que os mais velhos apresentam a menor média; além, o primeiro apresenta o maior valor máximo de índice de interatividade, enquanto o último detém o menor valor desse mesmo índice entre os máximos.

Curioso, entretanto, é que apenas ambos os quartis extremos incluem casos cuja interatividade foi zero; além, também é fato de que quanto a tal índice o segundo quartil apresenta valores inferiores ao terceiro, e em se reduzir a análise para esses dois grupos a relação seria invertida, ou seja, nesse caso deputados mais velhos teriam interatividade maior.

Ainda assim, é notável que os 19 de menor idade lideram em média de interatividade, ao passo que nesse mesmo critério os 20 mais velhos estejam bastante atrás de todos os outros quartis, achado que é reforçado pela notável diferença entre as médias de interatividade da ‘metade’ mais jovem (primeiro e segundo quartis, com N=38) e os mais velhos (terceiro e quarto, cujo N=39): 6245,007 e 3818,616 respectivamente.

Os valores da tabela 6 dão alguma confiança de que a idade do parlamentar realmente pode ajudar a compreender o uso que este faz das TICs para interagir com seu eleitorado, e portanto a idade pode interferir no índice de interatividade a despeito dos perfis geográficos-eleitorais de Ames (2003). Portanto, a tabela 7 apresenta a distribuição de idade dos mesmos quatro tipos que compõem a análise desse autor.

Tabela 7: Tipos Geográficos-Eleitorais X Idade

Tipos geográfico-eleitorais	N	Média de Idade	Mediana	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo
Concentrado-Dominante	18	53,500	50,000	10,700	39,000	73,000
Concentrado-Compartilhado	17	51,471	53,000	10,852	31,000	70,000
Disperso-Dominante	17	54,706	57,000	9,551	39,000	69,000
Disperso-Compartilhado	25	49,040	49,000	10,726	27,000	67,000

Fonte: Elaboração Própria

Em meio aos 77 deputados em estudo, a distribuição de casos por categoria é bastante equilibrada, exceto pelo grupo dos dispersos-compartilhados, que apresentam 25 casos, diante de 18 dos concentrados-dominantes e 17 para cada uma das outras duas. As médias de idade das quatro categorias são bastante próximas, sendo que a maior está com o grupo disperso-dominante e a menor está com os dispersos-compartilhados, e as duas categorias concentradas apresentam médias de idade bastante próximas entre si. Os parlamentares mais jovens na média são os dispersos-compartilhados, seguidos pelos concentrados-compartilhados, pelos concentrados-dominantes e, por fim, pelos dispersos-dominantes.

De acordo com a tabela 7, os dois grupos caracterizados por compartilhar votos são os de menor média de idade, independente do status de dispersão. Se levado em conta o apontado pela tabela 4, cujos dados mostram média de interatividade superior aos compartilhados-médio e alto em comparação com os dominantes, fica reforçada a hipótese de que quanto menor a idade, maior a interatividade.

Por outro lado, os dispersos, que de acordo com a tabela 3 são mais interativos com os cidadãos do que os seus colegas concentrados, estão ao mesmo tempo no grupo mais jovem (disperso-compartilhado) e no de maior idade média (disperso-dominante). Os concentrados ocupam, portanto, o meio da tabela da média de idade, e os concentrados e dispersos-dominantes são mais velhos que suas variantes que compartilham, o que mostra que o índice de dispersão não possui nenhuma associação visível com a idade dos parlamentares.

Logo, considerando os achados da tabela anterior, pode-se formular algumas hipóteses. Por ser o grupo mais jovem na média e por pertencer aos parâmetros geográfico-eleitorais mais ligados à interatividade, é de se esperar que os parlamentares dispersos-compartilhados façam

maior uso das TICs para se comunicarem com o seu eleitorado. Por terem apenas um desses atributos, os concentrados-compartilhados e os dispersos-dominantes viriam logo atrás, porém como o primeiro entre os dois grupos é mais jovem, é de se acreditar que ele tenha uma média de interatividade superior. E por último, será adotada a hipótese de que os concentrados-dominantes, com o segundo maior valor médio de idade e reunindo as duas tendências geográfico-eleitorais menos propensas ao uso de TICs, apresentarão o menor valor médio de interatividade dentre as quatro categorias.

Tabela 8: Tipos Geográficos-Eleitorais X Interatividade

Tipos geográfico-eleitorais	N	Média de Interatividade	Mediana	Desv. Padrão	Mínimo	Máximo
Concentrado-Dominante	18	1652,472	540,833	2374,361	0,000	7517,817
Concentrado-Compartilhado	17	6304,749	2184,950	10783,092	0,000	43994,181
Disperso-Dominante	17	2460,739	1395,000	4188,802	0,000	17834,300
Disperso-Compartilhado	25	8205,713	2566,750	11962,640	59,000	42259,333

Fonte: Elaboração Própria

A tabela 8 mostra a distribuição de valores médios de interatividade de acordo com cada uma das quatro categorias geográfico-eleitorais presentes em Ames (2003) e Carvalho (2003). E, tal como anteriormente lançado na forma de hipótese, os dados apontam que de fato o grupo mais interativo entre os quatro é justamente o disperso-compartilhado, seguido pelos concentrados-compartilhados, os dispersos-dominantes e os concentrados-dominantes nessa ordem.

Vale lembrar que essa mesma ordem se apresentou na escala dos mais jovens para os mais velhos, e aqui reforça não só a ideia da importância da média de idade dos grupos para a compreensão da interatividade, como também se associa com a diferença visível que o fato de compartilhar votos parece fazer na estratégia de comunicação do parlamentar; afinal, os considerados dominantes apresentaram médias de interatividade muito abaixo que os do tipo compartilhado. O mesmo, porém, não pode ser dito para a variável da dispersão, que ao menos nessa tabela não parece ajudar a esclarecer a viabilidade da estratégia de adoção de TICs pelos deputados, ainda que pareça sofrer influência da média de idade, e os dispersos e os concentrados mais jovens têm maior média de interatividade que seus pares mais velhos.

Nesse ponto, compensa retomar de forma sucinta as definições presentes em Barry Ames

(2003). Os casos dispersos-compartilhados, líderes em média de interatividade, são caracterizados pelo perfil de parlamentar eleito com soma de poucos votos em meio a uma base geográfica-eleitoral que conta com vários municípios, geralmente representando grupos de cidadãos sem uma causa geográfica evidente, sendo por exemplo o caso dos deputados evangélicos (p:70-71). Tal como esperado, o efeito da base dispersa, caracterizada por distância entre representante e representado, somada à alta concorrência em meio aos municípios onde votos são obtidos, ajuda a compreender porque em meio a tais categorias essa foi justamente a apontada como de maior média de interatividade entre todas.

Os concentrados-compartilhados se referem aos deputados que tiveram bases pequenas, portanto, pelo menos em tese, não encontram a mesma utilidade estratégica nas TICs que o grupo anterior. Todavia, o fato de terem como perfil também disputar em mercados eleitorais muito competitivos e amplos, capazes de sozinhos fazerem suas próprias cadeiras – e, portanto, caracterizando prováveis cidades como a capital e as de grande porte no estado – serve de contrabalanço à questão das redes sociais, ajudando a entender porque esse grupo apresenta a segunda maior média de interatividade dentre os quatro tipos.

Quanto aos dispersos-dominantes, Ames (2003) os descreve com os perfis de quem faz coalizões com várias lideranças políticas locais durante o contexto eleitoral ou então dos que sejam veteranos na administração pública regional (e clientelista) e que tenham um nome bem conhecido em meio a um eleitorado disperso pelo estado (p:72). Com a segunda menor média de interatividade de todas as categorias e estando muito atrás do segundo grupo anterior, a análise sobre o uso de TICs nesse tipo se apoia no fato de ele não enfrentar eleições tão competitivas, ainda que tenham que se comunicar com um eleitorado espalhado pelo estado, além de ser também o segundo grupo mais velho, o que sugere uma tendência menor à interatividade. Levando em conta principalmente o primeiro perfil para esse tipo, a ideia é que naturalmente os deputados desse grupo teriam formas de conduzir sua propaganda eleitoral com formas alternativas, mas com sólido apoio nos variados municípios; por outro lado, no segundo caso o parlamentar já seria bastante conhecido pelos cidadãos no período eleitoral, o que pode ter feito com que priorizassem outras formas de campanha. E uma vez eleitos, por terem garantidos o apoio dos líderes locais e/ou apreço de seus eleitores, a comunicação com estes não parece prioridade.

Por fim, a categoria dos concentrados-dominantes, a menos interativa de todas, é caracterizada, segundo Ames (2003), pelos incumbentes ligados a redutos eleitorais tradicionais, em que haja domínio nos seus municípios e regiões específicos, num cenário de famílias de poder político tradicional em seu espaço geográfico junto a relações de empreguismo e clientelismo (pp:66-68). Uma paisagem que remonta aos municípios mais rurais e certamente mais acostumados com expressões de coronelismo histórico; todavia, a tabela 5 desse trabalho não sugeriu nenhuma relação entre o caráter urbano do eleitorado e a interatividade. Porém, além de não terem seus representados pulverizados pelo estado, eles são o grupo mais velho e também são dominantes, o que representa um conjunto de atributos teoricamente avessos à interatividade.

A tabela 8 e as discussões geradas em seu entorno se referem à interatividade geral, para cujo cálculo foi usado um índice que abarca uma série de TICs mais conhecidas no contexto brasileiro à época que o projeto de pesquisa foi desenvolvido. Essa tabela traz respostas para as indagações acerca da variação de interatividade dos deputados da ALMG durante seus mandatos, sobretudo que a variável geográfica mais importante para a compreensão de tal fenômeno é a dominância, ainda que a dispersão seja também relevante. Contudo, não se pode ignorar que uma variável pessoal – a idade – representa um peso bastante grande para a análise de tal objeto de estudo.

## CONCLUSÃO

Essa dissertação apresentou dois eixos de discussão diferentes, propondo-se a aproximá-los em torno de um objeto comum a ambos. Pensadores das duas áreas foram mobilizados para isso e como resultado, chegou-se a uma discussão que abriga os dois campos.

O primeiro deles, discutido no primeiro capítulo, apresentou um conjunto de obras que em sua totalidade, representam bem o pensamento em torno de internet e política. Inicialmente, dados mais recentes de acesso serviram para abrir as discussões em torno do assunto. Em seguida, trabalhos variados conseguiram oferecer um panorama histórico, começando por teóricos que margeiam o campo, com suas propostas de associação entre internet e civismo, passando por discussões sobre problemas específicos ligados à natureza da rede, e chegando a trabalhos empíricos que discutem os parlamentos e o mundo digital.

O segundo capítulo se debruçou sobre a vasta e tradicional área dos estudos legislativos. Nesse ínterim, foram discutidos trabalhos de pensadores preocupados desde princípios com o exercício da representação, até com algumas das características institucionais e iniciativas de comunicação e possibilidades de participação cidadã na ALMG. Em meio a ambos, alguns dos principais textos sobre os legislativos federal e estaduais também foram apresentados.

Os conhecimentos e discussões presentes nos dois capítulos iniciais se apresentaram como insumos para as análises a que essa dissertação se propôs, diante do objetivo principal de buscar possíveis relações entre variações de tipo da geografia eleitoral e o comportamento parlamentar nas redes sociais, principalmente via cálculo da interatividade.

Tendo adotado como objeto o acesso e a interação online dos 77 deputados da ALMG, a dissertação então adotou diversos cruzamentos de variáveis de TICs, com destaque para os dados de dominância e dispersão nas análises; estas duas foram as principais de todo o estudo, sobretudo a primeira, que apresentou variações sensíveis entre os casos estudados.

Já com os dados obtidos junto aos sites da ALMG, do TSE e do IBGE foram adquiridos insumos para a construção dos valores de índices de dominância e dispersão de Carvalho (2003). Além dessas duas, tratadas como principais, foi analisada também a influência da

proporção de população urbana em meio eleitorado como possível variável a apresentar correlação notável com o cálculo de interatividade; porém se confirmou o contrário do esperado. Todavia, a variável da idade também foi analisada, e com ela foi encontrada uma aparente relação positiva com o uso das TICs pelos parlamentares

As hipóteses buscaram tratar não só das quatro categorias de Ames (2003), mas também dos números individuais dos índices de dominância e de dispersão de cada caso com outras variáveis, junto à análise de quartis ou de escala do próprio autor, e o que se encontrou é um conjunto curioso de achados.

O achado mais interessante é uma aparente proporção inversa entre concentração e dominância e maiores índices de interatividade geral, mas com influência direta da idade de cada parlamentar. As análises de categorias ou de quartis sempre levaram à conclusão os dominantes são, na média, menos interativos que os compartilhados, ainda que a dispersão geográfica não permita sugestões tão fortes de associação; além, as tabelas permitem dizer que quanto mais jovem o incumbente é, mais ele usa suas redes sociais.

No fim, é óbvio que o trabalho de análise dessa dissertação não contemplou todos os testes possíveis e, sobretudo, não deixa margem de segurança para que se possa afirmar que os achados aqui possam refletir padrões a serem observados em qualquer tempo e espaço.

Muito antes pelo contrário, há desafios a serem levados em conta para futuros esforços que sigam a trilha dessa dissertação. A começar pela necessidade de incremento do campo de estudos do legislativo estadual – aqui foi necessário que se adotasse um modelo analítico consagrado para os estudos da Câmara federal. Além disso, o que se buscou aqui foi capturar um fenômeno extremamente dinâmico, que é o da internet e das redes sociais, e apenas para efeito de exemplo, basta lembrar que essa mesma dissertação precisou levar em conta o uso do Orkut, uma rede social que está extinta nos dias atuais.

Portanto, por maior que tenha sido a pretensão de inovar desse trabalho, o fato é que para prosperar, esse tema híbrido de estudos depende da evolução dos campos que o formam. Cabe ao futuro determinar a continuidade e a ampliação dessa discussão.



## BIBLIOGRAFIA

ABRÚCIO, Fernando Luiz. *Os barões da Federação: os governadores e a redemocratização brasileira*. São Paulo: Editora Hucitec, 1 de jan de 1998.

\_\_\_\_\_. *A dinâmica federativa da educação brasileira: diagnóstico e propostas de aperfeiçoamento*. In OLIVEIRA, Romualdo P. SANTANA, Wagner. Educação e federalismo no Brasil: combater as desigualdades, garantir a diversidade. Brasília: UNESCO, 2010.

AMES, Barry. *Os entraves da democracia no Brasil*. Tradução de Vera Pereira. Rio de Janeiro: Editora da FGV. 2003

AMORIM NETO, O. & SANTOS, F. *A produção legislativa no Congresso: Entre a paróquia e a nação*. In : WERNECK VIANNA, L. (org.). A democracia e os três poderes no Brasil. Belo Horizonte : UFMG. 2002

\_\_\_\_\_. *O segredo ineficiente revisto: o que propõem e o que aprovam os deputados brasileiros*. Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 661-698. 2003.

ANASTASIA, Fátima et al. Determinantes do Comportamento Particularista de Legisladores Estaduais Brasileiros In DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.52, no 4, pp.961 a 1001. 2009

ANASTASIA, Fátima; INÁCIO, Magna. "Democracia, Poder Legislativo, interesses e capacidades", *in versão atualizada* para ser apresentada no evento “Desafios do Poder Legislativo” (2011) realizado pela Câmara dos Deputados. 2010

ARCAS, Bruno. *Irrelevantes? Leis de utilidade pública e conexão eleitoral na Assembleia Legislativa de Minas Gerais*. Monografia (bacharelado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG; 51 f; Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2013.

ARCAS, Bruno; PAULA, J. C. G. ; SILVA, V. A. A. *Evidências de Pork Barrel a nível subnacional em Brasil: estudo exploratório de Minas Gerais (ALMG)*. (Apresentação de Trabalho/Comunicação). 2012.

ARNOLD, R. Douglas. *The Logic of Congressional Action*. New Haven, Yale University Press. 1990.

ARRETCHE, Marta. *Continuidades e Descontinuidades da Federação Brasileira: De como 1988 Facilitou 1995*. In DADOS–Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.52, no 2, pp.377 a 423. 2009.

ASSIS, Luiz Fernandes de. Educando para a cidadania: a experiência da escola do Legislativo. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 18, n. 59, p. 369-387, 1997.

BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. In: ‘O futuro da democracia – uma defesa das regras do jogo’. São Paulo: Paz e Terra. 1986.

BOURGON, Jocelyne. *Finalidade pública, autoridade governamental e poder coletivo*. Texto da Conferência XIV Congresso do CLAD. Salvador. 2010.

BRAGA, Sérgio. *O impacto da Internet no funcionamento das instituições democráticas brasileiras: um estudo sobre a informatização dos Legislativos Estaduais no Brasil*. In: ‘Congresso da Associação Latino-americana de Ciência Política’. Cidade do México, 29 set. a 1 out., 2004.

\_\_\_\_\_. *O impacto da Internet no funcionamento dos parlamentos brasileiros: um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos no Brasil*. Trabalho apresentado no XII Congresso da Sociedade Brasileira de Sociologia (SBS), Belo Horizonte, junho de 2005.

\_\_\_\_\_. *O Papel das TICs na Institucionalização das Democracias: um estudo sobre a informatização dos órgãos legislativos na América do Sul com destaque para o Brasil*. Brasília, Editora da Câmara dos Deputados. 2007.

\_\_\_\_\_. *O uso da internet nas campanhas eleitorais: balanço do debate e algumas evidências sobre o Brasil*. Revista USP, n. 90, p. 58-73. 2011.

BRAGA, S.; FRANÇA, A.; MARTINS, F. *O impacto da internet no funcionamento das instituições representativas: o caso do Paraná*. Revista Mediações, Londrina, v. 11, n.1, 2006.

BRAGA et al. *Clientelismo, internet e voto – Personalismo e transferência de recursos nas campanhas online para vereador nas eleições de outubro de 2008 no Brasil*. In ‘Opinião Pública’, Campinas, vol. 19, nº 1, p. 168-197. Junho, 2013.

CARDON, Dominique. *A democracia internet - promessas e limites*. Rio de Janeiro: Editora Forense. Cap.2 (p. 31-50). 2012.

CARVALHO, Nelson Rojas de. *E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Revan; 2003.

CASTELLS, Manuel. *A galáxia da Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CHADWICK, Andrew. *Internet politics – States, citizens and New Communication Technologies*. Oxford University Press. 2006.

CODATO, E. *Personalismo político nos anos cinquenta*. Revista de História Regional, Ponta Grossa, v. 7, n. 1, p. 9-45, 2002.

COLEMAN, Stephen. *Making parliamentary democracy visible – speaking to, with, and for the public in the age of interactive technology*. In ‘The Oxford Handbook of internet studies’. 2010.

COLEMAN, S., & Moss, G. *Governing at a distance – politicians in the blogosphere*. Information Polity: The International Journal of Government & Democracy in the Information Age, 13(1), 7-20; 2008.

DAHL, Robert A. *Democracy and its critics*. New Haven, Yale University Press, 1989

DINIZ, Eduardo Henrique; RIBEIRO, Manuella Maia. *O conceito de esfera pública interconectada e o site “Webcidadania” no Brasil*. Revista Gestão & Regionalidade - Vol. 28 - Nº 83. Maio a Agosto /2012.

FENNO, Richard. *Congressmen in Committees*. Montreal, Little, Brown and Company. 1973.

FIGUEIREDO, A. & LIMONGI, F. *O novo institucionalismo e os Estudos Legislativos: A literatura norte-americana recente*. Bib, n.37, pp 3-38, 1994

\_\_\_\_\_. 2002. *Incentivos eleitorais, partidos e política orçamentária*. Dados, Rio de Janeiro, v. 45, n. 2, p. 303-344.

FILGUEIRAS, Fernando. *A difusão da política de acesso à informação e a promoção da accountability*. In: IX Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 2014, Brasília. Anais do IX Encontro da ABCP, 2014.

FISHKIN, J. s. *Possibilidades Democráticas Virtuais: Perspectivas da Democracia Via internet*, in J. Eisenberg; M. Cepik (orgs). *Internet e Política: Teoria e Prática da Democracia Eletrônica*. pp. 17-45. Belo Horizonte: UFMG, 2001.

FREY, Klaus. *Governança eletrônica: experiências de cidades européias e algumas lições para países em desenvolvimento*. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (org.) *Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica*. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

FUKS, Mário. *Más notícias: a cobertura do jornal Estado de Minas e a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1999-2003)*. Revista de sociologia e política, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 257-276, jun. 2010a.

\_\_\_\_\_. *Mudança institucional e opinião pública: estimando os efeitos da cobertura da ALMG realizada pelo Jornal Estado de Minas (1987-1994 e 1999-2002)*. Revista Brasileira de Ciência Política, v.4, p.122-152. 2010b.

\_\_\_\_\_. *Inovação institucional e opinião pública um estudo sobre a imagem pública da Assembleia Legislativa e Minas Gerais*. E-Legis, v. 9, p. 87, 2016.

FUKS & CASALECHI. *Trust and political information: attitudinal change in participants in the youth parliament in Brazil*. 2012. Revista Brazilian Political Science Review. Vol 6, No 1. 2012.

FUKS, M. & FIALHO, F., *Mudança institucional e atitudes políticas: a imagem pública da Assembléia Legislativa de Minas Gerais (1993-2006)*. Opinião Pública, Campinas, v. 15, p. 82-106. 2009.

GOMES, Wilson. *Publicidade, visibilidade, discutibilidade*. Curitiba:XVI Encontro da Compôs, 2007.

\_\_\_\_\_. *Democracia digital: Que democracia?*. In ‘MIGUEL, Luís Felipe; BIROLI, Flávia. (Org.). Mídia, representação e democracia’. São Paulo: Hucitec, (p.241-259). 2010.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003a.

HARGITTAI, Eszter. *Second-level digital divide: Differences in people's online skills*. First Monday, 7(4). 2002.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). *Minas Gerais*. Disponível em <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=mg>> (último acesso em 14:39 de 29/09/2015). 2015

\_\_\_\_\_. *Estimativas de população para 1º de julho de 2014*. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas de Populacao/Estimativas 2014/estimativas 2014 TCU.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf) > (último acesso em 15:52 de 29/09/2015). 2014.

\_\_\_\_\_. *PNAD 2013 – Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Disponível em [http://www.mc.gov.br/publicacoes/doc\\_download/2555-pnad-tic-2013](http://www.mc.gov.br/publicacoes/doc_download/2555-pnad-tic-2013) > (último acesso em 09:48 de 15/10/2015). 2015.

\_\_\_\_\_. *PNAD 2013 – Population and Households – Summary of Indicators*. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=pnad\\_2013](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=pnad_2013) > (último acesso em 14:45 de 29/09/2015). 2013.

\_\_\_\_\_. *Censo Demográfico 2010: Resultados Gerais da Amostra por áreas de ponderação*. Disponível em [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados\\_gerais\\_amostra\\_areas\\_ponderacao/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/resultados_gerais_amostra_areas_ponderacao/default.shtm) > (último acesso em 16:34 de 14/08/2016). 2010.

\_\_\_\_\_. *Estimativas de população para 1º de julho de 2014*. Disponível em [ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas de Populacao/Estimativas 2014/estimativas 2014 TCU.pdf](ftp://ftp.ibge.gov.br/Estimativas_de_Populacao/Estimativas_2014/estimativas_2014_TCU.pdf) > (último acesso em 15:52 de 29/09/2015). 2014.

\_\_\_\_\_. *PNAD 2013 – Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal*. Disponível em [http://www.mc.gov.br/publicacoes/doc\\_download/2555-pnad-tic-2013](http://www.mc.gov.br/publicacoes/doc_download/2555-pnad-tic-2013) > (último acesso em 09:48 de 15/10/2015). 2015.

\_\_\_\_\_. *PNAD 2013 – Population and Households – Summary of Indicators..* Disponível em [http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=pnad\\_2013](http://www.ibge.gov.br/estadosat/temas.php?sigla=mg&tema=pnad_2013) > (último acesso em 14:45 de 29/09/2015). 2013.

INÁCIO, M.M.; ANASTASIA, M.F.J.; SANTOS, F.G.M. *Parlamento na atualidade: tendências de mudança e inovações*. Revista do legislativo, Belo Horizonte: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais, n. 43, p. 130-151. 2011.

LAWSON, George. *NetState – Creating electronic government*. London: Demos, 1998

LEMOS, L. B. *O Congresso brasileiro e a distribuição de benefícios sociais no período 1988-1994*. Dados, Rio de Janeiro, v. 44, n. 3, p. 561-604. 2001.

LEMOS, André; LÉVY, Pierre. *O futuro da internet: em direção a uma ciberdemocracia planetária*. São Paulo: Paulus, 2010.

LESTON-BANDEIRA, Cristina. *The Impact of the Internet on Parliaments: a Legislative Studies Framework*. In *Parliamentary Affairs* Vol. 60 No. 4, 655–674. 2007.

\_\_\_\_\_. *Towards a Trustee Model? Parliamentary Representation in the Internet Era: The Portuguese Case*. In *Parliamentary Affairs* (65, 425–447). 2012.

\_\_\_\_\_. *How deeply are parliaments engaging on social media?* Disponível em <[http://www.lancaster.ac.uk/fass/events/epop2013/docs/Dr%20Cristina%20Leston-Bandeira\\_How\\_Deeply\\_Are\\_Parliaments\\_Engaging\\_on\\_Social\\_Media.pdf](http://www.lancaster.ac.uk/fass/events/epop2013/docs/Dr%20Cristina%20Leston-Bandeira_How_Deeply_Are_Parliaments_Engaging_on_Social_Media.pdf)> (último acesso às 01:31 de 19/08/16). 2013.

\_\_\_\_\_. *Parliaments use social media mainly as a reporting tool rather than for public engagement*. Disponível em <<http://www.democraticaudit.com/?p=3216>> (último acesso às 01:37 de 19/08/16). 2014.

LILLEKER, D., G., JACKSON, N. A *Interacting and Representing: can Web 2.0 enhance the roles of an MP?*. Paper apresentado ao ECPR Joint Sessions; April 2009, workshop “Parliaments, parties and politicians in cyberspace”. Lisboa, 2009.

\_\_\_\_\_. *Microblogging, Constituency Service and Impression Management: UK MPs and the Use of Twitter*. *The Journal of Legislative Studies*, vol.17, nº1, p.86-105, 2011

LIMA JÚNIOR, Olavo Brasil de. *Os Partidos Políticos Brasileiros – A Experiência Federal e Regional, 1945-1964*. Rio de Janeiro, Graal. 1983.

LIPSET, S.M. *Political man: the social basis of politics*. New York, Doubleday, 1960

MAINWARING, S. *Rethinking party systems in the third wave of democratization: the case of Brazil*. Stanford, CA: Stanford University Press, 1999

MANIN, Bernard., “As Metamorfoses do Governo Representativo”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, vol. 10, no 29, pp. 5-34. 1995.

MARGETTS, Helen. *The internet and democracy*. In ‘The Oxford Handbook of internet studies’. 2013

MARGOLIS, M.; RESNICK, D. *Politics as Usual: The Cyberspace “Revolution”*. Thousand oaks, sage, 2000.

MAYHEW, David. *Congress – The Electoral Connection*. New Haven, Yale University Press. 1974.

MAYO, E., & STEINBERG, T. *The power of information*. Cabinet Office. 2007.

MELO, Carlos Ranulfo de. *As instituições políticas brasileiras funcionam?* In *Revista de Sociologia. Política*. Curitiba, 25, p. 247-250, 2006

NORRIS, Pippa. *Digital Divide : Civic Engagement, Information Poverty, and the Internet Worldwide*, Cambridge University Press. 2001.

NORTON, P. *Four Models of Political Representation: British MPs and the Use of ICT*. *The Journal of Legislative Studies*, 13, 354–369. 2007.



NUNES, F. *Convergência partidária e base parlamentar: o comportamento dos partidos na Assembléia Legislativa de Minas Gerais entre 1995 e 2005*. Cadernos da Escola do Legislativo, Belo Horizonte, v. 10, n. 15, p. 83-130, jan.-dez. 2008a.

\_\_\_\_\_. *Governos de coalizão e resultados de soma positiva em Minas Gerais e Rio Grande do Sul, 1999-2006*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais. 2008b.

\_\_\_\_\_. *Qual a estratégia mais eficiente para obter apoio parlamentar? A relação Executivo-Legislativo em 12 assembleias estaduais*. Trabalho apresentado no Encontro da International Political Science Association (IPSA), Santiago, digit. 2009,

O'DONNELL, G. *Democracia delegativa?* Novos Estudos Cebrap, n. 31, out. 1991.

PAPACHARISSI, Zizi. *The virtual sphere 2.0 – The internet, the public sphere, and beyond*. In 'The Routledge Handbook of Internet Politics'. 2009

PEREIRA, M. A. *Internet e mobilização política - os movimentos sociais na era digital*. Teoria & Sociedade (UFMG) , v. 18.2, p. 10-33, 2011.

\_\_\_\_\_. *O que a internet tem a ver com as promessas não cumpridas da democracia?* Texto apresentado no 8º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política – ABCP. Gramado. 2012

PEREIRA, Marcus Abílio; MENDONÇA, Ricardo. *Dilemas na apropriação das TICs pela ALMG: uma análise sobre a percepção dos gestores*. 2012

PEREIRA, Marcus Abílio; SÁTYRO, Natália Guimarães Duarte. *Os deputados estaduais mineiros e a apropriação da internet*. 2014

PINHO, José Antonio Gomes de. *Investigando portais de governo eletrônico de estados no Brasil: muita tecnologia, pouca democracia*. In Revista de Administração Pública. Rio de Janeiro. Editora FGV. 2008

POSSAMAI, Ana Júlia. *Governo eletrônico: uma análise institucional*. In: PIMENTA, M. S; CANABARRO, D. R. (orgs.) *Governança Digital*. Porto Alegre: UFRGS. pp. 48-79. 2014.

PRATA, Nilson Vidal. *Informação e democracia deliberativa: um estudo de caso de participação política na Assembléia Legislativa do Estado de Minas Gerais*. Belo Horizonte. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Universidade Federal de Minas Gerais. 2007

PRZEWORKSKI, Adam et alii. *Democracy and development: political institutions and Well-being in the World, 1950-1990*. Cambridge, Cambridge University Press, 2000.

RANCIÈRE, Jacques. *Les paradoxes de l'art politique: le spectateur émancipé*. Paris: La Fabrique. 2008.

\_\_\_\_\_. *The thinking of dissensus: politics and aesthetics*. In: BOWMAN, Paul; STAMP, Richard. Londres: Continuum International Publishing Group. 2011.

RICCI, P. *O conteúdo da produção legislativa brasileira: leis nacionais ou políticas paroquiais?* Dados, Rio de Janeiro, v. 46, n. 4, p. 699-734. 2003.

ROCHA, Juliana Lívia Antunes da. *Lei e poder legislativo – uma abordagem procedimentalista: o caso da comissão de participação popular da Assembléia Legislativa de Minas Gerais*. Texto apresentado no XXXV Encontro Anual da ANPOCS. 2011.

ROCHA, Marta. M. *Comissões parlamentares nos legislativos estaduais brasileiros: estudo das Assembleias da Bahia e de Minas Gerais*. Cadernos da Escola do Legislativo, v. 13, p. 139-175, 2012.

SANTOS, Fabiano. *Instituições eleitorais e desempenho do presidencialismo no Brasil*. In Dados – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro: v.42, n.1. 1999

\_\_\_\_\_. (org.). *O poder legislativo nos estados: diversidade e convergência*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas. 2001b.

SECOM (Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República). *Pesquisa Brasileira de Mídia – 2015*. Disponível em <<http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-de-pesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midia-pbm-2015.pdf>> (último acesso em 10:06 de 15/10/2015). 2015.

SAMPAIO, Rafael C.; BARROS, Chilani T. G. *Internet como esfera pública? Análise de usos e repercussões reais das discussões virtuais*. Estudos em Comunicação/Communication Studies, n. 9, p. 161-183, 2011.

SILVA, Silvado Pereira da. *Exigências democráticas e dimensões analíticas para a interface digital do Estado*. In MAIA, Rousiley; GOMES, Wilson, MARQUES, Francisco. ‘Internet e participação política no Brasil’. Ed. Sulina. 2011.

TOMIO, Fabrício R.L.; RICCI, Paolo. *O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das assembleias estaduais*. In Revista de Sociologia e Política v. 21, nº 41: 193-217 fev. 2012

TSEBELIS, George. *Veto players: How political institutions work*. UCLA, 2001

TECHTUDO - *Fim do Orkut: mesmo sob protestos, Google encerra rede social após 10 anos*. Disponível em <<http://www.techtudo.com.br/noticias/noticia/2014/09/fim-do-orkut-mesmo-sob-protestos-google-encerra-rede-social-apos-10-anos.html>> (último acesso em 16:16 de 13/08/2016). 2014.

ZITTEL, Thomas. *Political Representation in the Networked Society: The Americanisation of European Systems of Responsible Party Government*. The Journal of Legislative Studies, 9, 32–53. 2003.